



# **A ESTRATÉGIA EUROPEIA DA TURQUIA**

Reflexos na Segurança e Defesa da Europa

Instituto de Altos Estudos Militares

Lisboa, Outubro de 2003



## RESUMO

A Estratégia Europeia da Turquia é, indiscutivelmente, uma questão bastante mediática das Relações Internacionais pela elevada importância que lhe é dada, mas também porque é um assunto com interesse geral para Portugal e para as Organizações e Alianças onde nos encontramos inseridos, em particular, na área de Segurança e Defesa.

As consequências de uma adesão turca poderão ter um forte impacto no processo de construção europeia, assim como nos benefícios ou inconvenientes que daí poderão advir para a construção de um pilar sólido em Segurança e Defesa. É evidente, que face a uma integração da Turquia na União Europeia as fronteiras de segurança da Europa abrir-se-ão para uma nova região de fronteira. Esta fronteira leste da União é uma das mais complexas, havendo que controlar fenómenos como a imigração ilegal, o crime organizado e o perigo de contágio de várias crises regionais.

A Turquia tem vindo a desenvolver algumas reformas com o intuito de implementar um conjunto de alterações na vida política interna do país, como por exemplo, a intervenção dos militares na vida política e as alterações à constituição estabelecendo alguns direitos à minoria étnica curda. Ao implementar este conjunto de reformas espera entrar na UE, daí que se tenha de gerir o relacionamento com a Turquia para que a desilusão deste país com as conclusões de Copenhaga, não diminua o ímpeto reformista do governo, nem os seus bons ofícios para a resolução do caso de Chipre, passando também pelo relacionamento com a Grécia.

Para Portugal e para a UE, a adesão turca poderá trazer-nos a capacidade de estabilizar a fronteira a Leste, contribuindo para a Segurança e Defesa europeia, embora, dependa inevitavelmente das capacidades que a Europa detenha para poder influenciar.

Por fim, esta visão prospectiva de adesão da Turquia à UE, acompanhada de uma estratégia integrada de Segurança e Defesa europeia bem delineada e com objectivos claros para todos os Estados Membros, conduzirá a que o problema de Segurança e Defesa da Europa se aproxime rapidamente da realidade.

**ABSTRACT**

The European Strategy of Turkey is, indisputably, a quite important subject of the International affairs, not only due to the great importance that is given to it, but also because it is a subject with general interest for Portugal and for the Organizations and Alliances to which we belong, namely those related to Safety and Defence.

The consequences of a Turkish European membership can have a deep impact in the process from European construction, as well as in the advantages and disadvantages that can occur to the building of a solid pillar in Safety and Defence. It is evident that, with the integration of Turkey in the European Union the borders of safety of Europe will open up for a new border area. This eastern border of the Union is one of the most complex borders, since it faces serious phenomena as the illegal immigration, the organized crime and the danger of spreading of several regional crises.

Turkey has been implementing a group of reforms in order to change some domestic affairs of the country, such as reducing the intervention of the military in the political life and establishing some rights to the Kurdish ethnic minority. Implementing this group of reforms, the country hopes to join the EU that is why the relationship with Turkey has to be carefully managed. The disillusion of this country with the conclusions of Copenhagen can't decrease the government's reformist impulse, nor stop their positive steps towards the solution of the case of Cyprus, or their relationship with Greece.

For Portugal and for the EU, the Turkish membership can be a way to stabilize the eastern border, contributing to the Safety and European Defence, although it depends unavoidably on the European ability to influence the process.

Finally, this prospective vision of adhesion of Turkish European membership, together with a well delineated and with clear aims integrated strategy of Safety and European Defence, will turn the issue of Safety and Defence of Europe a real one soon.



*À Carla pelo apoio demonstrado durante a preparação deste  
trabalho e à Mafalda pela compreensão que soube ter,  
quando o pai estava mais ocupado.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Sr. Engenheiro Ângelo Correia pelo interesse mostrado no debate da questão turca e da política de segurança e defesa europeia, e pelas preciosas sugestões dadas na orientação deste trabalho.

Ao Mestre Miguel Monjardino pela generosidade e interesse com que acolheu as minhas questões, e ainda na ajuda que prestou na disponibilização de elementos de consulta, alguns dos quais constam da bibliografia.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Rui Ferreira pelo empenho e dedicação com que sempre acolheu as minhas dificuldades e dúvidas e pelo apoio incansável dado na orientação da investigação e redacção deste trabalho.

Ao Major de Infantaria Amaral Lopes pelas preciosas sugestões dadas na concretização do trabalho e também pela motivação que me soube transmitir, as críticas e sugestões que fez.

Por fim, a todos os funcionários da Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares, do Instituto de Defesa Nacional, do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, do Instituto de Ciências Políticas da Universidade Católica e à Embaixada da Turquia em Portugal, pelo apoio prestado na procura de informação, tornando possível a elaboração deste trabalho.



---

**LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS EM LÍNGUA PORTUGUESA**

- **AKP** Partido da Justiça e do Desenvolvimento
- **AUE** Acto Único Europeu
- **CEE** Comunidade Económica Europeia
- **CIG** Conferência Intergovernamental
- **CMUE** Comité Militar da União Europeia
- **CPE** Cooperação Política Europeia
- **CPS** Comité Político e de Segurança permanente
- **EMUE** Estado-Maior da União Europeia
- **EUA** Estados Unidos da América
- **GEN** General
- **GFIM** Grupos de Forças Interarmadas Multinacionais
- **HEP** Partido Trabalhista do Povo
- **IBDA-C** Frente dos combatentes do Grande Oriente islâmico
- **IESD** Identidade Europeia de Segurança e Defesa
- **MHP** Partido da Acção Nacionalista
- **NSC** Conselho Nacional de Segurança
- **NU** Nações Unidas
- **ONU** Organização das Nações Unidas
- **OSCE** Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- **OTAN** Organização do Tratado do Atlântico Norte
- **PDK** Partido Democrático do Curdistão
- **PESC** Política Externa e de Segurança Comum
- **PESD** Política Externa de Segurança e Defesa
- **PKK** Partido dos Trabalhadores do Curdistão
- **RU** Reino Unido
- **TUE** Tratado da União Europeia
- **UE** União Europeia
- **UEO** União da Europa Ocidental
- **UPK** União Patriótica do Curdistão



---

**LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS EM LÍNGUA INGLESA**

- **APD** Accession Partnership Document
- **CFR** Council of Foreign Relations
- **CRO** Crisis Response Operations
- **CU** Customs Union
- **CFSP** Common Foreign and Security Policy
- **EC** European Community
- **ECC** European Economic Community
- **ECHR** European Court of Human Rights
- **EPC** European Political Cooperation
- **ESDP** European Security and Defence Policy
- **EU** European Union
- **HEP** People's Labour Party
- **IGC** Inter Governmental Conference
- **KDP** Kurdish Democratic Party
- **NATO** North Atlantic Treaty Organization
- **NSC** National Security Council
- **NPAA** National Program for the Adoption of the Acquis
- **OSCE** Organization for the Security and Cooperation in Europe
- **PKK** Kurdistan Workers Party
- **PSO** Peace Support Operations
- **PUK** Patriotic Union of Kurdistan
- **RoC** Republic of Cyprus
- **SAPARD** Special Accession Programme for Agriculture and Rural development
- **SAR** Search and Rescue
- **SEA** Single European Act
- **SHAPE** Supreme Headquarters Allied Powers Europe
- **TRNC** Turkish Republic of Northern Cyprus
- **UK** United Kingdom
- **UN** United Nations
- **UNFICYP** United Nations Peacekeeping Force in Cyprus



- **WEU** Western European Union





## ÍNDICE

<b>Resumo .....</b>	<b>II</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>III</b>
<b>Dedicatória.....</b>	<b>IIIv</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>V</b>
<b>Lista de siglas e acrónimos em língua portuguesa .....</b>	<b>VI</b>
<b>Lista de siglas e acrónimos em língua inglesa.....</b>	<b>VII</b>
<b>Índice .....</b>	<b>IX</b>
<b>Índice de mapas e figuras .....</b>	<b>XI</b>
<b>Índice de anexos.....</b>	<b>XII</b>
 <b>INTRODUÇÃO .....</b>	 <b>1</b>
<b>I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL .....</b>	<b>5</b>
<b>II – TURQUIA, ESPAÇO EUROPEU, SEGURANÇA E DEFESA DA EUROPA.....</b>	<b>9</b>
<b>III – OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À INSERÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA .....</b>	<b>15</b>
1. As relações com a Grécia .....	15
2. Chipre como factor de instabilidade.....	16
3. Os direitos humanos e os Curdos.....	17
4. O factor islâmico.....	20
<b>IV – TURQUIA, ENQUANTO ENTIDADE DE SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA</b>	<b>22</b>
1. A dimensão de Segurança e Defesa.....	22
2. O factor Americano.....	25
3. 2ª guerra do Golfo/2003 .....	27
<b>V – OS INTERESSES DA TURQUIA – QUE MEDIDAS A PROTAGONIZAR.....</b>	<b>29</b>
<b>VI – ANÁLISE DOS VÁRIOS FACTORES INTERVENIENTES .....</b>	<b>33</b>
1. PESD e Turquia: inclusão ou exclusão.....	33



---

<b>2. Turquia – Grécia – Chipre .....</b>	<b>37</b>
<b>3. Direitos Humanos – Minorias Étnicas – Influência Militar .....</b>	<b>39</b>
<b>VII – CENÁRIOS FUTUROS.....</b>	<b>43</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>50</b>
<b>RECOMENDAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
 <b>Bibliografia .....</b>	 <b>55</b>
<b>Índice onomástico.....</b>	<b>62</b>
<b>Índice remissivo .....</b>	<b>64</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>69</b>



## ÍNDICE DE MAPAS E FÍGURAS

### Mapas

<b>Mapa I</b>	Teoria dualista de John Spykman .....	7
<b>Mapa II</b>	A Eurásia.....	8
<b>Mapa III</b>	Turquia.....	A – 1
<b>Mapa IV</b>	Turquia.....	B – 2
<b>Mapa V</b>	O Império Otomano (1680) .....	D – 2
<b>Mapa VI</b>	Declínio otomano e o aparecimento da moderna Turquia (1683-1923) .....	D – 4
<b>Mapa VII</b>	Chipre.....	G – 1
<b>Mapa VIII</b>	A população Curda .....	H – 1
<b>Mapa IX</b>	O Território Curdo .....	H – 2
<b>Mapa X</b>	A Grande Europa e o Mundo Islâmico .....	L – 1

### Figuras

<b>Figura I</b>	Estrutura do Estado da República da Turquia.....	B – 13
<b>Figura II</b>	Organização das Forças Armadas Turcas .....	B – 17
<b>Figura III</b>	Comparação internacional dos gastos na defesa e poder militar .....	B – 18
<b>Figura IV</b>	Kemal Atatürk.....	D – 5
<b>Figura V</b>	Despesas militares efectuadas pelos países da EU .....	F – 1
<b>Figura VI</b>	Despesas militares efectuadas pela UE, Rússia, EUA, Japão, China. ....	F – 2



## ÍNDICE DE ANEXOS

**ANEXO A** – Dados gerais sobre a Turquia

**ANEXO B** – Análise geopolítica da Turquia

**ANEXO C** – Critérios de Copenhaga

**ANEXO D** – Perspectiva histórica

**ANEXO E** – Cronologia: A relação da Turquia com a União Europeia

**ANEXO F** – Despesas militares efectuadas pelos países da UE

**ANEXO G** – Dados gerais sobre o Chipre

**ANEXO H** – Curdos; Compreender o conflito

**ANEXO I** – Cronologia: A luta pela criação de um Estado Curdo

**ANEXO J** – As estruturas e as capacidades militares da União Europeia

**ANEXO K** – Cronologia: A adesão de Chipre à União Europeia

**ANEXO L** – A Grande Europa e o Mundo Islâmico



## INTRODUÇÃO

*“São os valores que partilhamos, da liberdade, da democracia, do Estado de direito e da solidariedade e responsabilidade, que unem a Europa. Por maiores que sejam as nossas diferenças, é nestes valores que acreditamos, que são valores de todo o ser humano quando lhe é dada a oportunidade de escolher.” (Sousa, 2003,10)*

*Tony Blair, Primeiro Ministro Britânico*

É um facto que a Defesa da Europa vai desde o Oceano Ártico ao Mar Mediterrâneo e das montanhas do Cáucaso ao Oceano Atlântico. Também é certo que a fronteira de maior instabilidade é a fronteira meridional, pela instabilidade e pelos conflitos que persistem naquilo a que alguns chamaram a “*zona de tempestades do próximo século*”.<sup>1</sup> Para os estrategos, a “zona de tempestades” designa o “imenso arco de crises endógenas incessantes” que vai da Bósnia, a Oeste, até à muralha da China, a Este,<sup>2</sup> ou seja, “*todos os perigos na nova desordem mundial estão ali, em volta de um único país, a Turquia ... A segurança desse país é um pesadelo de 360 graus*”.<sup>3</sup> A “zona de tempestades” corresponde efectivamente à esfera de influência geopolítica da Turquia, fiel aliada do Ocidente durante toda a Guerra Fria e pilar sul da OTAN.

Sem, no entanto, cair no erro do antiturquismo e de encorajar um temível choque de civilizações, que a Europa tem todas as hipóteses de evitar se prosseguir numa política de firmeza (nos Balcãs, no Curdistão, no Mar Egeu e em Chipre) e de abertura (no meio da OTAN, da OSCE e do Conselho da Europa), é escusado dizer que o interesse da Europa passa pela Turquia. No domínio da segurança e defesa, esta grande nação, com um extenso território, poderá ser, tal como desde o início do século, o maior aliado europeu, se conseguirmos dar conta das ameaças potenciais que pesam sobre as suas fronteiras.

Sabendo destas realidades incontornáveis, a Segurança e Defesa Europeia, na nossa opinião, deve ser orientada para o aumento do poder estratégico e militar da Europa permitido pelo seu alargamento, pela organização da defesa autónoma e pela associação de todos os Estados do continente, incluindo a Turquia.

<sup>1</sup> Segundo Bernard de Bressy, 1999.

<sup>2</sup> Esta região engloba Balcãs, Cáucaso (Chechénia, Abcásia, Azerbaijão, etc.), Curdistão (turco e iraniano), Afeganistão, Tajiquistão, até ao Turquemenistão chinês.

<sup>3</sup> Segundo Thomas Fridmann, 1995.



Citando o Presidente Jorge Sampaio “ (...) *estamos numa grande nação e acho que ela é muito importante para a estabilidade e paz na Europa e obviamente também para os vários equilíbrios que são necessários.*”<sup>4</sup>

A Turquia,<sup>5</sup> com uma posição geográfica privilegiada, é um “gigante” entre o Ocidente e o Oriente. Com cerca de 95 por cento da sua área na Ásia e 5 por cento na Europa, é naturalmente atirada para a Europa, mas também para a Ásia Central, considerada como a sua área de influência natural. Para muitos europeus, a Turquia é ainda o inimigo secular das cruzadas do Império Otomano. O facto de 98 por cento da população ser muçulmana também não desperta muitas simpatias, sobretudo depois do 11 de Setembro de 2001.<sup>6</sup>

A “questão turca” é um problema complexo e que tem suscitado alguma discussão. Dizer “não” à integração da Turquia na Europa, significa renegar a identidade fundadora da União, ou seja, a da sociedade aberta, plural, democrática e laica, valores que são um poderoso factor de agregação e também de atracção. País laico desde a revolução de Kemal Atatürk, a Turquia tem vindo a fazer as reformas necessárias para cumprir os critérios de democracia e de respeito pelos direitos do homem, em síntese, os chamados “critérios de Copenhaga”<sup>7</sup> que a União impôs, a todos os candidatos a futuros membros, sem excepção.

## **Finalidade e objectivos**

Propusemo-nos com este trabalho investigar e reflectir sobre a problemática da integração da Turquia na União Europeia, e ver de que forma a sua integração pode criar condicionamentos em matéria de Segurança e Defesa da Europa. Para uns é inevitável a entrada da Turquia na União Europeia, embora exista uma grande maioria que partilha a opinião contrária. Fica certamente a necessidade de uma análise mais profunda desta matéria e a identificação dos possíveis cenários pelos quais passe esta problemática. Finalmente, fica-nos a expectativa do aparecimento de soluções concretas e inovadoras que permitam desvanecer incertezas sobre o futuro da Turquia na Europa em matéria de segurança e defesa.

Temos por objectivo obter elementos precisos que nos permitam, face à actual conjuntura mundial, entender o papel que poderá protagonizar no seio da UE ou fora dela como um possível actor responsável pela Segurança e Defesa da Europa.

---

<sup>4</sup> Segundo o Presidente Jorge Sampaio na Visita Oficial à Turquia, em entrevista para a RTP, no dia 16 de Setembro de 2003.

<sup>5</sup> Sugere-se a leitura do anexo A (Dados gerais sobre a Turquia).

<sup>6</sup> Sugere-se a leitura do anexo B (Análise geopolítica da Turquia).

<sup>7</sup> Sugere-se a leitura do anexo C (Critérios de Copenhaga).



## **Importância do estudo**

Decidimos direccionar o nosso trabalho de investigação para uma área do continente com interesse para Portugal, bem como para as Alianças e Organizações Internacionais onde nos encontramos inseridos. É uma temática bastante importante e actual, como temos constatado através dos recentes desenvolvimentos internacionais. A Turquia com a sua ambição de fazer parte do “Clube” Europeu, tem empreendido importantes reformas internas no sentido de mostrar à comunidade internacional o seu anseio. No entanto, a UE tem protagonizado alguns reveses nesta adesão. Esta rejeição tem incomodado as autoridades turcas apesar dos esforços intentados. No entanto, há um pilar importante na integração europeia da Turquia, que é o facto de ser membro da OTAN. Como a UE não tem meios de defesa autónomos, ou seja, depende da OTAN para as suas missões de defesa, a Turquia poderá vir a criar alguns obstáculos às missões a desenvolver nesse campo. É esta problemática que torna este tema aliciante de ser abordado, tanto mais, derivado dos novos desenlaces internacionais, após a intervenção militar no Iraque, onde a Turquia demonstrou uma vez mais o seu importante papel naquela região.

## **Os aspectos metodológicos**

Para complementarmos estas considerações introdutórias sobre o nosso trabalho de investigação é necessário fazermos uma referência ao tipo de metodologia utilizada.

A opção metodológica em matéria de recolha das informações necessárias ao desenvolvimento da nossa investigação foi direccionada para a recolha de dados disponíveis – documentos sob a forma textual e dados estatísticos, junto de bibliotecas, arquivos, bancos de dados e organismos oficiais.

Este esforço de recolha de dados documentais privilegiou a imprensa nacional e estrangeira em assuntos de política internacional, bem como a extraordinária base de dados contida nos sites oficiais de algumas organizações internacionais.

De forma a podermos partir de premissas que a situação actual apresenta, realizamos algumas entrevistas aplicadas ao Eng.º Ângelo Correia e ao Mestre Miguel Monjardino.

Definimos como questão central: “Que implicação na Segurança e Defesa da Europa poderá suscitar a adesão da Turquia à UE?”

Tendo por base a questão central identificada, foram deduzidas as seguintes questões derivadas de forma a permitir um tratamento lógico e integrado do tema proposto:



- No início do século XXI terá a Turquia um papel de charneira entre a Europa e a Ásia?
- Quais as expectativas e consequências de integração na União Europeia de forma a garantir a Segurança e Estabilidade da Europa?
- Que tensões, equilíbrios e crises poderão ser protagonizadas pela Turquia em benefício da paz mundial?

## **Apresentação e a estrutura da investigação**

A apresentação dos resultados da investigação que a seguir se efectua foi estruturada em sete capítulos. Para esse efeito, no primeiro capítulo abordaremos aspectos conceptuais, como seja, a teoria geopolítica de Sypkman e, mais actualmente, a posição de Brzezinski face a esse ponto do globo terrestre onde se encontra a Turquia.

No segundo capítulo descreveremos o percurso de integração europeia adoptado pela Turquia e definiremos o conceito de segurança europeia e seu enquadramento.

No terceiro capítulo passaremos em revista os principais obstáculos que têm levado a uma frequente rejeição da UE relativamente à adesão turca.

No quarto capítulo abordaremos o papel que a Turquia tem vindo a desenvolver nas suas relações com a Europa, na dimensão de segurança e defesa, e a relação que tem estabelecido com os EUA. Neste capítulo analisaremos ainda, o impacto causado pelas duas guerras do Golfo e o reflexo que estas tiveram na política externa e interna turca.

No quinto capítulo a nossa abordagem incidirá sobre as propostas das várias medidas que a Turquia adoptou com o objectivo de uma integração na UE, ou seja, a criação de Modalidades de Acção Estratégica, que lhe permitam a delineação de estratégias que progridam no sentido do fortalecimento dos desafios internos e externos a que tem sido sujeita.

No sexto capítulo, faremos uma análise de todos os factores levantados nos capítulos anteriores, dando ênfase àqueles que possam a vir a ter mais importância para as modalidades de acção estratégica desenvolvidas pela Turquia.

No sétimo capítulo, projectaremos os futuros cenários prováveis do relacionamento Turquia-UE, que deverão ser a essência da arquitectura de Segurança e Defesa da Europa para o século XXI.

Terminaremos o nosso trabalho com a apresentação de conclusões e recomendações finais. Nestas últimas, iremos propor algumas reflexões sobre as possíveis implicações para Portugal nesta temática.





## I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Não parecem existir dúvidas sobre a importância geoestratégica da Turquia (nomeadamente para os países ditos “Ocidentais”). Situada entre a Europa, o Cáucaso e o Médio Oriente, este país, localizado na “zona de instabilidade” referenciado pelo Almirante Mahan,<sup>8</sup> com claro poder geobloqueante<sup>9</sup> (por exemplo, através do controlo que exerce sobre os estreitos que ligam o Mar Negro e o Egeu, o que limita particularmente a acção naval da Rússia), pertence ao *rimland*,<sup>10</sup> zona de importância geoestratégica central identificada por Spykman<sup>11</sup> (relativamente à qual o poder anfíbio seria decisivo), e a parte do vital *Middle East Shatter Belt* identificado por Cohen,<sup>12</sup> constitui-se não só como uma “porta natural” para espaços tão importantes e tão dotados de recursos como o Médio Oriente, o Cáucaso e a Ásia Central, como também como um “equilibrador” de um eventual predomínio russo nessas mesmas áreas.

Assim, a força da Turquia tem sido, ao longo dos tempos, um claro exemplo de colocação da geografia ao serviço do poder. Adicionalmente, é indispensável salientar que nascem na Turquia os míticos rios Tigre e Eufrates, recursos hídricos cada vez mais fundamentais<sup>13</sup> e secularmente disputados.

Para uma melhor compreensão da teoria geopolítica de Spykman iremos apresentá-la de seguida. Na sua visão do mundo assinalava a existência de cinco grandes ilhas:

- Duas no hemisfério norte, a América do Norte ou o novo mundo e a Eurásia ou velho mundo;
- Três no hemisfério sul, a América do Sul, a África e a Austrália.

Spykman atribui especial importância ao hemisfério norte, nos vários domínios, político, económico e militar e, neste, considera que, por um lado, é no velho mundo, na Eurásia que se disputará o poder mundial e que, por outro, é no novo mundo, na América do Norte, que se situará a sede poder mundial no futuro.

<sup>8</sup> Teórico do poder marítimo que influenciou Theodore Roosevelt (entre outros) e o início do imperialismo marítimo dos EUA.

<sup>9</sup> Geobloqueante no sentido de posição que facilita o bloqueio das rotas marítimas.

<sup>10</sup> Anel exterior ou região intermédia.

<sup>11</sup> Nicholas John. Spykman (1893-1943) desenvolveu, entre outras, a teoria dos poderes conjugados ou dualista (nomeadamente navais e terrestre).

<sup>12</sup> Saul Bernard Cohen, teórico do poder combinado (marítimo, terrestre e aéreo) que salientou na sua obra a importância dos *shatter belts* (cinturões flexíveis) e do respectivo controlo dado corresponderem a áreas marítimas estratégicas, serem ricos em recursos naturais e fundamentais para o comércio, e dotados de significativa instabilidade política. Identificou dois: *Middle East Shatter Belt* e *Southeast Asian Shatter Belt*.

<sup>13</sup> A água é apontada por diversos autores como o “petróleo do novo século”, sendo de prever um exacerbar da concorrência (que sempre existiu) pelos recursos hídricos. Basta recordar que, durante a Guerra do Golfo, a Turquia fechou comportas das barragens no Tigre e Eufrates, bloqueando o acesso do Iraque a esses recursos.



A teoria de Spykman diferia bastante das de Mackinder<sup>14</sup> pois esta reflectia o peso de um novo elemento, o meio aéreo, que na época da formulação das teorias inicial e básica<sup>15</sup> era ainda demasiado incipiente para poder influenciar o poder mundial. E, com o meio aéreo, salienta Spykman, o *heartland* deixa de ser invulnerável, deixa de constituir a fortaleza da terra, o que representava um dos grandes argumentos de Mackinder.

As tensões dos meados do século XX, nomeadamente as alianças entre potências oceânicas e potências continentais na Segunda Guerra Mundial, tornaram a situação mundial mais complexa, deixando de fazer sentido uma reflexão geopolítica exclusivamente centrada na oposição entre o poder marítimo e poder terrestre.

Daqui vai resultar a grande inovação que Spykman introduz na perspectiva espacial:

- Considera que é o *rimland* e não o *heartland*, a zona *pivot* do mundo; o *rimland*, terras marginais, é a designação com que Spykman qualifica as zonas costeiras que bordejam a Eurásia, o arco ribeirinho envolvente do *heartland* e que Mackinder chamara de crescente interior ou marginal;
- No velho mundo, na Eurásia, em que, segundo Spykman, como atrás assinalámos disputará o poder mundial, este distingue as seguintes regiões:
  - O *heartland*, de acordo com a localização e configuração que Mackinder lhe atribuíra em 1919;
  - O *rimland* que vai desde a Europa marítima ocidental até ao extremo oriente asiático, incluindo o Médio Oriente, o sub-continente indiano e o sudeste asiático;
  - Os *off shore continent and islands*, compreendendo a África, a Oceania e o Japão;
  - O *ocean belt*, a grande massa oceânica continua, envolvente das terras emersas.

Segundo Spykman a importância do *rimland* pode ser sintetizada no seguinte aforismo: “Quem controlar o *rimland*, domina a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controla os destinos do mundo”.

Nicholas Spykman encontra-se incluído nos teorizadores do poder marítimo, pois ele considera que a potência marítima reúne condições para, a partir dos oceanos, dominar o *rimland*, do que as que tem a potência terrestre a partir do *heartland*. Mas é em terra, no *rimland* que, segundo o próprio, a disputa pelo poder mundial se decide. É aqui que reside o essencial da natureza dualista de doutrina (ver mapa I).

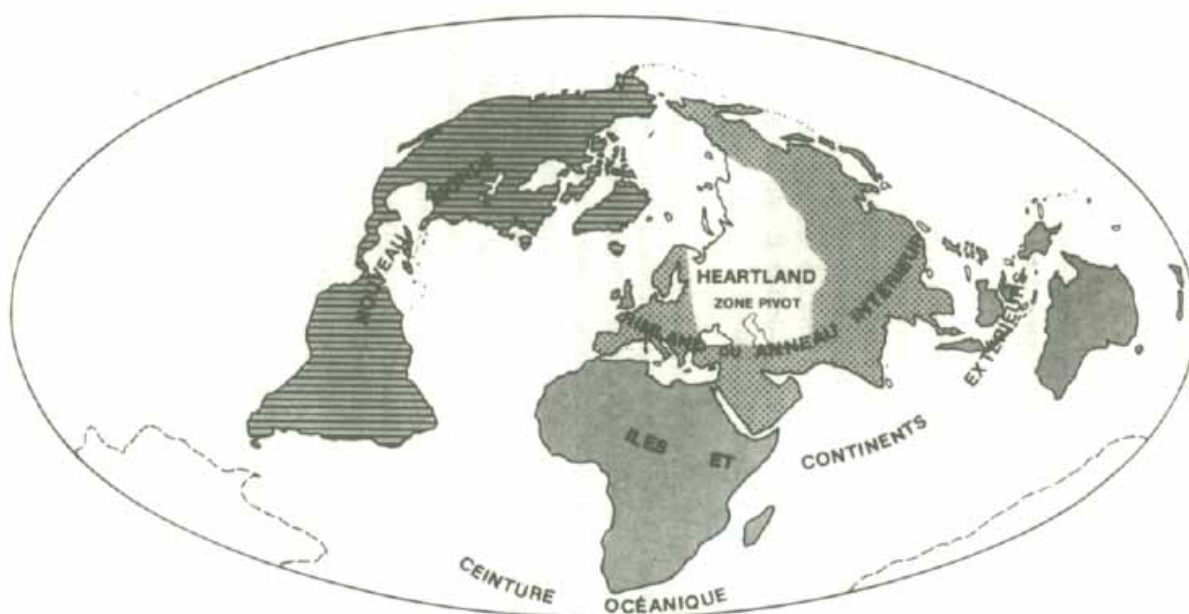
<sup>14</sup> Halford Mackinder (1861-1947), geógrafo, historiador, professor em Oxford, político, diplomata, afirma-se como um geopolítico algo paradoxal. O seu nome surge como grande teorizador do poder terrestre.

<sup>15</sup> Além destas duas teorias desenvolveu a teoria corrigida. Esta teoria surge nos anos 30 do século passado, decorrente da recuperação alemã e a subida de Adolf Hitler e do nazismo expansionista ao poder na Alemanha.



## Mapa I

### Teoria dualista de John Spykman



Fonte: Correia, 2002, 181.

Na sequência, torna-se importante abordar uma outra perspectiva, a de um teorizador da actualidade Zbigniew Brzezinski.<sup>16</sup> Considerou a Eurásia<sup>17</sup> com um grande “tabuleiro de xadrez” (ver mapa II). O poder que domina esta região pode dominar as mais avançadas e economicamente desenvolvidas regiões do globo. Nela vive cerca de 75% da população mundial, que possui a maior parte dos recursos naturais do planeta. Ali estão 60% do Produto Interno Bruto do planeta e cerca de 75% das suas reservas conhecidas de energia. Depois dos Estados Unidos, as outras seis maiores economias e os seis maiores investidores em armas estão na Eurásia. Todos os poderes nucleares, excepto um, estão ali localizados.

Para Brzezinski a Turquia encontra-se na zona sul deste grande área e “*está na “linha da frente” para influenciar o Cáucaso e o Mar Negro explorando ao máximo a retracção do poder russo.*”<sup>18</sup> Por isso, podemos considerá-la como um “jogador” geoestratégico” (Brzezinski, 1997, 47) e verdadeira “*sentinelle avancée de l’Occident sur le flanc sud de l’empire soviétique*”.

<sup>16</sup> Brzezinski foi Conselheiro da segurança do presidente dos EUA entre 1977 e 1981, membro fundador do *Council of Foreign Relations* (CFR), perito no *Center for Strategic Studies*

<sup>17</sup> A Eurásia é uma região que se estende desde Lisboa até Vladivostok.

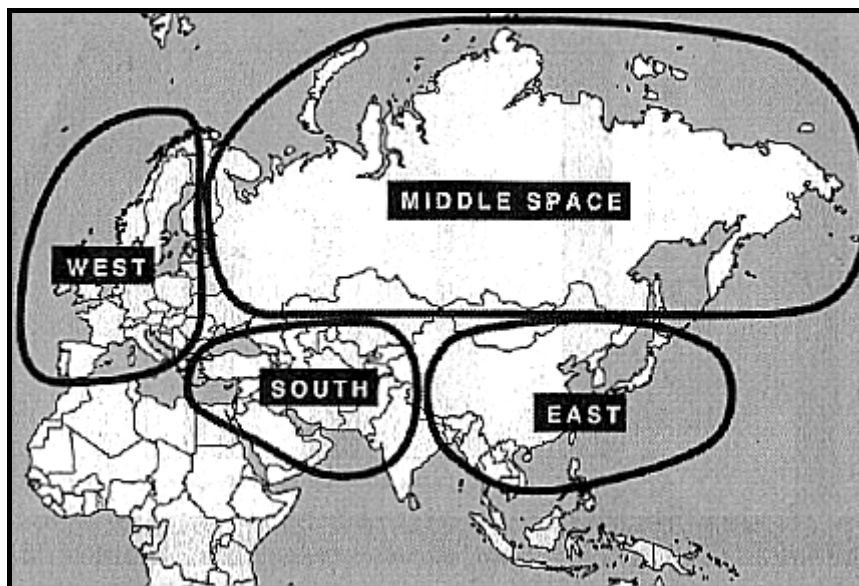
<sup>18</sup> Possível “perturbador continental” e potência hegemónica do *heartland* de Mackinder (a teorização de Mackinder, reflecte-se no seguinte aforismo do poder conducente à possibilidade hegemónica da Rússia: “Quem controlar a Europa de Leste, domina o *heartland*; quem controlar o *heartland* comanda a ilha mundial (Europa, Ásia e África); quem controlar a ilha mundial, comanda o mundo”.



(Robin, 2000, 2) A Turquia é considerada como um pivot geopolítico<sup>19</sup> importante. Estabiliza a região do Mar Negro, controla o acesso ao Mar Mediterrâneo, equilibra a Rússia na região do Cáucaso, oferece ainda um “antídoto” ao fundamentalismo muçulmano e serve como a âncora da OTAN a sul.

## Mapa II

### A Eurásia



Fonte: Brzezinski, 1997, 34.

De referir que a “implosão” da URSS trouxe igualmente novas oportunidades geoestratégicas para a Turquia em termos de centralidade no que concerne ao trânsito de hidrocarbonetos entre o Cáspio e o Mediterrâneo Oriental.

Mas falar da importância geoestratégica da Turquia hoje em dia é sobretudo, na nossa opinião, falar da relação com os EUA. Feita de muitas subtilidades, a “proximidade” entre estes dois actores é bastante visível, por exemplo, na importância da Turquia na OTAN e na constante pressão realizada pelos EUA, não só sobre a EU, no sentido da aceitação da Turquia no seu seio, como sobre o próprio país, no sentido da respectiva persuasão relativa às vantagens dessa adesão.

---

<sup>19</sup> Pivot geopolítico são os estados cuja importância não deriva do seu poder e motivação, mas da sua localização e das consequências da potencial condição da forma de pensar como “jogador” geoestratégico. Frequentemente, o pivot geopolítico não é determinado pela geografia que em alguns casos ou lhes dá um papel especial definindo acesso a áreas importantes ou negando recursos a um jogador. Em alguns casos, um pivot geopolítico pode agir como uma protecção defensiva para um estado vital ou até mesmo uma região.



## II – TURQUIA, ESPAÇO EUROPEU, SEGURANÇA E DEFESA DA EUROPA

A Turquia é a única democracia secular pluralista no mundo muçulmano que sempre deu grande importância ao desenvolvimento das suas relações com outros países europeus. Historicamente, a cultura turca teve um profundo impacto nos países do sul e do leste da Europa.<sup>20</sup>

No século XIX, após a queda do Império Otomano, a Turquia iniciou o seu “*westernising*” económico, político e social. Após a I Guerra Mundial e a proclamação da República em 1923, escolheu a Europa Ocidental como o modelo para sua nova estrutura política.

Desde então esteve sempre perto dos países do Ocidente e tornou-se membro fundador das Nações Unidas, membro da OTAN, do Conselho da Europa, membro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e membro associado da União Europeia Ocidental. Durante o período da Guerra Fria a Turquia fez parte da aliança Ocidental. Ainda dentro deste contexto, continuou a ter um papel vital na defesa do continente europeu e os seus principais elementos de política externa convergiram para os interesses dos membros europeus.

Tendo deste modo estreitado assim a cooperação com a Europa Ocidental no campo político, era necessário completar esta assumpção na área económica. Assim, o início do processo de adesão a esta organização remonta a algumas décadas atrás, mais precisamente a Setembro de 1959, ano em que solicita à então Comunidade Europeia o estatuto de membro associado.<sup>21</sup>

Em 1963 é finalmente celebrado o Acordo de Associação de Ancara, que previa o estabelecimento progressivo de uma União Aduaneira, – concretizada somente em 1996 – a livre circulação de trabalhadores e a possibilidade de aderir à UE.

Apesar da elegibilidade da Turquia nunca ter sido posta em causa, na Agenda 2000, apresentada em Julho de 1997, a Comissão Europeia recomenda a abertura de negociações com apenas seis dos candidatos, excluindo o país. O Conselho Europeu do Luxemburgo realizado em 12 e 13 de Dezembro de 1997, decide o início do processo de alargamento, convidando ao mesmo tempo a Comissão a elaborar um Estratégia Europeia para a Turquia, que fosse além do âmbito da União Aduaneira. Em 4 de Março de 1998, a Comissão adota a Comunicação “Estratégia Europeia da Turquia”, que contém como principais elementos a necessidade de aproximação das legislações e da adopção de acervo comunitário, bem como as primeiras

<sup>20</sup> Sugere-se a leitura do anexo D (Perspectiva histórica).

<sup>21</sup> Sugere-se a leitura do anexo E (Cronologia: A relação da Turquia com a União Europeia).



propostas operacionais relativas a esta estratégia. Nos sucessivos relatórios apresentados pela Comissão Europeia sobre os progressos efectuados por este país na preparação para a sua adesão, constata-se défices significativos no sistema político, em particular no que respeita ao papel dos militares na vida política, à independência do poder judiciário e a questão das minorias étnicas. Ao longo deste período, também o Parlamento Europeu insistiu para que a Turquia respeite os Direitos do Homem e promova práticas democráticas, apelando à participação da sociedade civil neste processo.

Finalmente, após constatar alguma evolução na situação interna, o Conselho Europeu de Helsínquia, em Dezembro de 1999, concedeu-lhe o estatuto de país candidato. No entanto, nenhum calendário foi fixado para o início das negociações. Em Dezembro de 2000 foi acordada uma estratégia de pré-adesão para a Turquia, destinada a apoiar as suas reformas, nomeadamente no sentido do cumprimento dos critérios políticos de adesão. No contexto da Parceria para a Adesão, adoptada em Março de 2001, o país aprofundou o seu conhecimento do acervo e o governo iniciou um processo de preparação de nova legislação. A decisão de Helsínquia incentivou a Turquia a introduzir uma série de reformas fundamentais, e durante esse mesmo ano, em Outubro, são aprovadas no parlamento turco alterações à Constituição no sentido de reforço dos direitos humanos e das liberdades individuais, com o objectivo de cumprir os critérios políticos de Copenhaga. Ainda durante esse mesmo ano, em Novembro, é aprovado um novo Código Civil. Estas reformas foram postas em prática já durante o ano de 2002, tendo culminado com o reconhecimento dos direitos da minoria curda e com a abolição da pena de morte. A adopção destas reformas é, sem dúvida, um sinal importante de determinação dos líderes políticos turcos em aproximar o país dos valores e regras pelos quais se rege a União Europeia. Aliás, o novo governo turco afirmou que uma das suas principais prioridades é progredir no sentido de uma aproximação à União Europeia e outra, é a resolução da questão cipriota. Mesmo assim, e apesar das pressões do governo turco para obter um calendário para o início das negociações de adesão, Bruxelas optou uma vez mais, no seu relatório de Outubro, por não propor a Ancara a fixação de qualquer data, deixando-a assim de fora do próximo alargamento que veio a acontecer em 16 de Abril de 2003, com a assinatura de adesão de dez novos países.

Apresentado o percurso de integração europeia da Turquia, e para o desenvolvimento da problemática apresentada, torna-se importante debruçarmo-nos sobre o conceito de Segurança. Este conceito naturalmente, depende, *“on the particular philosophical world-view we adopt. It is*





*these philosophies that tell us what the world is like, and ultimately, whose security we should be concerned with, and how their security may be achieved.”* (Bilgin, 1998, 151)

Podemos dizer que o conceito de Segurança é um conceito que tem vindo a sofrer algumas alterações, em consequência do novo ambiente estratégico decorrente do fim da Guerra Fria e do 11 de Setembro. Sem pretendermos fazer uma abordagem exaustiva, podemos dizer que o conceito de Segurança, *“será não só um estado ou uma situação a atingir, mas abrangerá também o conjunto de actividades de vária natureza, correspondentes aos diversos sectores das estratégias gerais (económico-financeiras, política externa, política interna, cultural, transportes, comunicações, energia, etc. e militar).”* (Santos, 2000, 86) Apesar de ser difícil dissociar o conceito de Segurança e Defesa, podemos afirmar, no entanto, que o conceito de Defesa traduz tudo o que se refere à actividade militar.

Na Europa estes conceitos devem ser compreendidos como servindo uma nova postura de Segurança e Defesa, que já não é a de dissuasão e defesa em caso de ataque, mas sim a de uma segurança em que todos devem ganhar, desenvolvendo e mantendo a confiança, apostando na prevenção dos conflitos mas também na acção militar legítima, rápida e decidida, sempre que politicamente assim for julgado necessário.

É ainda de frisar que actualmente a Europa, além de ter visto o seu conceito de Segurança alargar-se a outros domínios, carece também de ser compreendida como algo cujo valor operacional se modificou. Já não existe sobre a Europa uma ameaça definidora de uma Segurança rígida e petrificada. Os “novos riscos” e desafios, de natureza diversificada e expressão geográfica muito mais reduzida, deram origem a uma Segurança fragmentária, construída em torno de perspectivas de base territorial mais restrita. O que implica a construção de referencias regionais para, por um lado, enquadrar melhor a realidade, e para, por outro, contrariar a indesejável renacionalização das políticas de Segurança e Defesa (Pinto, 2000,47).

A Europa tem-se confrontado com a necessidade de desenvolver uma Identidade de Segurança e de Defesa que resulta essencialmente de dois factos:

- O aparecimento de diversos focos de instabilidade a Leste, caracterizada por uma nova conjuntura de onde destacamos como exemplo o caso da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo.
- O redimensionamento relativo do empenhamento dos Estados Unidos no que toca à Defesa Europeia criou um vazio que a Europa não vai preencher. Nos últimos anos tornaram-se, assim, evidentes as limitações de uma Aliança (a OTAN) que se defina essencialmente em função de uma ameaça exterior, numa altura em que, para enfrentar os novos desafios de



Segurança Europeia, se faz sentir a necessidade de uma entidade política animada pela consciência de que existem interesses comuns.

Neste contexto, o Conselho da OTAN, realizado em Bruxelas, em Janeiro de 1994, reconheceu a importância de definir uma Identidade Europeia específica em matéria de Segurança e Defesa. Essa identidade começou a tomar forma em Berlim, por ocasião do Conselho da OTAN de 3 de Junho de 1996, graças ao desenvolvimento do conceito de Grupos de Forças Interarmadas Multinacionais (GFIM), aprovado pelos ministros da Aliança por ocasião da Cimeira de Bruxelas de 1994. Os referidos grupos permitirão utilizar capacidades militares da OTAN em operações conduzidas pela UEO e executadas sob o controlo político e a direcção estratégica desta última (UE, 2003c).

Desde então, a UE dotou-se das suas próprias estruturas políticas e militares permanentes para assegurar o controlo político e a direcção estratégica das operações de resposta a crises. Em Dezembro de 2002, no âmbito dos acordos permanentes sobre as consultas e a cooperação entre a UE e a OTAN, os denominados “Berlim mais”, a UE e a OTAN, assinaram um acordo de parceria estratégica em matéria de gestão de crises. Graças a esse acordo, a UE disporá de um acesso, com efeito imediato, aos meios logísticos e de planeamento da Aliança Atlântica, incluindo informações militares. Assim, a UE poderá utilizar esses meios para conduzir as suas operações, aliás, durante este ano, irá dotar-se de uma força de reacção rápida, com cerca de 60.000 homens, para conduzir as suas operações de apoio à paz.

Uma vez passados em revista os principais contributos teóricos sobre o conceito de Segurança e Defesa, vamos de seguida abordar os dois cenários prováveis para a arquitectura de Segurança e Defesa da Europa:

- **1º Cenário de Evolução**

A Europa continuará a desenvolver-se sob o “chapéu-de-chuva” da Aliança Atlântica. É um cenário realista, já que visa uma defesa europeia num quadro Euro-Atlântico, inscrevendo-se tal como sucede hoje em dia, num espaço geopolítico mais vasto, mas que a actual UE assumiu como uma só voz, constituindo o pilar europeu de uma aliança equilibrada.

- **2º Cenário de Evolução**





A Europa prescinde dos EUA. Para isso ser possível terá de investir mais na defesa em detrimento de outros bens, o que se torna um pouco difícil.<sup>22</sup> Este cenário é optimista, e visa uma defesa estritamente europeia, totalmente autónoma, interessando e envolvendo apenas um dado espaço europeu e, consequentemente dissociado e independente do Atlântico Norte e de qualquer outra área pública exterior.

- **Análise dos Cenários de Evolução**

O **1º cenário** prevê a manutenção da situação actual, ou seja, a UE mantém-se como pilar da OTAN na vertente militar, mantendo assim a ligação com os EUA. No entender do Prof. Adriano Moreira,<sup>23</sup> quando questionado sobre a sua posição relativamente a esta temática, admitiu que a solidariedade atlântica é um património que deve ser preservado, pois assenta no sacrifício de milhões de pessoas que morreram defendendo interesses e valores comuns. Trata-se de uma união que tem cinquenta anos de existência, englobando perigos enfrentados e a solidariedade vencedora, pois o muro de Berlim caiu. O Prof. Adriano Moreira acrescenta ainda, que esta união transatlântica implicou bastantes anos e sacrifícios para ser construída, pelo que precisa de ser preservada, não necessariamente imobilizada. Contudo, terá de se adaptar às circunstâncias. A questão da europeização da defesa, de que tanto se fala, é um tema importante. Esta problemática, que curiosamente partiu da proposta americana, que viu crescer a Europa e que a ajudou a crescer, tinha em vista a repartição dos encargos, o que nunca se conseguiu de uma forma suficiente. Não há dúvida, que actualmente a diferença entre o investimento americano e a capacidade alcançada, assim como a fraqueza do investimento europeu, implica que a distância entre americanos e europeus seja enorme.<sup>24</sup> No entanto esta distância significativa de capacidades de defesa não conduz a uma subalternização da Europa. Este é um problema falso.

O **2º cenário** corresponde ao conceito da “Europa Potência” e na opinião do Gen Loureiro dos Santos, a UE no domínio da Segurança e Defesa, presentemente e a médio prazo, ficará apenas por linhas de política comum, das quais a mais saliente, e que deverá ser escolhida desde já, será a de aumentar as suas capacidades militares (uma Força de Intervenção Rápida efectivamente operacional, meios contra terrorismo, meios de comunicações, de comando e controlo, de transporte estratégico e de informações), ampliando as despesas neste domínio. (Santos, 2003b).

---

<sup>22</sup> Opinião emitida pelo Eng.º Ângelo Correia, na conferência proferida no dia 27 de Março de 2003 no Instituto de Altos Estudos Militares.

<sup>23</sup> Opinião emitida na entrevista ao “Jornal 2” no dia 16 de Abril de 2003.

<sup>24</sup> Sugere-se a leitura do anexo F (Despesas militares efectuadas pelos países da UE).



O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, corrobora a opinião do Gen Loureiro dos Santos prevendo que a identidade europeia de segurança e defesa só irá corresponder a uma realidade credível daqui a 10 ou 15 anos. Apontou para a existência de “fraquezas” na UE, que se localizam precisamente nas limitadas capacidades militares, pesados mecanismos de decisão e falta de ambição para assumir um papel estratégico. Daqui resulta a necessidade de sensibilizar todos os Estados-nação e a população do aumento das despesas militares como as que existem nos EUA.

Entendemos, assim, que o **1º cenário** é o mais realista, já que a OTAN continua a ser a entidade fundamental para a defesa colectiva e para a preservação da integridade territorial dos países europeus que dela são membros. Existem hoje, porém, novos desafios à segurança que vão para além das tarefas clássicas da defesa colectiva e que se traduzem na utilização de meios militares em operações de manutenção de paz, em acções de carácter humanitário, entre outras. Vemos, por outro lado, a vantagem de se estabelecer uma repartição de tarefas entre as diversas organizações na Europa no domínio da Segurança e da Defesa, nomeadamente a OSCE, a UE e a OTAN, em que cada uma actua de acordo com a sua vocação, composição ou especial preparação, no âmbito de um conceito de instituições mutuamente reforçáveis (Seixas da Costa, 2002).

Desta forma, e *“em matéria de arquitectura interna Euro-Atlântica, há um interesse claro da Europa na manutenção do “partnership” com os EUA, materializado na OTAN. O potencial político, económico e militar da Europa Ocidental e dos EUA, pode valer muito no mundo do pós-Guerra Fria, se for utilizado em conjunto e para construir uma comunidade internacional mais perfeita; mas pode também valer muito pouco, se for utilizado de forma desarticulada ou concorrente.”* (Fernandes, 2002, 398)

Podemos concluir que *“In the past, Europe and the United States were united by a common nightmare: the Soviet Union. Today, they have to develop common dreams [...] Such common dreams imply shared responsibilities and would force Europeans and Americans to work and think together in ways that could only cement their political bonds.”* (Moïsi, 1999, 55)



### III – OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À INSERÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

A Turquia faz parte do sistema de estados europeus desde o século XIX quando o Império Otomano foi incluído na Europa. Em 1856, na Conferência para a Paz que decorreu em Paris, os estados europeus decidiram que a integridade territorial do Império Otomano era essencial para estabilidade europeia. No entanto, as relações da Turquia com a Europa mudaram com o fim do Império Otomano. Este perdeu a sua superioridade militar e não acompanhou o desenvolvimento tecnológico, ficando para trás dos estados europeus. As entidades otomanas começaram a olhar para a Europa como um modelo, iniciando a importação das ideias europeias, estilos de vida e modos de pensar. Mas o Império Otomano ao importar o modelo europeu, apercebeu-se das suas fraquezas, diferenças e características, e o processo de europeização estagnou. Em 1923, com Atatürk, o processo de modernização e europeização teve de novo uma aceleração, materializada na eliminação dos principais problemas do sistema Otomano, responsáveis pelo atraso cultural e tecnológico da Turquia. Este processo gradual de europeização teve novo impulso depois da 2ª Guerra Mundial com a entrada da Turquia na OTAN.<sup>25</sup>

Apesar dos esforços de europeização da Turquia, a grande maioria dos europeus nunca a considerou verdadeiramente europeia. Durante muito tempo os turcos foram considerados como os “outros” na Europa. Esta percepção de que os turcos são considerados como os “outros” ficou interiorizada na memória de cada europeu, arrastando-se este conceito até hoje e dificultando a sua inserção na UE.

#### 1. As relações com a Grécia

As relações Grécia-Turquia nunca foram as melhores, apesar de ambos os Estados serem membros da OTAN. O conflito entre os dois países constituiu uma ameaça para a segurança no Mediterrâneo desde os anos 50. Durante a Guerra Fria, as diferenças entre os dois países ameaçaram desencadear um conflito aberto, por várias ocasiões. Estas diferenças assumiram uma importância relevante com o fim da Guerra Fria, por vários motivos.

---

<sup>25</sup> A Turquia entrou na OTAN em 18 de Fevereiro de 1952 (Boniface, 2000, 138). A organização foi criada no contexto da Guerra Fria, com o objectivo de constituir uma frente oposta ao bloco comunista, que, aliás, poucos anos depois lhe haveria de contrapor o Pacto de Varsóvia. Desta forma, a OTAN tinha, na sua origem, um significado e um objectivo paralelos, no domínio político-militar, aos do Plano Marshall no domínio político-económico. Os estados signatários do tratado de 1949 estabeleceram um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíram uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros.



Primeiro, a grande disputa do Mar Egeu, que teve lugar durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1996. Os dois países estiveram muito perto do conflito armado, tendo sido evitado graças aos esforços diplomáticos encetados pelos EUA. Apesar das relações terem melhorado desde meados de 1999, esta disputa continua por resolver, havendo sempre a possibilidade de um novo incidente conduzir a um conflito armado.

Segundo, a questão cipriota continua a agravar as relações greco-turcas, após a invasão do norte da ilha pelos turcos. Além disso, a ilha tornou-se progressivamente mais militarizada. *“Nos últimos anos ambas as partes trabalharam no sentido de aumentar a sua presença militar, como foi exemplo a crise dos mísseis S-300 em 1997-1998”*. (Larrabee, 2003, 72)

Em Dezembro de 1999, na Cimeira de Helsínquia, foi aceite como país candidato a estado membro, no entanto, foi elaborada uma resolução dos diferendos da Turquia com a Grécia, em que o Mar Egeu e o Chipre eram a condição prévia para a eventual adesão da Turquia à UE. Assim, as aspirações europeias da Turquia estavam directamente ligadas à resolução das suas divergências com a Grécia, relativamente ao Mar Egeu e ao Chipre.

## 2. Chipre como factor de instabilidade

Em 1960, o Chipre adquire a independência e o seu primeiro presidente eleito, Monsenhor Makarios,<sup>26</sup> compromete-se a preservar os interesses e os direitos das duas comunidades (Boniface, 2003). Contudo, no período de 1964 a 1974, Makarios é derrubado num golpe de Estado fomentado pelo “regime de coronéis” que então estavam no poder em Atenas, golpe esse que tinha como única finalidade unir o Chipre à Grécia. De imediato, as forças militares turcas desembarcaram no norte da ilha e os cipriotas gregos recuaram para sul. A ilha divide-se em duas partes e em 1983 é proclamada a “República Turca do Chipre do Norte”, que é apenas reconhecida pela Turquia.<sup>27</sup>

No Conselho Europeu de Copenhaga, que teve lugar a 12 e 13 de Dezembro de 2002, a República do Chipre foi formalmente convidada a integrar a UE, sem qualquer condição prévia,

<sup>26</sup> Makarios III (1913-1977), líder cipriota grego foi arcebispo Ortodoxo de Chipre e o primeiro Presidente de Chipre. Makarios, nome original Mihail Christodolou Mouskos, nasceu a 13 de Agosto de 1913, em Ano Panaya, Paphos, Chipre, era filho de um pastor. Educado no mosteiro de Kykkos, e nas universidades de Atenas e Boston, veio a ser eleito arcebispo de Chipre em 1950. Trabalhou para união de Chipre com a Grécia, e desde logo desejou uma maioria cipriota grega. Além disso, Makarios organizou um grupo de mocidade patriótica que participou em ataques terrorista e aceitou também apoio comunista. Quando em 1955, se deram as revoltas em Chipre, Grécia, e Turquia, as tropas britânicas restabeleceram o controlo e caso houvesse necessidade teriam que exilar Makarios para as Ilhas Seicheles (1956). Em 1959, Makarios aceitou a independência cipriota. Em 1974, foi eleito Presidente, sobreviveu a quatro tentativas de assassinato, um golpe de estado e a invasão turca, mantendo sempre um esforço para garantir o equilíbrio das demandas gregas e turcas. Morreu em Nicosia, a 3 de Agosto de 1977.

<sup>27</sup> Sugere-se a leitura do anexo G (Dados gerais sobre o Chipre).



seguindo o espírito e a letra da decisão tomada em Helsínquia, em 1999, que estipulava claramente que uma solução para o problema cipriota não era uma pré-condição para adesão do Chipre (Vasconcelos, 2003).

Infelizmente, a dinâmica criada em Copenhaga não levou, até ao momento, a uma solução do problema cipriota, com base no plano apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. Assim, o desafio que se coloca a todos os actores envolvidos é o aproveitamento da dinâmica criada pela iniciativa de Kofi Annan<sup>28</sup> e pela decisão de Copenhaga.

### 3. Os Direitos Humanos e os Curdos

Um dos obstáculos à inserção da Turquia na UE prende-se com a questão do desrespeito pelos direitos humanos, conforme recentes avaliações levadas a efeito pela UE. Embora tenham sido dados alguns passos para colmatar estas faltas, o progresso tem sido lento e aquém do desejado. Acresce ainda, que muitas das mudanças efectuadas no plano legislativo carecem de implementação.

#### Prática de Tortura

Um dos assuntos mais sensíveis é a prática de torturas. Na Cimeira do Luxemburgo, em Dezembro de 1997, o Primeiro-ministro Luxemburguês Jean-Claude Juncker chamou à atenção para este assunto, declarando que “*quem praticasse actos desta natureza não tinha direito de se sentar à mesa da UE*”. As observações de Juncker causaram algum alvoroço na Turquia, pela forma pouco diplomática como se havia expressado o Primeiro-ministro Luxemburguês. No entanto, tais observações realçam a necessidade de mudança no país no sentido de focalizar mais adequadamente o assunto da tortura, se a sua meta é vir a ser membro da UE.

#### Acervo legislativo

---

<sup>28</sup> O plano de Koffi Annan consistiu em juntar em Haia (Holanda), o Presidente da República de Chipre, Tassos Papadopoulos, e o líder da comunidade turca do Norte da ilha, Rauf Denktask, no sentido de os convencer a unirem-se e a entrarem juntos na UE. O diplomata ganês tentou convencer as duas partes de que Chipre devia ser um país, se bem que com dois estados federados: um de maioria grega e outro de maioria turca. Infelizmente, este plano fracassou pelos obstáculos encontrados nas negociações com os líderes das duas comunidades. Papadopoulos dispunha-se a submeter o plano da ONU a voto popular, desde que a população estivesse muito bem informada sobre o que estava em causa, e que fossem resolvidas as dúvidas quanto à futura legislação federal e à forma como é que se iriam preencher as previstas assembleias constituintes de cada um dos dois estados cipriotas. Rauf Denktask mostrou-se intransigente pois não quis aceitar um referendo tendo por base o plano de Annan e levantou também grandes objecções aos seus principais pontos.



Neste contexto há dois pontos importantes a destacar. Primeiro, existem deficiências na implementação das leis e regulamentos. Segundo, nos últimos anos a Turquia empreendeu vários esforços para implementar as leis contra a tortura. Não obstante, os incidentes continuaram<sup>29</sup> e, neste sentido, foi necessário dar passos mais largos no sentido de assegurar que as leis e regulamentos contra o uso da tortura sejam completamente implementados, isto se deseja entrar na UE.

### **Restrições à liberdade de expressão**

A UE também expressou preocupação sobre restrições em liberdade de expressão,<sup>30</sup> assim em Fevereiro de 2002, depois de intenso debate, o parlamento turco aceitou fazer alterações à legislação. Porém, a UE reivindicou que estas mudanças não vão ao encontro dos Critérios de Copenhaga (Gültasli, 2002).

### **Pena de morte**

Em Agosto de 2002, num esforço adicional, o parlamento turco aboliu a pena de morte, exceptuando em tempo de guerra. Porém, esta alteração não trouxe modificação nas negociações de adesão da Turquia à UE.

### **Minorias étnicas**

O problema das minorias, em especial da população curda, constitui sem dúvida uma grande dificuldade da adesão à UE. Da população total da Turquia, de quase 67,8 milhões de pessoas, estima-se que os Curdos sejam cerca de 14 milhões, no entanto este valor não se encontra contabilizado no total da população (Larrabee, 2003). Menos de metade desta população curda encontra-se no Sudeste da Anatólia,<sup>31</sup> a maioria está nas principais cidades turcas, particularmente em Istambul e Ancara. Outros oito milhões de Curdos vivem dentro das regiões curdas do Iraque, Irão e Síria.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> O Comité Europeu Contra Tortura publicou três relatórios em 1992, 1996 e 1999 em que se constatou que a tortura era sistematicamente praticada na Turquia. O mais recente relatório, publicado em Fevereiro de 1999, mostra que a situação está a melhorar apesar da tortura ainda acontecer na Turquia. Apesar das regras e regulamentos melhorados, a implementação dos mesmos, torna-se difícil, com especial ênfase para as delegacias da polícia e prisões.

<sup>30</sup> O especial ênfase foi dado aos Artigos 159º e 312º do Código Penal Turco e nos 7º e 8º parágrafos da Lei Anti-terrorismo.

<sup>31</sup> Região do mundo antigo, correspondendo actualmente à Turquia, ou à Ásia Menor. Algumas das descobertas Neolíticas mais antigas do Médio Oriente foram encontradas na Ásia Menor. Uma das mais importante, a Çatal Hüyük, perto da actual Konya, datada de 9000 A.C..

<sup>32</sup> Sugere-se a leitura do anexo H (Curdos; Compreender o conflito).



A Turquia não reconhece uma minoria curda e vê este povo étnico como cidadãos da Turquia.<sup>33</sup> O conceito de identidade turca adoptado por Atatürk era altamente “inclusivo”, ou seja, todo o cidadão que vivendo dentro das fronteiras da República Turca e aceitando os seus princípios básicos, podia tornar-se num cidadão nacional. Ao aceitá-lo, esse indivíduo, requeria a supressão da sua identidade étnica.

A tentativa dos curdos se aproximarem dos turcos já tinha sido feita durante o final do século XIX quando estes pretenderam integrar o Império Otomano. Em 1920, com o Tratado de Sèvres,<sup>34</sup> o Ocidente favorecia o desmantelamento do Império Otomano e simultaneamente a criação de um estado independente Curdo. Como resultado, a Turquia rejeitou o pedido dos curdos para uma maior autonomia regional e direitos culturais próprios, como o direito para receber educação pública no seu idioma, temendo que isto pudesse aumentar as pressões separatistas e as ameaças à integridade do estado turco.

### **Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)**

Um dos maiores pesadelos de Ancara e germinador de tensões com a UE foi a forte campanha empreendida contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Ao mesmo tempo, a comunidade internacional esteve atenta à política interna desenvolvida pela Turquia, pois esta havia imposto fortes restrições à liberdade de expressão e aos direitos humanos. Estas restrições, eram justificadas face aos inúmeros ataques terroristas e movimentos separatistas que existiram durante bastante tempo no território. Actualmente a ameaça do PKK diminuiu bastante com a prisão do seu líder, Abdullah Öcalan.<sup>35</sup>

A diminuição da violência empreendida pelo PKK deu ao governo turco novas oportunidades para concertar reformas dentro do campo de democratização e dos direitos humanos. Recentemente, o governo empreendeu medidas para encorajar o investimento no Curdistão – com principal incidência para a área a sudeste da Anatólia, uma das mais pobres da

<sup>33</sup> Sugere-se a leitura do anexo I (Cronologia: A luta pela criação de um Estado Curdo).

<sup>34</sup> Durante o século XI os curdos foram subjugados pelos árabes, depois pelos mongóis e, em seguida, pelo Império Otomano. Somente no século XX houve a esperança de criação de um Estado próprio, com a assinatura do Tratado de Sèvres, em 1920, depois da Primeira Guerra Mundial. O Tratado de Sèvres estipulava a divisão do Império Otomano e previa a criação do Curdistão. Contudo, três anos depois, um novo tratado (Tratado de Lausanne) definiria autoritariamente que o meio milhão de quilómetros quadrados das terras curdas seriam repartidos entre Turquia, Irão, Iraque, Síria e, em menor escala, a antiga União Soviética.

<sup>35</sup> Abdullah Öcalan líder do PKK. Ele é a face mais visível da luta pela independência do Curdistão turco, um território de 250.000 quilómetros quadrados. Öcalan viveu muito tempo exilado na Síria e quando o expulsaram fez um arriscado périplo pela Grécia, Rússia e Itália, até parar no Quénia, onde agentes turcos o capturaram. Na altura da sua detenção, o PKK contava aparentemente com perto de 5.000 combatentes, muitos dos quais transitaram depois para o Norte do Iraque. Após a sua detenção, propôs ao PKK que largasse as armas e se dedicasse a um combate essencialmente político.





Turquia. Em Agosto de 2002, num esforço para encorajar a UE a abrir as negociações de adesão, o parlamento turco aprovou a legislação que legaliza a radiodifusão e o ensino privado do curdo. Porém, ensinar o curdo nas escolas públicas continua ainda a ser proibido.

Estas acções foram importantes para a proposta de entrada da Turquia na UE, no entanto, foram ainda consideradas insuficientes para a maioria dos estados membros. Logo, torna-se importante que a Turquia preconize medidas mais profundas dentro dos critérios definidos na Cimeira de Copenhaga.

#### **4. O factor Islâmico**

O factor islâmico situa-se dentro do campo cultural e civilizacional, constituindo um obstáculo que a Turquia tem de enfrentar, para se tornar membro da UE. Importa esclarecer que a única condição que Ancara tem de cumprir para se tornar membro da UE é a de respeitar os critérios de Copenhaga. Muitos europeus põem em questão, se o grau religioso islâmico da Turquia e as suas tradições culturais são compatíveis com os valores “europeus”. O Presidente da “Convenção Europeia”, Valéry Giscard d’Estaing, afirma que não faria sentido “discutir assuntos internos da UE extremamente sensíveis para a vida quotidiana dos europeus, com países possuidores de outra cultura e com um outro modo de vida” (Azevedo, 2002). Esta posição do ex-presidente francês, demonstra que o factor islâmico é um elemento constrangedor, no entanto, ressalva-se que o factor religioso de uma nação não deve constituir um critério de adesão à UE.

Durante as últimas décadas, houve um aumento visível do papel do Islão na vida social e política da Turquia. Isto reflectiu-se, em particular, no forte apoio dado ao Partido Islâmico Refah (Bem-estar) e ao seu sucessor, o Partido Fazilet (Virtude). Alguns analistas ocidentais consideram que a Turquia atravessa um processo de “reislamização”. Porém, tal visão é enganadora. O Islão nunca foi realmente eliminado na Turquia. Ele foi simplesmente eliminado das instituições estatais, tendo mantido, contudo, uma forte influência na zona rural. O resultado era uma divisão entre a cultura secular “Kemalista” da elite burocrática militar centrada em Ancara e noutras cidades ocidentais principais da Turquia e a cultura tradicional islâmica que prevaleceu nas aldeias e cidades da Anatólia Oriental (Valle, 2001).

Nos anos cinquenta, houve um retorno gradual do Islão à Turquia. Este aspecto era, em parte, produto da democratização da vida política turca, a qual deu espaço a todos os tipos de grupos políticos, inclusive aos Islamistas. Ironicamente, nos anos oitenta, esta pretensão também foi promovida pelo exército, que viu o Islão como um bastião contra a infiltração do marxismo e





das ideias de esquerda, tendo também promovido a implementação do ensino religioso nas escolas de instrução. Em 1983, o General Kenan Evren, que se tornou presidente após o seu regresso à vida civil, e o Ministro Turgut Özal deram repetidamente ênfase à importância dos valores religiosos no nacionalismo turco (Larrabee, 2003).

Finalmente, o modelo de uma Turquia “laica e kemalista”, frequentemente elogiada por Bruxelas e pela OTAN, favoráveis à entrada da Turquia na UE, não se fez sentir nas últimas eleições em que tomou posse Recep Tayyip Erdogan, Primeiro-ministro e líder do Partido da Justiça e do Desenvolvimento. Erdogan, de 49 anos, levou o seu Partido da Justiça e Desenvolvimento (islamista moderado) a uma esmagadora vitória nas eleições gerais de Novembro de 2002, mas foi considerado inelegível devido a uma condenação, em 1998, por “incitar o ódio e a discriminação religiosa” num discurso. Depois de várias reformas na lei eleitoral, foi nomeado Primeiro-ministro.

Líder de um governo democrático eleito, Recep Tayyip Erdogan está decidido a integrar o seu país na Europa e para esse efeito tem atirado para segundo plano toda a legislação referente à liberdade religiosa, centrando antes a sua acção, nas reformas exigidas pelos Quinze. Ao fazê-lo, sabe que está a ir ao encontro do que lhe pede a esmagadora maioria da população.

Basicamente, em muito do que é essencial, continua a funcionar a velha máxima que, num dia de 1923, ao fundar a República Turca, Mustafá Kemal Atatürk explicitou a um jornalista estrangeiro: “Estou a ditar democracia ao meu povo” (Guedes, 2003).



## **IV – TURQUIA, ENQUANTO ENTIDADE DE SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA**

O parceiro vital da Europa no Mediterrâneo Oriental é a Turquia. Desde a 2ª Guerra Mundial que a Turquia se tornou num importante aliado a leste da Europa e também parte da arquitectura de segurança e defesa nessa região. Como membro da OTAN, desempenhou um papel estratégico fundamental contra o aumento da influência soviética no mediterrâneo durante a Guerra Fria. A sua importância e confiança como aliado, foram ainda comprovadas durante as duas Guerras do Golfo, quando autorizou o uso da base aérea de Icirlik para operações militares e apoiou o embargo económico contra o Iraque, apesar dos sérios danos que isto veio a causar na sua economia.

Com o final da Guerra Fria e com a queda da União Soviética, ficou bem claro que a localização da Turquia numa encruzilhada entre as Balcãs, a região do Mar Negro e o Médio Oriente, assim como a sua proximidade aos novos estados da Ásia Central, lhe conferiram uma posição sem igual, insinuando desafios e oportunidades em simultâneo. A sua “orientação” ocidental e estado secular islâmico, proporcionaram-lhe uma valência forte para servir de ponte entre os países a oriente e os estados mediterrâneos árabes, que a consideram como um exemplo e um bastião de estabilidade. Pode ainda servir como “cabeça-de-ponte” para o lançamento de operações militares no âmbito da UE na região, com a utilização das suas forças armadas (cerca de 600.000 homens),<sup>36</sup> bem como um importante elemento para Segurança e Defesa da Europa, isolando a UE do Médio Oriente.

### **1. A dimensão de Segurança e Defesa**

As relações da Turquia com a Europa têm sido por vezes difíceis, pois existem alguns diferendos em matéria de política de segurança e defesa. Ao contrário de outros Estados europeus do sul da Europa membros da OTAN, a Turquia não acompanhou a forte “Europeização” da sua política externa. Isto tendeu a realçar o desinteresse da Turquia, tornando-a diferente desses Estados.

O crescente interesse da Europa em instruir uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) veio criar um novo conjunto de problemas com a Turquia e motivar ainda mais o desinteresse que se fazia sentir. Embora tenha havido outros países do sul da Europa que

---

<sup>36</sup> As forças armadas dispõem um total de 664,850 homens repartidos da seguinte forma: Exército, 402,000 homens; Marinha, 52,750 homens e Força Aérea, 60,100 homens e outros 150,000. Conta ainda com 378,700 reservistas que podem ser chamados até aos 41 anos de idade (Chipman, 2002, 58).



apoiaram o desenvolvimento de uma componente de Segurança e Defesa mais forte, a atitude da Turquia foi muito mais ambivalente. É de salientar que desde que viu recusado o pedido de adesão à UE, que Ancara não aceita qualquer enfraquecimento significativo do seu papel na OTAN em segurança europeia, pois isto poderia reduzir a sua própria “voz” em assuntos de segurança europeus.

Apesar de não se opor à expansão do interesse da UE nos assuntos de Segurança e Defesa, Ancara procurou obter garantias de que será envolvida no planeamento e no processo de decisão das operações de crise, especialmente aquelas que digam respeito directamente à sua própria segurança. Recusou concordar que a UE pudesse utilizar “automaticamente” as capacidades da OTAN na condução de uma operação, na qual a OTAN decidisse não ser envolvida. Ao invés, insistiu na ideia de que a UE só poderá ter acesso a estas capacidades após uma revisão criteriosa de cada caso.

As diligências turcas para obter um maior e mais íntimo envolvimento no processo de decisão deste tipo de operações, impediram a coordenação do planeamento e controlo entre a OTAN e a UE. As objecções de Ancara foram dirigidas para duas preocupações principais: primeiro, a Turquia temeu que a Grécia pudesse usar o facto de pertencer à UE para intervir em áreas – como por exemplo, o Chipre – que afectassem directamente a sua segurança; segundo, a maioria dos conflitos que no futuro a UE ou OTAN poderão enfrentar, encontrar-se-ão provavelmente na periferia da Turquia. Assim, os turcos quiseram assegurar que estarão envolvidos nas decisões que afectem directa ou indirectamente a sua segurança.

No início de Dezembro de 2001, a Turquia concordou com o apoio Americano e Britânico, tendo resultado num acordo designado por “Documento de Ancara”, o qual assegurou que a IESD não iria ser usada contra outros aliados da OTAN (como era o caso da Turquia). Além disso, garantiu que seria consultada no caso de uma intervenção pela Força de Reacção Rápida da UE, em qualquer parte da área geográfica que lhe fosse adjacente ou que afectasse os seus interesses de segurança (Dempsey, 2001).

Na Cimeira de Laeken, a Grécia levantou algumas objecções no sentido de evitar a implementação deste acordo e afirmou que o “Documento de Ancara” conferia à Turquia o direito de veto sobre os interesses nacionais gregos, como é o caso do Chipre e do Mar Egeu, deixando estas áreas fora das competências de IESD. Tal situação foi considerada inaceitável por Atenas.

Esta disputa serviu para aumentar a desconfiança entre Ancara e Bruxelas. Muitos Turcos vêem a disputa como um desejo da UE de excluir a Turquia das decisões importantes que



afectam a sua segurança. Por outro lado, a intransigência turca nesta matéria tem “irritado” muitos dos estados membros, tornando-os menos flexíveis nos assuntos relacionados com a adesão da Turquia.

Vendo o seu papel enfraquecido na UE, os turcos evidenciaram esforços para garantir uma maior coesão no seio da OTAN, evitando assim que existam conexões duvidosas quanto aos verdadeiros interesses da Turquia nesta organização.

Assim, a Turquia no final da Guerra Fria teve uma aproximação bastante cautelosa relativamente ao novo conceito estratégico da OTAN. Ancara teve algumas reservas iniciais quanto ao primeiro alargamento desta Aliança, temendo que esta pudesse antagonizar-se com a Rússia. Porém, apoiou a inclusão da Bulgária e da Roménia, pois esta inclusão poderia contribuir para a estabilização dos Balcãs. Simultaneamente, porque tanto o Iraque como a Síria constituem um foco de instabilidade para a Turquia, este país está particularmente interessado no ênfase dado pelo novo conceito estratégico à gestão de crises, evitando um enfraquecimento do compromisso da Aliança.

Ao mesmo tempo, o seu maior envolvimento nos assuntos do Médio Oriente, criou novos dilemas para Ancara. Muitos aliados europeus estão relutantes em alargar a OTAN para além das áreas de influência da Europa e poder assim ajudar a Turquia, se esta entrar num conflito com o Iraque ou a Síria, especialmente se esta for a responsável pela erupção do conflito. Porém, uma recusa de ajuda à Turquia poderia criar uma crise nas relações deste país com a OTAN, incitando-a a retirar-se da Aliança.

Esta situação agravou-se ainda mais quando os Estados Unidos lançaram o ataque contra o Iraque.<sup>37</sup> A Turquia mostrou algumas reservas à intervenção realizada pelas forças da coligação, pois aumentaria a exposição de Ancara, especialmente se tivesse sido permitido aos Estados Unidos usarem as suas infraestruturas para conduzir os ataques contra o Iraque. Vendo uma possível ameaça proveniente do Iraque, solicitou à OTAN apoio militar e evocou o artigo 4º, segundo o qual os Estados devem reunir-se sempre que um deles se sinta ameaçado. A operação veio a realizar-se com a denominação de “Display Deterrence” (NATO, 2003).

A proximidade da Turquia ao Médio Oriente também lhe confere um interesse especial na luta contra a proliferação de Armas de Destruição Maciça e Defesa de Mísseis Balísticos. A Turquia é o único membro da OTAN que actualmente enfrenta uma ameaça de projecteis balísticos em bases localizadas no Médio Oriente. Assim, com a intensificação da ameaça de mísseis balísticos e com o programa que os Estados Unidos estão a desenvolver na construção de

---

<sup>37</sup> A 2ª Guerra do Golfo teve início no dia 20 de Março de 2003.



seu sistema de defesa anti-míssil,<sup>38</sup> a Turquia mostrou interesse em aumentar o desenvolvimento de uma arquitectura de defesa regional, em cooperação com os Estados Unidos e Israel e, possivelmente, também com a Índia.

## 2. O factor Americano

A relação com os Estados Unidos constituiu para a Turquia um aspecto fundamental na política externa e de segurança desde 1945. Apesar dos receios sentidos de ambos os lados, esta “relação estratégica” perdeu teoricamente algum peso com o fim da Guerra Fria. No entanto, tornou a adquirir um maior significado com a mudança do ambiente estratégico decorrente dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e com o recente conflito Iraquiano.

Os atentados de 11 de Setembro tiveram um efeito marcante na relação da Turquia com os Estados Unidos e, indirectamente, com a UE. A Turquia sempre teve uma relação forte com Washington na componente de segurança. Os Estados Unidos, por seu lado, têm sido um dos aliados mais fortes deste país, mostrando-se mais encorajadores que inclusivamente alguns países membros da UE quanto às prioridades turcas, nomeadamente a construção do oleoduto de Baku-Ceyhan, a campanha contra o terrorismo do PKK e o desejo deste país vir a pertencer ao clube Europeu.

Os Estados Unidos apoiaram fortemente a candidatura da Turquia à UE, em grande parte por razões de ordem estratégica, pois a posição da Turquia permite-lhes ter influência na região da Ásia Central. No passado, a candidatura da Turquia era na maioria das vezes uma fonte de fricção entre os EUA e a Europa. Porém, na Cimeira de Helsínquia, os Estados Unidos alcançaram o seu principal objectivo, que era o de assegurar a candidatura da Turquia. Por sua vez, os atentados de 11 de Setembro vieram fortalecer a relação estratégica entre ambos e permitiram lançar uma nova pressão sobre o processo de adesão da Turquia à UE. Washington vê Ancara como um potencial aliado na luta contra o terrorismo. Assim com este apoio poderia ter conduzido ao reacender das tensões, que caracterizaram as relações de ambos os estados.

Um outro ponto significativamente influenciado pela política externa norte-americana está relacionado com as relações entre a Turquia e a Grécia – considerado para muitos um factor que influencia a adesão da Turquia à UE. Nesta disputa, os Estados Unidos tentaram não favorecer qualquer das partes e, ao invés, agiram como mediador. A sua preocupação primária

---

<sup>38</sup> Este projecto tem o nome de *homeland defense* que tem por objectivo erigir um sistema de defesa anti-míssil, que constitua um escudo contra ataques de mísseis, efectuados por inimigos seus. A materialização desta couraça terminaria com a vulnerabilidade do território nacional.



foi prevenir uma escalada de tensões entre os dois aliados, que poderia debilitar a coesão da OTAN. Porém, este esforço de mediação resultou num agravamento das relações entre ambas as partes. A crise do Chipre entre 1963-1964 trata-se de um bom exemplo. Na carta do Presidente Johnson para o Primeiro-ministro İnönü, adverte-se que os Estados Unidos e a OTAN poderiam não prestar auxílio à Turquia, caso uma invasão turca do Chipre provocasse a intervenção soviética. Esta diligência teve sucesso, pois evitou uma invasão turca. No entanto, criou um grande furor dentro da Turquia e incitou-a a reduzir a sua dependência relativamente aos Estados Unidos e a diversificar a sua política externa, inclusivamente empreendendo um esforço para melhorar as suas relações com Moscovo.

Outra situação semelhante verificou-se em 1974, quando os EUA impuseram fortes sanções à invasão turca do Chipre, conduzindo a uma deterioração grave nas relações EUA-Turquia. Quando o Congresso norte-americano impôs um embargo ao armamento à Turquia, esta respondeu suspendendo temporariamente o acesso norte-americano às instalações no território. Muitos Turcos consideraram injusto o embargo a um aliado leal e, hoje em dia, este sentimento ainda permanece na memória de muitos turcos. Por outro lado, a Grécia retirou temporariamente os meios militares da OTAN, protestando quanto à intervenção turca e à fraca reacção que os EUA e a OTAN evidenciaram quanto à invasão turca.

Embora os Estados Unidos tenham tentado evitar favorecer qualquer das partes, a Turquia sempre foi considerado o aliado estrategicamente mais importante. Durante a Guerra Fria, o país serviu como um importante bastião contra a expansão do poder Soviético para o Mediterrâneo e o Médio Oriente.

Com o fim da Guerra Fria, o peso estratégico da Turquia aos olhos dos EUA aumentou, o que, no entanto, limitou a pressão dos EUA nos assuntos que dizem respeito à candidatura à UE, nomeadamente o Chipre. Porém, a percepção da Grécia é bastante diferente, pois vê os EUA como um exemplo da vontade de Washington em ignorar as violações da Turquia no direito internacional, especialmente no que diz respeito à ocupação turca.

Em Junho de 1997, Clinton fez uma tentativa para implementar o Acordo de Dayton, designando Richard Holbrooke para o Chipre como enviado especial. Apesar de Holbrooke ter feito várias viagens ao Chipre num esforço para quebrar a paralisação das negociações, os resultados não se mostraram conclusivos. Foram previstas novas conversações para Dezembro de 1999, no entanto, não foi dada prioridade à resolução do problema cipriota e desta forma, não se efectuaram mais conversações neste período.



A administração Bush também esteve preocupada com a guerra contra o terrorismo e mais recentemente interveio na guerra contra o Iraque, no entanto, também não prestou muita atenção ao problema do Chipre. Porém, o fracasso para alcançar uma determinação no Chipre pode conduzir a uma perigosa deterioração das relações da Turquia com a UE, bem como da recente aproximação greco-turca.

### 3. 2ª Guerra do Golfo/2003

A guerra no Iraque é, neste momento,<sup>39</sup> a questão central da política externa turca. A Turquia apoia inequivocamente o fim das armas de destruição maciça na região e a luta contra o terrorismo. Para além deste aspecto, está muito preocupada com as repercussões da operação militar no Iraque. Os líderes turcos continuam bastante inquietos com os reflexos da guerra, pois o período de transição poderá ser longo e o caos no rescaldo da guerra poderá causar instabilidade regional, bem como efeitos económicos negativos e a possibilidade de uma grave crise de refugiados. Por outro lado, a Turquia concentra-se claramente na protecção da integridade territorial do Iraque, fruto das suas preocupações quanto à possível criação de um estado curdo, independente ou federado, no norte daquele país.

A primeira guerra do Golfo teve consideráveis efeitos económicos negativos na Turquia, que teve também de lidar com uma séria crise de refugiados, quando Saddam utilizou armas químicas contra a sua própria população. Para além destas consequências directas, o vazio político que emergiu no norte do Iraque foi terreno fértil para as operações dos grupos separatistas curdos, que provocaram, em 15 anos, mais de 30 000 vítimas mortais no Sudeste da Anatólia. As entidades turcas acreditam que a questão curda foi resolvida com a captura de Abdullah Öcalan, apesar de recearem que a criação de um estado curdo-iraquiano possa reavivar os problemas do passado e levar a mais exigências de autonomia por parte dos cerca de 14 milhões de curdos que vivem na Turquia. Outra preocupação provém da possibilidade de formação de um estado autónomo curdo no Iraque, com o respectivo controlo das reservas petrolíferas da região de Mossul-Kirkuk, que possam vir a ser usadas no apoio à causa curda na Turquia, actuando como factor desestabilizador na região. A Síria e o Irão, que também

---

<sup>39</sup> Consideramos que a 1ª guerra do Golfo foi a que teve lugar em 1991, quando o Iraque invadiu o Koweit, tendo vindo a ser derrotado pelas tropas aliadas. A 2ª guerra do Golfo é a que teve lugar este ano entre as tropas da coligação e o Iraque e que ainda não terminou, apesar do Presidente George W. Bush a 1 de Maio ter anunciado o fim da guerra, ou pelo menos a fase de elevada intensidade. Esta fase é caracterizada por um predomínio das operações de combate com meios materiais poderosos, em que os EUA estavam em clara vantagem. Actualmente, decorre uma fase, caracterizada por operações de baixa intensidade, por tempo indeterminado.





albergam minorias curdas significativas, estão igualmente interessados na protecção da integridade territorial do Iraque. O destino da minoria turca iraquiana e a protecção dos seus direitos é, também, uma preocupação relevante do governo turco.

Com a recusa do Parlamento turco, por apenas 3 votos, em conceder autorização à passagem de 62 000 soldados americanos, Washington teve que planear a abertura de uma segunda frente (Yilmaz, 2003). A democratização que os EUA pretendem para o Iraque e para o Médio Oriente acabou por ter um alto custo para Washington, quando o governo turco não conseguiu o apoio parlamentar para uma guerra com o Iraque. Como consequência, a Turquia perdeu um importante pacote de compensações financeiras americanas – 6 mil milhões de dólares – e os acontecimentos afectaram muito as relações entre ambos os países. Quando, após outro impasse, a Turquia abriu o seu espaço aéreo aos EUA, a confiança entre as partes já estava muito afectada. A estrutura do Iraque no pós-guerra, particularmente o destino do norte do país, é uma questão muito sensível e que ainda se encontra indefinida.

Receosos de que uma movimentação maciça turca na zona fronteiriça aumente as tensões entre turcos e curdos, as autoridades americanas expressaram a sua oposição a um movimento “descoordenado” de tropas turcas no norte do Iraque, correndo o risco de iniciar um segundo conflito. A Comissão Europeia e alguns países também alertaram a Turquia para o facto de que o envio de tropas para o norte do Iraque iria complicar o seu processo de adesão à UE. Em resposta a estes avisos, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas turco declarou que a Turquia não tem pretensões territoriais no Iraque. A Turquia possui o direito de movimentar tropas se a sua segurança nacional estiver em risco, contudo, pretende ter uma presença limitada e coordenada na fronteira, por razões humanitárias e para prevenção de actividades terroristas.

A liderança turca tem estado na “corda bamba” diplomática desde o início da crise no Iraque e é essencial que consiga um delicado equilíbrio entre os interesses nacionais de segurança, as necessidades de estreitar aliança com os EUA. O início do conflito criou uma brecha transatlântica, que parece estar “fechada”, entre os EUA e alguns países-chave europeus, parecendo querer atirar a Turquia para direcções opostas.





## V – OS INTERESSES DA TURQUIA – QUE MEDIDAS A PROTAGONIZAR

No dia 3 de Novembro de 2002 o governo turco mudou e o partido de Ecevit<sup>40</sup> deu lugar ao de Erdogan,<sup>41</sup> Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). A ascensão ao poder dos islamitas moderados não provocou mudanças na política externa e a adesão da Turquia à UE continua a ser a principal prioridade.

Imediatamente a seguir às eleições, houve um esforço consolidado no sentido de obter uma data para o início das negociações de adesão da Cimeira de Copenhaga. Tanto o governo como os partidos da oposição, bem como os círculos empresariais, as Organizações Não-Governamentais e o forte apoio da população, partilham o objectivo da adesão da Turquia à UE.

A Turquia está consciente dos seus problemas internos e com o novo governo certamente irá dar continuidade à sua resolução e protagonizar um conjunto de medidas necessárias para esse fim. Resolver estes problemas é importante não só para a adesão da Turquia, mas também essencial para a consolidação democrática e recuperação económica do país. A Turquia tem bem presente que o seu processo de adesão não será rápido nem fácil. Já introduziu 34 importantes alterações constitucionais em questões consideradas tabu, como garantir os direitos de radiodifusão e de educação à minoria curda ou eliminar a pena de morte numa altura especialmente sensível, quando esteve em decisão o futuro do líder terrorista turco Abdullah Öcalan. Atendendo a que a Turquia encara este processo com toda a seriedade e determinação, dará prioridade aos aspectos remanescentes dos critérios políticos de Copenhaga e à aplicação das leis recentemente adoptadas.

Podemos assim dizer que os grandes desafios para o governo turco são internos, sendo estes desafios reforçados por pressões exteriores: exigências de integração na Europa, e, independentemente deste prospecto, ainda os efeitos da globalização na sociedade turca e na economia.

A primazia do estado turco está a sofrer muitos desafios. Primeiro, e fundamental, a economia turca dá sinais de uma recuperação, embora tenha sido afectada pela má conjuntura internacional, pelos efeitos nefastos da guerra do Iraque no importante sector do turismo, e condicionada pelas exigências do acordo assinado com o FMI<sup>42</sup> para recuperar as finanças

---

<sup>40</sup> Foi o anterior Primeiro-Ministro do actual governo de Erdogan e é o líder do Partido da Esquerda Democrática. Actualmente, não é o partido da oposição do governo.

<sup>41</sup> É Primeiro-Ministro e líder actual do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, islamista moderado) no Poder na Turquia.

<sup>42</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano passado disponibilizou cerca de 16 biliões de dólares, para serem aplicados na reforma do sector bancário e nas privatizações. Sabe-se, segundo as últimas estatísticas disponíveis que



públicas. Tem-se vindo a assistir a um crescimento económico devido ao aumento de produção industrial e empresarial, motivado pelo aumento dos investidores internacionais.

Segundo, o papel fundamental desempenhado pelas Forças Armadas no projecto de modernização e desenvolvimento do país. Dos dez presidentes que a Turquia teve, seis foram militares, incluindo Kemal Ataturk, o fundador da República Turca. Actualmente existem muitos turcos que estão preocupados com o papel dos militares, pois as políticas de Ataturk estão a tornar-se um obstáculo para a democratização e modernização da sociedade. Mas entender as atitudes dos militares na Turquia também não é tarefa fácil, pois a opinião dentro da instituição militar pode não ser tão dinâmica como normalmente é imaginado. Em todo caso, as Forças Armadas encontram-se em reforma, inclusive a nível das relações civis-militares, o que vai certamente tornar-se um factor chave para moldar o futuro da sociedade turca e das suas relações internacionais.

O poder dos militares é institucionalizado por uma variedade de organizações, destacando-se o Conselho Nacional de Segurança (CNS). Embora tecnicamente o CNS só faça “recomendações” ao Conselho de Ministros, estas podem ser transformadas em ordens. Salienta-se ainda, que a relação entre os militares e os líderes políticos tem sido frequentemente incómoda, nomeadamente nos assuntos de política externa.

Na recente visita que o actual responsável do governo fez a Portugal, deixou bem claro que *“Em política, não são admitidas lacunas. Quando elas se verificaram, os militares preencheram essas lacunas”* (Meireles e Azevedo, 2003, 22). Sobre o Conselho Nacional de Segurança disse ainda que este conselho não é diferente de outros países da Europa. Acrescenta ainda que não é um órgão decisor, só faz recomendações ao governo. Sabe-se, no entanto, que os generais que constituem o Alto Conselho Militar anunciaram manter o controlo do CNS, embora este órgão tenha sido recentemente reformado segundo linhas mais europeias.

A dinâmica do pós-Helsínquia nas relações internacionais da Turquia e a posição ambivalente dos militares nas reformas necessárias para convergência turca com a Europa, sugere-nos que estes podem ter algumas dificuldades em manter o seu papel tradicional nos próximos anos. Os militares têm uma meta perfeitamente definida que é a de superar a actual crise financeira de forma a manter a modernização do sector da defesa, isto porque os militares também são grandes investidores e participam na economia curda (Larrabee, 2003).

Actualmente, muitos turcos concordariam que o papel dos militares na sociedade e na política turca está a sofrer mutação, e que possivelmente se irá continuar a alterar pois encontra-

---

Turquia teve a segunda maior taxa de crescimento económico do mundo, logo a seguir à China: cerca de 7,4% (Meireles e Azevedo, 2003, 22).

---



se sob as pressões da modernização e das elites políticas. Também é provável que a relação com a Europa tenha uma forte influência no padrão das relações entre civis e militares para que sejam cumpridas as exigências da UE. A sobrevivência do que pode parecer ser um papel militar anacrónico na Turquia, pode ser explicado pela transição da situação turca, em particular do papel que os militares têm como “guardiães” do estado secular e da tradição de Atatürk. Também pode ser explicada pela importância colocada nos assuntos de segurança, relativamente aos outros (económicos, justiça, etc.) e pela efectividade das Forças Armadas como instituição dentro do estado turco.

Alguns observadores turcos sugerem-nos que dentro das Forças Armadas se debate o futuro papel da instituição militar na sociedade turca e a necessidade provável de transformação nas relações entre civis e militares.

Um terceiro desafio para o papel do estado turco surge através da identidade islâmica. Tem existido um grande esforço em demonstrar ao ocidente que a Turquia não é um país islâmico. No entanto, os factos parecem demonstrar o contrário. Na realidade, o *kemalismo ultralaico*, inaugurado no início do século por Atatürk, parece estar ultrapassado, sobretudo desde os anos 80 com a ascensão ao poder do ex-Primeiro-ministro Turgut Ozal, grande artesão da reislamização da sociedade turca. Apesar da Turquia se recusar a afirmar como um país islâmico, esta influência nunca se deixou de sentir, nomeadamente na província e na Anatólia, isto é, fora dos círculos intelectuais e do meio militar. Assim, parece-nos que Ancara utiliza de modo recorrente a alavanca identificadora muçulmana no Cáucaso, no Chipre e nos Balcãs, a fim de conservar uma influência cultural e afectiva no seio das suas antigas possessões, enquanto, por outro lado, mantém oficialmente uma forma cada vez mais flexível de laicismo no interior do país.

As eleições de 18 de Abril de 1999 que deram a vitória ao Partido da Esquerda Democrática, do antigo jornalista Bülent Ecevit, foram celebradas nos meios atlantistas como uma derrota dos islamitas. No entanto, a situação política em Ancara estará longe de ser tranquilizadora. O governo da coligação teve de partilhar o poder com o Partido da Acção Nacionalista (MHP), que considera a religião muçulmana como um dos elementos constitutivos da nação turca.

Actualmente, Erdogan, do Partido da Justiça e Desenvolvimento, evita falar em “inspiração islâmica”, afirmando que o seu partido não é um partido político com fundamentos religiosos. Ele afirma que *“Nunca faremos política através da utilização da religião. A nossa identidade no espectro político é democrática, conservadora, e, quando falamos em*



*conservadorismo, o nosso alvo é a típica estrutura familiar turca. Queremos preservar os valores do passado e consideramos a democracia o valor político mais importante. O processo de democratização da Turquia não é o da superioridade da maioria sobre a minoria onde os direitos das minorias também estão protegidos” (Meireles, 2003, 22).*

Permanece certamente uma dúvida. Não será mais uma manobra política para assegurar a entrada da Turquia na UE ou, se pelo contrário, se trata de uma tentativa de tornar a Turquia mais “laica”, como havia sido conseguido por Ataturk? Esta será uma questão que só o tempo poderá esclarecer.



## VI – ANÁLISE DOS VÁRIOS FACTORES INTERVENIENTES

A União Europeia para ir além da integração económica, empreendeu a importante tarefa de formar uma Política Externa e de Segurança Comum<sup>43</sup> (PESC) através da implementação do Tratado de Maastricht.<sup>44</sup> A PESC aponta para a preservação da paz e fortalecimento da segurança internacional, enquanto que a problemática da segurança na União se estende em todas as direcções. Tais metas evidenciam o desejo da UE em afirmar a sua identidade na cena internacional. Para isso, a UE decidiu desenvolver as suas próprias capacidades militares nos próximos anos.<sup>45</sup> Por outras palavras, a dimensão de segurança da PESC esteve na ordem do dia, com o objectivo de construir progressivamente uma política de defesa comum, onde a Turquia pode vir a desempenhar um importante papel.

### 1. PESD<sup>46</sup> e Turquia: Inclusão ou Exclusão

Há mais de 40 anos que a Turquia e a CEE/CE/UE têm tido um relacionamento inquietante, construído essencialmente com base em equívocos mútuos e decepções. Num contexto de percepções divergentes, tem havido vários períodos de crise, durante os quais o conflito e o descontentamento, a cooperação e as atitudes convergentes prevalecem. Apesar dos problemas, uma posição sem igual foi alcançada pela Turquia, sendo até agora o único estado membro que estabeleceu uma União Aduaneira com a UE sem, no entanto, ter conseguido ser estado membro em pleno.

Os padrões intranquilos de interacção entre os dois lados, não nos deixam dúvidas que ambos são “sócios”. Para a Turquia, vir a ser estado membro da UE é o passo mais importante, pois contribui para a resolução de um determinado número de problemas internos e externos que complicam a sua vida política. Como potência regional situada entre os Balcãs, o Médio Oriente,

<sup>43</sup> A PESC foi instituída e é regida pelo Título V do Tratado da União Europeia. Substituiu a Cooperação Política Europeia (CPE) e prevê a definição, a prazo, de uma política comum de defesa que poderá conduzir, no momento oportuno, a uma defesa comum.

<sup>44</sup> Tratado da União Europeia (TUE), assinado em Janeiro de 1992, que entrou em vigor a 1 de Novembro de 1993. É o documento que define as linhas-mestras da política e das instituições europeias, estabelecendo a cidadania europeia e identificando como objectivos a união económica e monetária, a política externa e a política de segurança comuns.

<sup>45</sup> Sugere-se a leitura do anexo J (As estruturas e as capacidades militares da União Europeia).

<sup>46</sup> A PESD foi criada em 1999, no Conselho Europeu de Colónia e tem por objectivo permitir à União desenvolver as suas capacidades civis e militares de gestão das crises e de prevenção de conflitos à escala internacional, contribuindo assim para a manutenção da paz e da segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. A PESD, que não implica a criação de um exército europeu, evolui de forma compatível e coordenada com a OTAN.



o Cáucaso e a Ásia Central, a Turquia pode ser muito difícil de “digerir”, mas também é muito importante para ser descurada ou abandonada pela Europa.

Isto é especialmente verdade na questão da segurança e defesa da Europa: *"As far as Turkey is concerned, it is in close proximity to existing and potential crisis areas. Therefore, arrangements to be formulated for the security of Europe are of the utmost importance to her, given the fact that Turkey's vital interests would be at stake."* (Orhun, 2000, 119)

Do ponto de vista da UE, faz sentido incluir a Turquia na estrutura da PESD, quer pelo papel pivot que teve na defesa da Europa durante a Guerra Fria quer actualmente como elemento estabilizador naquela região. Torna-se importante referir que a Turquia tem as segundas maiores Forças Armadas na OTAN depois dos Estados Unidos, por outras palavras, a Turquia dispõe das maiores Forças Armadas da OTAN na Europa.<sup>47</sup> Outro aspecto importante a considerar, é o facto das Forças Armadas turcas terem uma larga experiência em operações de apoio à paz em vários países, desde a Somália até à Bósnia. Também deve ser levado em conta que, ao contrário da maioria dos Exércitos europeus, o exército turco esteve activamente empenhado em conflitos durante vários anos. Por estas razões, tecnicamente e politicamente, seria útil integrar a Turquia nos mecanismos da PESD.

Durante meio século, a OTAN foi a base da Turquia na política de segurança e defesa. *"Sabendo que a questão da segurança e defesa europeia é relevante, a Turquia deverá ser um elemento inseparável que faz parte desse sistema."* (Turkish Ministry of Defence, 2002, 01) Na primeira metade dos anos noventa, através da UEO, a Turquia teve uma posição importante no processo de decisão dos assuntos de segurança. Mais tarde, a decisão para integrar a UEO na UE, desagradou à Turquia. Desde que a UE declarou que iria ter as suas capacidades militares autónomas, a Turquia começou a perceber que estes desenvolvimentos apontavam para transformar a UE numa fortaleza de segurança e a partir desse momento pairou um sentimento de exclusão nas estruturas civis e militares turcas.

Este sentimento de *"being left out of the game"* prevalece, mas a UE entendeu o problema e tentou adoptar algumas medidas tranquilizadoras no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira (realizada em Junho de 2000). As propostas foram feitas de forma a permitir aos membros europeus da OTAN que não são membros da UE, a tomarem parte na gestão militar de crises no âmbito da UE. Ao tomar uma decisão relativa à opção militar, a UE convidará os membros

---

<sup>47</sup> Os EUA dispõem de 1.367,7 mil homens, a Turquia dispõe de 515,1 mil homens, enquanto que a seguir vem a Alemanha com 308,4 mil homens (Segundo a publicação *"The Military Balance 2002-2003"*, tabela número 26, da página 332).



europeus da OTAN que não são membros da UE a participar na operação, em conformidade com as disposições acordadas em Helsínquia: *"Caso seja tomada pelo Conselho uma decisão de lançar uma operação, os membros europeus da OTAN que não são membros da UE participarão, se o desejarem, na eventualidade de a operação exigir o recurso aos meios e capacidades da OTAN. Mediante uma decisão do Conselho, serão convidados a participar em operações em que a UE não recorra aos meios da OTAN."* (UE, 2003d, 01)

A fase operacional começará quando o Conselho decidir lançar uma operação militar. Os membros europeus da OTAN que não são membros da UE e que tenham confirmado a sua participação numa operação liderada pela UE mobilizando forças militares, terão os mesmos direitos e obrigações que os restantes Estados-Membros que participam na condução diária dessa operação.

Desta forma, será criado um comité *ad hoc* de Contribuintes, que incluirá todos os Estados-Membros da UE e os outros Estados participantes encarregados da condução diária da operação. O Conselho será responsável pelo controlo político e pela direcção estratégica da operação. Quanto à condução militar diária da operação, as funções e o papel do Conselho Militar e do comandante operacional, serão definidos nas disposições pertinentes.

A decisão de dar por concluída uma operação, será tomada pelo Conselho, após consultas entre os Estados participantes no âmbito do comité.

O lado turco não ficou satisfeito com as propostas do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira: *"As propostas limitam a participação dos Aliados europeus não membros da UE, pois a responsabilidade da condução da operação é executada pela referida estrutura nomeada ad hoc. Este arranjo não faz sentido politicamente e militarmente, pois só um comandante militar tem capacidade para conduzir a conduta de uma operação"* (Orhun, 2000, 121).

Dadas as circunstâncias, as advertências que a Turquia dá à UE, resumidamente, são as que se seguem:

- Uma missão Não Artigo 5º,<sup>48</sup> ou seja, uma operação tipo Petersberg,<sup>49</sup> pode transformar-se eventualmente numa operação de contingência de Artigo 5º,<sup>50</sup> tendo implicações directas na segurança e defesa de todos os aliados;

<sup>48</sup> Genericamente designadas como Operações de Resposta a Crises (CRO). O âmbito das CRO abrange um vasto leque de operações, que vão muito para além das tradicionais operações de Apoio à Paz (PSO), englobando ainda as Operações Humanitárias e Operações de Busca e Salvamento (SAR).

<sup>49</sup> As chamadas "tarefas" ou "missões" de Petersberg são missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção de paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.

<sup>50</sup> São operações de defesa colectiva no âmbito da OTAN.





- Qualquer possível operação da UE poderá fazer uso do mesmo conjunto de forças e capacidades das missões da Aliança – OTAN;
- Qualquer operação da UE, independentemente das capacidades usadas, poderá afectar a segurança legítima dos aliados, como é o caso da Turquia.

Embora tenha havido alguns gestos de simpatia – tais como a manifesta satisfação que o Conselho Europeu apresentou face à proposta da Turquia de participar com uma unidade escalão Brigada, apoiada por um número suficiente de unidades da força aérea e marinha –, as relações entre a UE e a Turquia relativamente à PESD, continuaram bastante tensas até final de 2001. Basicamente, o problema da Turquia consiste no poder de veto. Com este veto, pretende que a UE não use as capacidades da OTAN e assim, procura pressionar o seu pedido de inclusão no processo de decisão. A UE, no entanto, afirmou que a Turquia não pode vetar as acções autónomas da UE que não envolvam forças do exército turco.

O veto turco consistiu em impedir o acesso garantido ao processo de planeamento da OTAN que se realiza ao nível do SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers Europe). Isto foi entendido como uma tentativa turca para impedir que a União construa as suas capacidades militares. Em Dezembro de 2001, esta paralisação foi resolvida por um acordo entre os Estados Unidos, Inglaterra e Turquia. Foram feitas duas concessões importantes para remover o veto turco. Primeiro, foi discutida a desvantagem da Turquia ficar fora do processo de decisão. Decidiu-se que um procedimento de consulta intensivo seria aplicado sempre que os interesses de segurança da Turquia estivessem em jogo, devido a uma operação militar, ou aquando de uma operação no exterior daquele país mas junto às suas fronteiras. Segundo, debruçaram-se sobre as preocupações turcas relativamente a uma provável interferência da UE no caso de um conflito com a Grécia. Como resultado destas conversações, foi acordado que a União não interferirá com forças militares em caso de conflito entre estados membros da OTAN e da UE.

Este acordo perturbou muito a Grécia. Como Estado membro da UE, a Grécia esperava que a UE a apoiasse num possível conflito com a Turquia, relativo à questão do Mar Egeu ou do Chipre. Assim, a tentativa que os Estados Unidos e Inglaterra empreenderam para levantar o veto turco, incitou de imediato o veto grego. A solução para este problema foi aguardada nas Presidências Espanhola e Dinamarquesa,<sup>51</sup> durante respectivamente, o primeiro e o segundo semestre de 2002, porém em ambos os Conselhos não foi alcançado qualquer consenso.

Note-se que devido ao "problema da Turquia" e ao "problema da Grécia", a UE não finalizou o projecto de segurança com a OTAN. Garantiu-se que as forças militares europeias

---

<sup>51</sup> A Dinamarca por ser um país neutro, não foi responsável pelos assuntos de segurança e defesa, passando esta responsabilidade para a Grécia.





encontrar-se-iam operacionais em 2003, mas a UE não tem garantido o acesso às capacidades e ao processo de planeamento operacional da OTAN. Por isso, é essencial concluir os acordos necessários com a OTAN o mais cedo possível. Também os problemas entre a Turquia e a Grécia têm vindo a impedir a UE de se tornar numa organização com poder militar.

## 2. Turquia – Grécia – Chipre

As relações da Grécia e da Turquia também se encontram condicionadas pelo “problema do Chipre” e ambos os países consideram a UE como um catalizador para a resolução deste problema. Neste âmbito, existem várias opiniões sobre se a adesão do Chipre à UE será ou não a peça que falta no puzzle para a resolução dos problemas entre os actores Chipre-Grécia-Turquia.<sup>52</sup>

Alguns autores têm uma opinião muito céptica relativamente a todo o conceito da UE como catalizador de paz no Chipre. O seu principal argumento é o de que a adesão do Chipre à UE, em vez de solucionar o problema, solidificará a partição da ilha, dificultando qualquer possibilidade de compromisso. Outros autores, porém, têm uma opinião contrária e consideram, por seu turno, a UE como um catalizador para a transformação das atitudes e das abordagens dos actores envolvidos, o que poderá gerar um processo que conduza a uma solução sustentável para o problema do Chipre.

Considera-se que a adesão do Chipre à UE é uma solução *sine qua non* para que se encontre uma solução sustentável. Assim, este processo deve ser protegido e salvaguardado, ou seja, todas as acções, de todos os actores, devem ter como objectivo garantir o êxito do processo de aproximação do Chipre à UE, independentemente dos eventuais custos políticos presentes.

À luz deste princípio, a UE pode ser um catalizador para a solução do problema cipriota. Uma UE bem sucedida enquanto catalizador da paz, pode criar um precedente para a afirmação da Europa como actor eficaz na gestão e resolução de disputas inter e intra-estatais. *“O que faz com que a UE seja um catalizador para a paz no Chipre, bem como para a resolução da rivalidade greco-turca, é o seu “magnetismo”, que leva os Estados-alvo a desenhar as suas políticas de forma a manter fortes as hipóteses de adesão. Por outras palavras, integrar e alargar a Europa é o que mantém o íman em funcionamento. Se aceitarmos o facto de que o fim último de Chipre e da Turquia é a adesão, então a UE tem uma enorme capacidade para influenciar mudanças internas drásticas que levem ao cumprimento dos critérios democráticos e*

---

<sup>52</sup> Sugere-se a leitura do anexo K (Cronologia: A adesão de Chipre à União Europeia).



*direitos humanos de Copenhaga, bem como à resolução de conflitos inter-estatais.*” (Savvides, 2003, 24)

Os cipriotas (tanto os cipriotas gregos como os cipriotas turcos) vêm de forma semelhante as perspectivas de entrada na UE. Na verdade, e pela primeira vez desde o início dos anos 60, gregos e turcos do Chipre têm um interesse comum – a adesão à UE.

Os cipriotas gregos vêm a adesão como uma forma de evitar uma partilha permanente da ilha e como um mecanismo para mitigar a ameaça à segurança que a presença de 36.000 tropas<sup>53</sup> turcas no Chipre constitui. Além disso vêm a entrada como uma via para a reunificação cipriota. Por outro lado, também significa modernização interna e mudanças estruturais, que permitirão mais desenvolvimento e prosperidade económica. Os cipriotas gregos sentem que as normas e leis europeias podem garantir uma entidade política federal muito descentralizada, sem risco de secessão da comunidade cipriota turca. Os cipriotas turcos, por seu lado – que rejeitaram esmagadoramente a anexação pela Turquia e a separação permanente –, vêm na adesão à UE uma forma de sair da dramática situação política e económica em que se encontram, bem como a garantia de autonomia num Estado federal.

Adicionalmente, também a aproximação entre a Turquia e a Europa gerou dinâmicas internas no país que tiveram certamente implicações nas suas políticas em relação ao Chipre e à Grécia. Pela primeira vez, a política de Ancara em relação ao Chipre é publicamente contestada por membros da imprensa, da comunidade académica, da elite empresarial e por especialistas de política externa. Na Turquia existiu um debate relativamente às oportunidades e desafios que representa a entrada do Chipre na Europa. Existem algumas forças conservadoras tradicionais que se preocupam com as mudanças rápidas e radicais, tanto internamente como em relação ao Chipre. Por outro lado, os europeístas progressistas incentivam essas mudanças de forma a garantir que a Turquia não perca o comboio para Bruxelas.

Finalmente, o comportamento grego perante a Turquia também foi, em larga medida, condicionado pela Europa. Nos últimos 7 anos, a Grécia mudou radicalmente a sua abordagem em relação à Turquia. Enquanto nos anos 80 e início dos anos 90 a Grécia era considerada o maior obstáculo à progressão da Turquia para a Europa, desde 1995 e, especialmente desde 1999, a Grécia é o único verdadeiro apoiante das perspectivas turcas na Europa (Savvides, 2003). A Grécia vê a ancoragem permanente da Turquia na Europa como uma forma de contrabalançar e mitigar as atitudes belicistas dos círculos conservadores de Ancara e como uma forma de construir no mar Egeu, um “mar de paz”. Mais, a Grécia vê a aproximação da Turquia à Europa

---

<sup>53</sup> Segundo a publicação “*The Military Balance 2002-2003*”, página 59.



como uma forma de democratização e esta é a garantia de a Turquia se comportar de modo a evitar a opção militar. O empenho grego na europeização turca foi claramente ilustrada pelo forte e aberto apoio que o governo grego deu ao pedido turco de início de negociações de adesão com a UE.

A Cimeira de Copenhaga foi, na verdade, histórica para a Grécia, Chipre e Turquia. Para a Grécia, foi a concretização da sua política de Helsínquia,<sup>54</sup> cuja essência é a ancoragem da Turquia à Europa. Para o Chipre, foi o alcançar do objectivo estratégico da adesão à UE, e para a Turquia, foi mais um passo na sua caminhada para aderir à União. Uma questão, no entanto, permanece sem resolução: o problema do Chipre. A falta de solução tem implicações negativas para todos os cipriotas, em particular para os cipriotas turcos que estão a abandonar a ilha em grande escala, procurando um futuro melhor. A emigração prejudica particularmente os cipriotas gregos, que estão a perder os seus parceiros da paz.

O desafio, para todos os actores envolvidos é, assim, garantir os progressos de Copenhaga. A UE é o quadro no qual se construirá um futuro comum para cipriotas turcos e gregos, segundo a proposta apresentada pelo secretário-geral Kofi Annan<sup>55</sup> (RoC, 2003). Esta proposta foi sem dúvida a oportunidade histórica para a resolução do problema do Chipre, no entanto, por divergências nos interesses dos líderes de ambas as partes, não se chegou a nenhum consenso. A comunidade internacional criticou a intransigência de ambas as partes, com especial destaque para a postura do líder cipriota turco Rauf Denktash<sup>56</sup> que deveria ter mostrado uma postura mais construtiva e cooperador na construção de um acordo. Com a perda desta oportunidade, na nossa opinião, aumentará de forma dramática, a iminência de situações geradoras de crises.

### **3. Direitos Humanos – Minorias Étnicas – Influência Militar**

A Turquia, no seu processo de adesão europeia demonstra algumas dificuldades na implementação da garantia dos direitos humanos. Para colmatar esta lacuna, tem empreendido reformas cruciais em determinadas áreas: primeiro, a liberdade de expressão e associação; segundo, o respeito pelas minorias étnicas (particularmente no respeito pelos direitos culturais);

<sup>54</sup> Conselho Europeu de Helsínquia, na Finlândia, realizado no período de 10 e 11 de Dezembro de 1999.

<sup>55</sup> Apresentou o *Basis for Agreement on a Comprehensive Settlement of the Cyprus Problem* em 11 de Dezembro de 2002, que se encontra na íntegra no site: [www.pio.gov.cy/other/final\\_plan/revision.pdf](http://www.pio.gov.cy/other/final_plan/revision.pdf).

<sup>56</sup> Nasceu no Chipre. Tornou-se presidente da Federação Turca do Estado de Chipre depois da invasão Turca da ilha em 1974. Declarou independência uma década depois e tornou-se Presidente da República Turca do Norte de Chipre, que apenas é reconhecida pela Turquia, desde 1983. Actualmente foi um dos principais responsáveis pela rejeição do plano de Kofi Annan e de manter o Chipre dividido.



terceiro, a abolição da pena de morte; e quarto, a redução do papel político dos militares. Estamos ainda muito longe de enunciar todas as condições impostas pela UE, e, assim destacamos ainda a eliminação da tortura pela polícia e forças de segurança, o melhoramento das condições de prisão, o direito ao associativismo de civis e o funcionamento e eficiência do sistema judicial (HRW, 2003).

Quanto à primeira reforma, a alteração introduzida no artigo 159º do código penal turco significa que a expressão de uma opinião sem “intenção de insulto” às instituições públicas deixa de ser passível de sanção penal. As alterações introduzidas no artigo 312º do código penal nas leis antiterrorismo, de imprensa, dos partidos políticos e das associações reduziram certas restrições à liberdade de expressão, de associação, de imprensa e de radiodifusão.

Este pacote de reformas suprimiu algumas restrições na lei de radiodifusão que tinha sido readoptada pelo parlamento, após o veto do presidente. No entanto, prosseguiram as acções contra jornalistas, escritores e editores.

Foram feitos progressos no que diz respeito à liberdade de associação, pois a lei foi alterada e algumas restrições foram levantadas. Subsistem, no entanto, vários motivos de proibição das associações.

O carácter globalmente restritivo da lei das associações foi mantido, nomeadamente o sistema de autorização prévio. Na Turquia, as associações estrangeiras estão sujeitas a restrições e controlos severos.

Relativamente à segunda reforma, o respeito pelas minorias étnicas, o estado turco apenas reconhecia como minorias os grupos de cidadãos não muçulmanos, ou seja, judeus, arménios e gregos, aos quais foram concedidos alguns direitos. Quanto às minorias étnicas muçulmanas, como é o caso dos Curdos, não eram considerados como “minorias”, mas como cidadãos turcos sem quaisquer privilégios especiais.

Desde o início dos anos 90 que se assistiu a uma mudança de atitude e os curdos foram reconhecidos na Turquia, sendo considerados um grupo étnico. Porém, esta mudança não se encontra reflectida nas leis e na constituição. Na tentativa de elaborar um compromisso relativamente à “protecção das minorias”, conforme estipulado nos critérios de Copenhaga, foi solicitado ao governo turco que a curto prazo retirasse qualquer proibição do uso da língua materna na Radiodifusão TV/rádio. A médio prazo, solicitou-se que Turquia assegurasse a diversidade cultural e a garantia dos direitos culturais a todos os cidadãos independentemente da sua origem.



Não restam dúvidas de que as medidas empreendidas são curtas face às exigências da UE, mas o governo poderia superar o problema introduzindo uma emenda na lei de radiodifusão, como já o veio a fazer nas reformas<sup>57</sup> de Agosto de 2002. Relativamente aos direitos culturais no campo da educação, o problema é um pouco mais complexo. É provável que na prática a UE fique satisfeita com a introdução do ensino do idioma curdo como opção nas escolas ou, talvez, apenas nas instituições privadas. Do ponto de vista turco, é discutível que tal permissão não vá por si só colocar em risco a integridade territorial da Turquia. O que é importante neste contexto, é o que é ensinado, independentemente do idioma usado, e assim, poderia inclusivamente evitar-se a alteração do artigo 42º da Constituição.<sup>58</sup>

Na terceira reforma, a abolição da pena de morte foi efectivamente considerada mas apenas em tempo de paz. Ressalva-se que o Código Penal Turco vigora desde 1926 e tem por base o Código Penal Italiano. Foi alterado recentemente, em Agosto de 2002, apesar do anterior código não permitir a pena de morte deliberada, mas sim em situações específicas:

- *“Em casos de homicídio (Artigo 450º);*
- *Em actos contra o estado principalmente em tempo de guerra e em determinados casos que ponham em causa a integridade do território da Administração do Estado (Artigo 125º)*
- *Em actos que tentassem por força alterar ou subverter a Constituição, o governo ou encorajar outros para o fazer (Artigos 146º e 147º). Porém, o Artigo 87º da Constituição, apenas permitia as sentenças de morte quando o parlamento as autorizasse” (Hale, 2003, 118).*

Como podemos constatar, os casos em que se podia aplicar a pena de morte encontravam-se perfeitamente legislados no Código Penal, faltando apenas o seu cumprimento escrupuloso.

A UE, através do Documento de Adesão<sup>59</sup> (APD), solicitou à Turquia a abolição da pena de morte e a assinatura e ratificação do Sexto Protocolo<sup>60</sup> (COE, 2003). Face a esta exigência, a Turquia aboliu a pena de morte com as reservas contidas no Sexto Protocolo. Internamente, no parlamento, quase todos os partidos representados apoiaram a sua abolição, à excepção do Partido da Acção Nacionalista (MHP), pois tinha por objectivo ordenar a execução de Abdullah Öcalan, o líder do PKK, que havia sido condenado à morte em 1999 de acordo com o código

<sup>57</sup> Nas reformas de Agosto de 2002 passaram a ser autorizadas as emissões de rádio e televisão e o ensino em outras línguas para além do turco.

<sup>58</sup> O artigo 42º da constituição prevê que nenhuma linguagem além do turco pode ser ensinado como “língua mãe” aos cidadãos turcos nas instituições de treino e educação.

<sup>59</sup> É o documento preparado pela Comissão Europeia que é adoptado pelo Conselho da UE e também pólo do governo Turco.

<sup>60</sup> Denominado “Protocol n.º 6 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms concerning the Abolition of the Death Penalty – ETS n.º 114”. A Turquia veio a ratificar este protocolo no dia 15 de Janeiro de 2003.



penal em vigor. Consequentemente, como parte do pacote de emendas constitucionais, em Outubro de 2001, foi acrescentada ao Artigo 38 uma rogativa declarando que "a pena de morte não será imposta excepto em casos de guerra, casos iminentes de guerra e crimes terroristas". Esta emenda veio não só dar ainda mais legitimidade ao caso Öcalan, como a outros prisioneiros do PKK que eram terroristas – ao olhar do MHP – e que mereciam ser executados.

Por fim, no último pacote de reformas, surge a redução do papel político dos militares<sup>61</sup> e da influência do Conselho Nacional de Segurança,<sup>62</sup> medidas estas exigidas pela UE e que se encontram vertidas no Documento de Acessão (APD).

No dia 1 de Agosto de 2003, o Parlamento aprovou precisamente reformas que visam esse objectivo. Os militares que fizeram três golpes de estado nas últimas quatro décadas e em 1997 pressionaram o governo pró-islamista a abandonar o poder, mantêm uma enorme influência através do Conselho Nacional de Segurança que junta os principais líderes civis e militares do país e é muitas vezes usado pelos militares para imporem a sua vontade ao governo.

As reformas agora aprovadas, vão permitir que o Secretariado do Conselho seja chefiado por um civil que será escolhido pelo governo e nomeado pelo Presidente. Actualmente, são os militares que nomeiam um dos seus representantes na qualidade de secretário-geral. Outra alteração no funcionamento do Conselho, será a passagem das reuniões mensais para uma reunião de dois em dois meses. Segundo a imprensa turca, os deputados estavam a estudar a possibilidade de reduzir o número de generais representados no Conselho, mas os militares opuseram-se a algumas partes do pacote de medidas (Público, 2003a).

Tendo em conta os progressos notáveis que realizou nestes últimos anos e os domínios que ainda requerem atenção, a Turquia é incentivada a prosseguir o processo de reforma a fim de reforçar a democracia e garantir a protecção dos direitos do homem, tanto no plano jurídico como na prática, o que lhe permitirá superar os obstáculos que ainda se opõem ao respeito integral dos critérios políticos (UE, 2003a).

---

<sup>61</sup> Na Constituição Turca, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), é nomeado pelo Presidente sob proposta do governo e este tem responsabilidades perante o Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, mas com maior ênfase para o Primeiro-Ministro (Artº. 117º).

<sup>62</sup> A composição e poderes do NSC encontram-se definidos no Artº. 118º da constituição. O Conselho é constituído pelo Presidente (*Chairman*), Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro dos Assuntos Internos e Externos, o CEMGFA e os 4 chefes dos ramos (Exército, Marinha, Força Aérea e GNR). Contado o Presidente como membro neutro, dá uma proporção maior de militares, ou seja, de 5 contra 4, favorável aos militares.



## VII – CENÁRIOS FUTUROS

Sabedores da complexidade em que se tem revisto a adesão da Turquia à UE e conscientes de que certamente esse factor irá ter reflexos na Segurança e Defesa da Europa, os cenários que perspectivarmos correm naturalmente o risco de virem a perder o fundamento, face à evolução dos acontecimentos. Assim, apresentamos os seguintes cenários e que em nosso entender podem vir a ter uma maior probabilidade de ocorrerem.

### ▪ 1º Cenário (optimista): A UE permite a entrada da Turquia

*“... o país devia entrar o mais rapidamente possível na União Europeia.”*

*General Loureiro dos Santos<sup>63</sup>*

Iremos assistir ao cumprimento dos Acordos de Copenhaga e à entrada da Turquia para a UE. A União deixará de ser uma construção apenas cristã e passará a ser constituída por um conjunto de países que concorrem para o mesmo fim.

Portugal conseguirá afirmar a sua posição relativamente a este assunto e a UE abrirá pela primeira vez as suas fronteiras a um país islâmico.

### ▪ 2º Cenário (pessimista): A rejeição da entrada turca

*“A entrada da Turquia na UE é um erro gravíssimo. A Europa é uma construção cristã. Culturalmente a Turquia não é Europa. A Europa acaba nas fronteiras orientais da Rússia com a Ásia e na fronteira sul da Grécia, Bulgária e Ucrânia.”*

*Engenheiro Ângelo Correia<sup>64</sup>*

A entrada da Turquia será rejeitada e a Europa continuará a afirmar-se como uma construção cristã e cultural. A caminhada em matéria de PESD ficará seriamente comprometida pois a Turquia como país membro da OTAN irá inibir este processo. A rejeição turca poderá inclusivamente levar os dirigentes turcos a questionar o actual estatuto da Turquia no seio OTAN.

<sup>63</sup> Segundo o General Loureiro dos Santos, no livro, “E Depois do Iraque”, com Luísa Meireles.

<sup>64</sup> Segundo o Eng.º Ângelo Correia em entrevista realizada no dia 14 de Julho de 2003.





A Aliança Atlântica, da qual Portugal é Estado membro, sairá fortemente lesada pois perderá um importante membro a leste das suas fronteiras.

▪ **3º Cenário (realista): Manutenção do “Status Quo”**

*“Nunca ninguém dirá que não à Turquia, mas também ninguém dirá que sim.”*

*Engenheiro Ângelo Correia<sup>65</sup>*

Continuaremos a assistir à tentativa de democratização da Turquia e a UE continuará a negociar o seu processo de adesão. Esta situação interessa mais à União do que aos turcos, pois pode conduzir o país a um sucessivo descrédito nos objectivos que se propõem atingir, o de ingressar na Europa, com as consequências a nível interno que eventualmente daí poderão advir.

### **Análise**

O **primeiro cenário** é claramente optimista, pois viabiliza a entrada da Turquia na UE, opção defendida por muitos autores que fundamentam a sua opção na importância fulcral em termos estratégicos, desde que a Turquia cumpra as exigências relativas ao seu comportamento democrático e ao respeito integral dos direitos humanos e das minorias.

Segundo o General Loureiro dos Santos “... o país devia entrar o mais rapidamente possível na União Europeia. Para mim, a Europa política não é a geográfica e tinha que incluir pelo menos o Norte de África, como inclui o Império Romano, assim como a Turquia. Para mim, ela tem a mesma importância que tem o Leste.” (Santos, 2003b, 59).

Refere ainda que se mostra inviável obter um superestado europeu, pelo menos num prazo visível. O melhor será deixarmo-nos de utopias e encararmos as realidades que nos sejam úteis, ou seja, ter uma Europa cristã não vale de nada, havendo questões tão importantes como melhorar a situação económica e de segurança dos europeus, questões que se não forem solucionadas poderão originar situações ainda mais difíceis e desfavoráveis do que as actuais. A decisão da Cimeira de Copenhaga sobre a avaliação dos avanços democráticos da Turquia, a efectuar em 2004, reconhecendo os importantes progressos já alcançados nesta direcção reflecte um sinal de bom senso (Santos, 2003a).

---

<sup>65</sup> Segundo o Eng.º Ângelo Correia em entrevista realizada no dia 14 de Julho de 2003.





A entrada da Turquia traz vantagens na questão de Segurança e Defesa da Europa, já que sempre foi parceira da Europa<sup>66</sup> nesta matéria, deixando de vetar as decisões de emprego de forças da OTAN em missões de Segurança e Defesa da Europa, pois nesta situação passaria a fazer parte do processo de decisão. O incremento de forças militares,<sup>67</sup> devido à entrada da Turquia na UE, não trará grandes vantagens, pois a dependência futura não é de forças terrestres, mas sim de forças móveis – características de que não dispõem as Forças Armadas turcas. O grande passo na área de Segurança e Defesa tem de ser dado pelos Países Europeus, que de momento se limitam a ter uma expressão militar reduzida e com uma reduzida capacidade de intervenção internacional. Actualmente, a UE dispõe apenas de meios capazes de efectuar operações de apoio à paz ou de Petersberg.

O problema central, que vemos de difícil resolução, mas que o governo turco está a tentar solucionar, é alteração de alguma legislação fundamental em matéria dos direitos humanos e das minorias étnicas. A Turquia foi acusada de ter cometido dois genocídios no século passado, um contra os arménios onde morreram cerca de 1 milhão de arménios, e outro contra os curdos, onde morreram mais de 1 milhão de curdos. Os arménios sempre foram independentes e cristãos, nunca quiseram ter ligação com o império otomano e aceitaram bem a protecção da União Soviética, pois tinham “medo” dos turcos. Assim, dificilmente os arménios e os curdos se esquecerão destes episódios. Uma das razões do poder militar da Turquia, não diz apenas respeito a razões de segurança externa mas também interna: o medo da decomposição ou partição do território fruto da independência curda. Trata-se de uma questão fundamental, pois logo que a Turquia entre na União Europeia será muito provável que se tente a criação de um estado federado interno ou um estado com autonomia interna, com língua curda, com os próprios meios de comunicação social em curdo, ou seja, um conjunto de alterações internas que não sabemos se a Turquia está disposta a efectuar. Por último, haveria uma derrogação do poder militar, que também não sabemos se os turcos estarão preparados para aceitar.

O **segundo cenário** é considerado como sendo pessimista, pois tem por base a rejeição da entrada da Turquia na UE. Esta rejeição assenta essencialmente nos grandes défices democráticos traduzidos na falta de separação de poderes e no desrespeito pelos direitos humanos e pelas minorias. Uma outra preocupação, que pode levar à rejeição da adesão turca à UE e tem criado algumas reacções contraditórias, é a religião. Aliás, uma das reacções mais

---

<sup>66</sup> Embora a Turquia, na Segunda Guerra Mundial, tenha declarado guerra à Alemanha e mais tarde, tenha lutado ao lado dos americanos na Guerra da Coreia, o facto é que a partir da Guerra Fria até aos nossos dias tem desempenhado um papel pivot na Defesa e Segurança da Europa funcionado como uma verdadeira região tampão.

<sup>67</sup> A Turquia é o 3º país do Médio Oriente, a seguir à Arábia Saudita e Israel, que mais gasta com a Defesa, cerca de 7,219 milhões de dólares americanos. (Ipris, 2003)



polémicas foi a referida por Valéry Giscard d'Estaing em que afirmou que a adesão da Turquia seria o fim da UE. Giscard sublinhou ainda que fazia aquela afirmação com base na geografia: “A Turquia é um país próximo da Europa, mas não é um país europeu. A sua capital, Ancara, não fica localizada na Europa e 95% da população vive fora deste continente.” (Expresso, 2002).

Segundo o Engenheiro Ângelo Correia *“A entrada da Turquia na UE é um erro gravíssimo, pois a Europa tem por base uma cultura cristã, onde a Turquia não tem lugar.”*

Este analista, considera que a UE não é uma construção económica, mas sim uma construção doutrinária, ou seja, cultural. Sendo assim, devemos vetar a entrada da Turquia na UE, pois desta forma também poderíamos permitir a entrada de países como os EUA, o Canadá, ou a China, e o facto da Turquia se encontrar geograficamente mais próxima não significa nada, porque a fronteira não é geográfica, mas sim política, doutrinária e cultural. Se a fronteira fosse geográfica poderíamos considerá-la europeia.

Uma outra razão que aponta para a não entrada da Turquia na UE é facto da Turquia ser um país islâmico e, por essa razão, poder estender-se a outros países islâmicos. Nesta situação cria-se um problema de pertença, pois, de outra forma, não faz sentido falar de UE.

Nestas circunstâncias, o problema de Segurança e Defesa da Europa diluir-se-á, porque nesta matéria irá sempre ter contornos que a associam a duas realidades: de um lado a realidade OTAN e do outro lado a realidade UE. A UE nunca irá ter, pelo menos tanto quanto é possível prever, uma política de defesa autónoma, pois não tem meios para isso, e só se tem uma política de defesa quanto se tem meios. Para tal, temos que começar a pensar a longo prazo, ou seja, num prazo de dez a quinze anos, e assim construir um projecto de arquitectura de Segurança e Defesa. Mas a Europa não tem andado muito preocupada com esta questão, porque existem outras questões cruciais, como os problemas demográficas. Estando a Turquia na OTAN – e deve manter-se, pois não há razão nenhuma para sair –, será óbvio que a Turquia se vá articular sempre com a UE em termos de Segurança e Defesa, na medida em que a OTAN inclui a Turquia, a Noruega, a Islândia, o Canadá e os EUA – que não são países da UE. – Assim, a OTAN ladeia a UE, pelo que, não nos parece que vá haver um desajustamento fundamental. Os turcos apoiarão a OTAN e manter-se-ão membros, embora nesta situação dificultem, através de veto, o emprego de meios da OTAN nas missões de Petersberg executadas no âmbito da UE. Para este cenário, não vislumbramos que a Turquia corra o risco de dificultar estas missões, aventurando-se a ser encarada de uma forma diferente pelos seus aliados. Situação que não interessa à Turquia por razões de Segurança e Defesa externa.



O **terceiro cenário** é o que nos parece mais realista, face ao desenrolar dos acontecimentos que se têm verificado neste processo. A verdade é que o país já espera pacientemente há cerca de 40 anos pela entrada na UE e no próximo ano, ou seja, em 2004, irá novamente negociar o processo de adesão.

As reformas que o governo turco está a executar são importantes e vão ao encontro das necessidades em cumprir os acordos estabelecidos pela UE. Também visam o combate político interno, nomeadamente a modernização política do país, o que favorece o próprio governo pois permite-lhe eliminar rivais políticos dos outros partidos e facilita a tentativa de “orientar” um pouco os militares. Sabemos, por exemplo, que o governo turco tem vindo a alterar a atitude dos militares nos assuntos políticos, segundo linhas mais europeias, designadamente a diminuição na representação militar no Conselho Nacional de Segurança.

A Turquia após a Segunda Guerra Mundial, teve um papel importante para os Estados Unidos. Enquanto existia a União Soviética e antes de os Estados Unidos terem um “pé” na Ásia Central, era de longe, o país estrategicamente mais importante em toda a região, um autêntico país charneira. Apesar do enquadramento externo se ter alterado, esta continua a ser muito importante em termos estratégicos, mas perdeu uma série de factores em relação à União Soviética e à Ásia Central, embora ainda mantenha alguns aspectos relacionados com a passagem dos oleodutos do Cáucaso e com a Arménia e a Rússia. (Santos, 2003b)

Podemos assim dizer que a Turquia na 2ª guerra do Golfo não desempenhou para os EUA o papel que desempenhou na 1ª guerra do Golfo, um parceiro incondicional que fez face às ameaças vindas do sul (Iraque). Durante a 1ª guerra do Golfo, a Turquia forneceu um apoio crucial às tropas da coligação ao fechar o oleoduto que atravessava o seu território e que permitia que o crude atingisse o Mediterrâneo e também ao autorizar que os aviões americanos operassem a partir de bases em território turco.

Assim, a pressão exercida pelos americanos sobre os europeus para a entrada da Turquia na UE será certamente menor, pois existe um certo “arrefecimento” das relações turco-americanas, devido à perda de importância estratégica que alguns autores defendem como efeito causado pela alteração do dispositivo militar americano no médio oriente após a 2ª guerra do Golfo.

Em matéria de segurança e defesa da Europa não vemos alteração da situação. A Turquia manter-se-á estado membro da OTAN pois é importante para a sua própria segurança e defesa. O que provavelmente irá acontecer, será um aumento do veto turco relativamente ao emprego das capacidades da OTAN em proveito das missões de apoio à paz no âmbito da UE, demonstrando



desta forma, o seu descontentamento em não pertencer a esta organização. Como referiu o COR Matias na palestra “O Quartel-General dum Comando Estratégico OTAN”, no Instituto de Altos Estudos Militares, no dia 29 de Maio de 2003: *“A Turquia bloqueia muitas vezes as decisões tomadas pela OTAN, pois em 30 operações realizadas no Médio Oriente, a Turquia encontrava-se em cerca de 27.”*

### Modalidades de Acção Estratégica

Face aos cenários levantados e após a sua análise exaustiva iremos de seguida estudar as modalidades de acção estratégica específicas de cada um deles. Estas centram-se em quatro vectores: o diplomático, o económico, o militar e o político.

Assim consideramos que as modalidades de acção estratégica mais prováveis para o **primeiro cenário** são as seguintes:

- Vector Diplomático: as relações diplomáticas continuarão a existir, mas agora de forma menos intensa, ou seja, menos persuasiva sobre todos os Estados membros;
- Vector Económico: manter-se-á a estratégia de atrair cada vez mais os investidores estrangeiros a investirem na Turquia. Actualmente, já conseguiram dar um “passo” significativo relativamente a esta matéria, concretizada através de financiamentos do FMI para tentar estabilizar a economia turca;
- Vector Militar: com a sua entrada na UE o processo de decisão da UE sairá reforçado, pois a Turquia já fará parte do mesmo. Certamente irão afirmar mais a sua voz nos assuntos de segurança e defesa da Europa;
- Vector Político: nos assuntos de política externa, a Turquia continuará empenhada em manter boas relações com os EUA e se necessário reforçá-las, principalmente agora, após a 2ª Guerra do Golfo. Na política interna, continuarão o seu esforço de democratizar o país, eliminando os focos de instabilidade que têm impedido a sua entrada na UE.

No **segundo cenário** consideramos que as modalidades de acção a protagonizar são:

- Vector Diplomático: as relações diplomáticas intensificar-se-ão principalmente sobre os países que apoiaram mais a entrada da Turquia na UE, como foi o caso dos EUA;
- Vector Económico: certamente que esta recessão desmotivará novamente os investidores estrangeiros, no entanto, a Turquia terá de tomar medidas que vão no sentido de manter pelos menos os financiamentos do FMI;
- Vector Militar: haverá certamente um aumento do veto turco sempre que houver necessidade de emprego dos meios em operações de apoio à paz ou de Petersberg;



- Vector Político: Na política externa haverá um descrédito sobre todos os países, podendo inclusivamente conduzir a uma ruptura com alguns Estados membros. Na política interna, conduzirá a uma estagnação das medidas implementadas e, em alguns casos, até uma recessão. Apesar disso, acreditamos que o país terá a vontade necessária para prosseguir o melhoramento das condições de vida da sua população.

Finalmente no **terceiro cenário** as modalidades a implementar serão as seguintes:

- Vector Diplomático: A actividade diplomática continuará intensa sobre todos os Estados membros, visando apoios que garantam a sua entrada na UE;
- Vector Económico: A Turquia continuará a recorrer ao FMI para tentar estabilizar a sua economia. Estes empréstimos são muito objectivos e condicionados normalmente para programas de reforma económico-financeiras, que incluem o combate à inflação, a aceleração das privatizações, a diminuição das despesas públicas, a reforma dos mercados e a reestruturação do sistema bancário;
- Vector Militar: Tendo como pano de fundo a OTAN, a Turquia manterá a sua estratégia ao nível desta organização, vetando, sempre que possível, as acções que se encontrem no âmbito da UE;
- Vector Político: Em matéria de política externa haverá a tentativa de uma reaproximação aos EUA, essencialmente a seguir ao “não” ocorrido durante a 2ª Guerra do Golfo. Na política interna, a Turquia continuará a implementar as medidas necessárias para democratizar o país.

Assim, o **terceiro cenário** parece-nos o mais realista para o presente momento, pois a Turquia verá uma vez mais adiada a sua entrada na Europa até ao limite possível da decisão política. E segundo o Mestre Miguel Monjardino “*O que vai acontecer ninguém sabe, pois dependerá do cálculo político que os líderes europeus fizerem na altura em que a decisão tenha de ser tomada. O que está em jogo é de tal maneira importante, que paradoxalmente só vão tomar a decisão no limite do possível*”<sup>68</sup>, ou seja, manter o “*Status Quo*”.

---

<sup>68</sup> Segundo o Mestre Miguel Monjardino na entrevista levada a efeito no Instituto de Ciências Políticas da Universidade Católica, no dia 3 de Setembro de 2003.



## CONCLUSÕES

*“A América deveria aproveitar a sua influência na Europa para apoiar a eventual admissão da Turquia no seio da União Europeia, e fazer ponto de honra em tratá-la como um Estado europeu (...). Se a Turquia se sente excluída da Europa (...) então será favorável à ascensão do Islão, que tornará susceptível de opor o seu veto, por rancor, ao alargamento da OTAN e a incitará a recusar a sua cooperação com o Ocidente na sua vontade de estabilizar e integrar uma Ásia laica na comunidade internacional”*

*Zbigniew Brzezinski*<sup>69</sup>

A questão da entrada da Turquia na UE tem uma enorme dimensão política do ponto de vista europeu, embora isto nunca seja assumido pelos seus líderes. Trata-se de um problema cultural e religioso, visto que a Europa é cristã e isso está subjacente no discurso alemão<sup>70</sup> e francês, como afirmou Giscard d’Estaing.<sup>71</sup>

Tem-se tentado ao máximo evitar discutir seriamente a questão turca por ser politicamente muito incómoda, e também porque vai ao cerne da ideia do que é o projecto europeu. Durante cerca de 40 anos o projecto europeu foi indiscutivelmente um projecto cristão, hoje em dia para muitos não é, mas para outros ainda continua a ser. Neste momento, está-se num ponto muito interessante da questão turca, porque em termos políticos, ao mais alto nível, continua a existir relutância em aprovar a adesão europeia da Turquia.

A situação política é muito delicada pois existe uma tensão ao nível dos objectivos europeus: os critérios impostos à Turquia estão a ser usados a nível interno turco para modernizar, modificar, democratizar e abrir a sociedade turca. Do ponto de vista europeu este facto é muito importante, principalmente porque após o 11 de Setembro um partido islâmico moderado está a tentar fazer estas reformas. Será assim importante que isso aconteça, quanto mais não seja para minar progressivamente o poder que os militares ainda detêm na política da sociedade. Será uma arma usada pela Europa e pelo partido do governo no combate interno aos militares. A Europa, tem interesse que este governo seja bem sucedido. O problema, é saber se a seguir à criação destas expectativas a UE irá “abrir realmente a porta”.

---

<sup>69</sup>Brzezinski, 1997, 204.

<sup>70</sup> Nas declarações proferidas no dia 2 de Setembro, o chanceler alemão, Gerhard Schroder, felicitou Ancara pelo “progresso das reformas institucionais e expressou o apoio de Berlim à candidatura turca de adesão à UE.” (Público, 2003b)

<sup>71</sup> Sugere-se a leitura do anexo L (A Grande Europa e o Mundo Islâmico).



Em relação ao problema com os gregos, e de acordo com o que temos vindo a assistir nos últimos anos, é absolutamente notável pensarmos que há 10 ou 15 anos atrás os turcos eram seus adversários. Há muitas maneiras de olhar para este problema, no entanto, o que é que terá motivado a decisão grega no sentido de mudar completamente o discurso e aceitar que realmente tinha que mudar? O que a Grécia investiu na defesa nos últimos anos foi muito<sup>72</sup> face ao adversário que se lhe opunha, e percebeu que uma das possíveis maneiras de “educar” o ímpeto dos turcos passaria, de certa maneira, por abrir um pouco a porta da UE à Turquia. O preço que a Turquia teria que pagar por passar por essa porta seria resolver a questão do Chipre e modificar-se internamente ao ponto do problema greco-turco ser muitíssimo atenuado.

A questão do Chipre para a Grécia é fundamental, sem isto será muito difícil manter a postura e o discurso pró-turco. Do ponto de vista turco, é evidente que os benefícios de resolver a causa grega seriam enormes, embora esta questão seja internamente muito difícil de resolver. Para muitos turcos a questão do Chipre não é crucial, mas do ponto de vista da vida política doméstica é evidente que não é assim. E a prová-lo existe o facto de existirem grupos na Turquia que estão a usar a cartada do Chipre exactamente para evitar outro tipo de cedências turcas na UE.

No que diz respeito ao problema com os curdos, pode-se afirmar que é complexo e de difícil solução. Se lhes dão muitas facilidades internas, cumprindo os direitos formais necessários à entrada na UE, vão certamente existir muitos conflitos internos. Com a entrada da Turquia na UE certamente que se irão estabelecer algumas regiões autónomas curdas, com a criação, por exemplo, da radiofonia, televisão, jornais, imprensa, poder autárquico curdo. Mas daqui deriva um problema complexo e que está relacionado com a situação do grande número de curdos nos outros países, ou seja, no Iraque, na Síria e no Irão. Face a isto, parece-nos inevitável “a criação de uma nação curda”.<sup>73</sup> A entrada da Turquia na UE vai acelerar a implosão turca e a implosão dos outros países, apesar de se adivinhar um processo árduo e moroso.

Em matéria de Segurança e Defesa a UE continuará a sua caminhada para se tornar um poder global, quer seja com ou sem a Turquia, porém não é provável que a UE exclua a Turquia completamente da PESD.<sup>74</sup> A futura participação da Turquia na PESD está tão obscura quanto a

---

<sup>72</sup> A Grécia em 1985 gastou em Defesa cerca de 3.521 milhões de dólares americanos e em 2000 e 2001, gastou respectivamente, 5.528 e 5.517 milhões de dólares americanos. Em termos de comparação podemos dizer que Portugal gastou em 1985, 2000 e 2001, respectivamente 1.853, 2.221 e 2.226. (Segundo a publicação “*The Military Balance 2002-2003*”, tabela número 26, da página 332, que consta na bibliografia).

<sup>73</sup> Segundo o Engenheiro Ângelo Correia, na entrevista realizada no dia 14 de Julho de 2003.

<sup>74</sup> Se a Turquia se sentir excluída poderá vetar muitas das decisões da OTAN, correndo o risco de ser expulsa. Esta situação poderia conduzir a uma explosão do fundamentalismo, ou seja, os partidos laicos turcos perderiam





possibilidade de se vir a tornar membro da UE. Se a Turquia for tratada como uma "estranha" na UE enquanto se forma uma política de segurança e de defesa da Europa, o processo de adesão será influenciado negativamente. Por outro lado, se for permitido à Turquia fazer parte da PESD, isto terá um impacto positivo nos esforços para integrar a Turquia na UE.

Do ponto de vista demográfico, militar e geopolítico a Turquia tem muito para dar à UE, poderemos dizer que é o que pesa mais no prato da balança. Em termos económicos poderemos dizer que é um mercado muito apetecível se a Turquia continuar a progredir economicamente. Segundo este ponto de vista há condições para a Turquia entrar na UE. No outro prato da balança estão aspectos mais intangíveis e difíceis de quantificar, que funcionam como obstáculos à adesão europeia: factores culturais, factores religiosos e o medo europeu de sermos submergidos por uma onda de emigrantes e refugiados vindos de países islâmicos com pouca tradição de se integrarem nas nossas sociedades. O que vai acontecer ninguém sabe, pois dependerá do cálculo político que os líderes europeus fizerem na altura em que a decisão tenha de ser tomada. Pensamos que os líderes políticos só tomarão uma decisão quando já não exista qualquer hipótese de a adiar. Para já, e até ao limite possível, a decisão será adiada, mantendo-se a situação actual durante mais alguns anos. É evidente que esta situação vai criar algumas dificuldades internas ao governo turco, que precisa de um sinal claro da UE.

Relativamente às relações com os EUA, estas foram afectadas pelo célebre “não” parlamentar e pelo jogo político interno liderado pelo exército e pelos partidos da oposição que sempre tiveram o mesmo objectivo estratégico para a Turquia e que, naquela altura, para boicotar o governo, não apoiaram uma decisão que teriam apoiado se estivessem no governo.

Os EUA sempre apadrinharam a entrada da Turquia na UE, chegando inclusivamente a pressionar alguns estados comunitários, pois do ponto de vista americano uma Europa com a Turquia é uma Europa melhor, e do ponto de vista estratégico faz todo o sentido que a Turquia entre na Europa. Para Washington o “não” parlamentar foi um golpe bastante baixo, pois um aliado em princípio não toma este tipo de decisões, contudo, quando falamos em democracia islâmica, por vezes o resultado é um pouco esse. Não obstante, a Turquia é muito importante para os EUA em termos geopolíticos e para provarem que é possível haver uma sociedade islâmica que caminhe para um regime político democrático, para-democrático ou semi-democrático.

Em termos de perspectiva americana a Turquia continua ser um estado absolutamente fundamental, apesar de ter existido um esfriamento nas relações bilaterais. “Uma das possíveis

relativamente aos partidos religiosos. O ressurgimento islâmico transformaria a Turquia numa potência hegemónica do todo o mundo islâmico.





maneiras de resolver este problema e da Turquia se redimir, segundo Washington, seria a Turquia entrar com uma contribuição substancial de tropas para o sul do Iraque, que funcionaria como um catalizador para que as relações voltassem um pouco ao normal”.<sup>75</sup> Há muito em jogo para este governo turco, e a cartada europeia e americana são importantes no sentido do combate político interno, com vista à modernização política do país, que favorece o próprio governo pois permite-lhe eliminar rivais políticos nos outros partidos e “orientar” os militares. Este arrefecimento das relações bilaterais mostrou a Washington que há um preço a pagar por uma transição democrática na Turquia e um dos preços é que muitas das vezes Ancara não seguirá as directrizes de Washington.

Encontramos, de facto, uma Turquia emergente em termos estratégicos, com uma grande versatilidade, e sendo capaz de, quase em simultâneo, obter uma data para o início das negociações de adesão à UE, continuar a ser o aliado preferencial dos EUA na região e manter boas relações com os Estados vizinhos.

É, no fundo, uma Turquia que se tenta assumir como afirmativa e definidora das dinâmicas estratégicas em curso no mundo e encontrando-se presentemente, numa encruzilhada relativamente à qual é central a percepção da importância das decisões de política externa tomadas no futuro próximo (e as respectivas implicações na ordem interna). No entanto a chegada a poder do partido islamista AKP não deixará de abrir um espaço de incertezas quanto ao futuro posicionamento internacional da Turquia.

---

<sup>75</sup> Segundo o Mestre Miguel Monjardino, na entrevista realizada no dia 3 de Setembro de 2003.



## RECOMENDAÇÕES FINAIS

Apesar de parecer um pouco arrojado architectar recomendações finais num trabalho deste género, é nossa intenção deixar algumas reflexões que possam trazer implicações para Portugal e para a UE. Assim, propomos a seguinte reflexão:

**Primeiro:** A entrada da Turquia na UE irá afectar seguramente todos os Estados membros como um todo. Com a Turquia, a construção de uma política de segurança e defesa na Europa sairá reforçada, pois é um país que não tem qualquer pejo em usar as suas capacidades em missões do seu interesse ou do interesse internacional. No entanto, temos dúvidas que o eleitorado europeu esteja preparado para esta mudança, pois quem participa em conflitos armados tem implícitos gastos financeiros e a perda de vidas humanas, que está associado a uma ideia da “Europa Potência”, mas não como alternativa à Aliança Atlântica. Obviamente, do lado turco isso não constituirá problema se tivermos em conta o dinheiro que o país gasta em defesa,<sup>76</sup> contudo temos dúvidas que isso venha a acontecer com a grande maioria dos países europeus, pelo fraco investimento verificado nos orçamentos militares.<sup>77</sup> A vontade de usar o potencial militar em determinadas circunstâncias, é monetariamente dispendioso e envolve decisões muito difíceis e o caso português pensamos que é paradigmático, pois as pessoas hoje em dia, em Portugal, têm muita dificuldade em aceitar que as fronteiras de segurança, não são as fronteiras terrestres, mas sim, fronteiras mais alargadas.

**Segundo:** A rejeição da entrada turca poderá trazer efeitos nefastos para a União, pois sentir-se-á rejeitada e discriminada, reforçando a sua identidade islâmica. Nestas circunstâncias, inclusivamente, poderá começar a ter dificuldades de relacionamento com os seus aliados (OTAN), afectando inequivocamente a arquitectura de segurança e defesa na fronteira a leste. O “divórcio” com a Turquia certamente não será benéfico para os interesses de Portugal, pelas relações diplomáticas que tem vindo a desenvolver, com especiais implicações no sector económico. Não nos restam dúvidas de que Portugal tem apoiado a causa Turca pois defende uma política de defesa forte e credível para a UE.

Certos de que estas considerações se tornam exíguas face à dimensão do problema, no entanto, tiveram por objectivo apresentar alguns pontos de interesse e ressaltar a posição que Portugal possa vir a desempenhar.

---

<sup>76</sup> A Turquia em 1985, 2000 e 2001 gastou em defesa respectivamente 3.470, 9.994 e 7.219 milhões de dólares americanos. Em termos de comparação podemos dizer que Portugal gastou nos mesmos anos respectivamente 1.853, 2.221 e 2.226. (Segundo a publicação “*The Military Balance 2002-2003*”, tabela número 26, da página 332, que consta na bibliografia).

<sup>77</sup> Uma grande maioria dos Estados Europeus onde se inclui Portugal, argumentam que a UE nos assuntos de defesa se deve manter como pilar da OTAN, evitando deste forma duplicação de investimento nas despesas militares considerados desnecessários.



---

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

- ACHCAR, Gilbert et al. (2003). *L'Atlas du Monde Diplomatique*. Boris Séméniako, France.
- AHMED, Akbar S. (2002). *O Islão*. 2ª edição, Tradução de Maria Helena Lopes, Bertrand Editora, Lisboa.
- BONIFACE, Pascal (2000). *Atlas das Relações Internacionais*. 2ª edição, Tradução de Germano Rio Tinto, Hatier, Paris.
- BONIFACE, Pascal (2003). *As Guerras do amanhã*. Volume 17, Tradução de António Lopes Rodrigues, Editorial Inquérito, Mem-Martins.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1997). *The Grand Chessboard. American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. Basic Books, New York.
- CHIPMAN, John (2002). *The Military Balance 2002-2003*. Oxford University Press, London.
- COHEN, Saul Bernard (1964). *Geography and Politics in a Divided World*. Methuen London, Great Britain.
- CORREIA, Pedro de Pazarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Volume I – Conceitos, Teorias e Doutrinas, Quarteto editora, Coimbra.
- COSTA, Francisco Seixas da Costa (2002). *Diplomacia Europeia*. 1ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- FEIGL, Erich (1999). *A Myth of error : Europe, Turkey and Public Opinion*. Amalthea, Turquia.
- FERNANDES, José Pedro S. C. Teixeira (2002). *A Segurança da Europa Ocidental: Uma Arquitetura Euro-Atlântica Multidimensional*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HYMAN, Anthony (1994). *Power and Politics in Central Asia's – New Republics*. Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, United Kingdom.
- LARRABEE, F. Stephen et al (2003). *Turkish Foreign Policy in an Age of Uncertainty*. Center for Middle East Public Policy, Santa Monica.
- ROBERTS, John M. (2000). *Potências Emergentes e a Última Era*. Volume IX, Circulo de Leitores, Espanha.
- ROBERTS, John M. (2000). *Os Impérios Europeus*. Volume VIII, Circulo de Leitores, Espanha.
- ROBIN, Gabriel (2000). *Géopolitique – La Turquie*. Nº69, Institut International de Géopolitique, Paris, France.



- RUBIN, Barry (2003). *Turkey and the European Union (Turkish Studies)*. Volume 4, nº1, Frank Cass and Company, Great Britain.
- SANTOS, General Loureiro dos (2000). *Reflexões sobre Estratégia. Temas de Segurança e Defesa*. Publicações Europa América, Mem Martins.
- SANTOS, General Loureiro dos (2003a). *A Idade Imperial Reflexões sobre estratégia III*. Publicações Europa América, Mem Martins.
- SANTOS, General Loureiro dos (2003b). *E depois do Iraque? General Loureiro dos Santos responde a Luísa Meireles*. Publicações Europa América, Mem Martins.
- VALLE, Alexandre del (2001). *Guerras Contra a Europa*. Tradução de Margarida Menezes, Hugin Editores, Lisboa.
- WINROW, Gareth M. et al. (1997). *The Kurdish Question and Turkey*. 1ª edição, Frank Cass and Company, Great Britain.
- WINROW, Gareth et al. (2000). *Turkish Studies*. Volume 1, nº1, Frank Cass and Company, Great Britain.
- WEBBER, Mark et al. (2002). *European Security*. Volume 11, nº2, Frank Cass and Company, Great Britain.

### Outros documentos

- AZEVEDO, Virgílio de (2002). “Turquia acaba com a UE”. Expresso, 17 de Novembro.
- BILGIN, P. et al (1998). “Security Studies: The Next Stage?” in *Nação e Defesa*, nº84, 2ª série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 131-157.
- BISCOP, Door Sven (2001). *The European Union and the Eastern Mediterranean – the need for conflict resolution*. Nº67, Centre D’Etudes de Defense, Bruxelles.
- BREWIN, Christopher (2002). “Endgame” in *The World Today*, volume 58, nº5, The Royal Institute of International Affairs, London, 21-23.
- CHOMSKY, Noam (1999). “Les États-Unis contre le droit” in *Le Monde Diplomatique*, nº45, Manière de voir, Maio-Junho.
- CHURCH, George J. (1992). “Across the Great Divide” in *Time International*, nº42, Robert E. Hughes Jr., October, 28-33.
- DEMPSY, Judy et al. (2001). “Turkey lifts objections to UE force” in *Financial Times*, Dezembro.
- DICIOPÉDIA (2003). “O Poder do Conhecimento” in *Porto Editora*.



- DJALILI, M. R. (2000). *La Nouvelle Géopolitique de L'Asie Centrale*. N°63, Centre D'Etudes de Defense, Bruxelles.
- DUYMAZ, Sema et al. (2000). *Turkey*. Turkish News Agency for the Directorate General of Press & Information of the Prime Ministry, Uçar Grafik San, Istanbul.
- EGELI, Sitki (1997). “Nuclear Proliferation: Its impact on Turkey and European Security” in *Stability and Security of Eastern and Southeastern Europe*, Ministry of Defence – Center for Strategical Studies, Slovenija, 180-189.
- GLATZL, Dr. Christian (1993). “Turkey: Regional Power Between Europe and Asia” in *National Security*, National Defence Academy Series, Vienna, 203-224.
- GUEDES, Rui Tavares (2003). “Sonhos Turcos”. VISÃO, 10 de Julho.
- GÜLTASLI, Selcuk (2002). “EU: 312 and 159 amendments not sufficient”, Turkish Daily News, 8 de Fevereiro.
- HALE, William (2003). “Human Rights, the European Union and the Turkish Accession Process” in *Turkey and the European Union*, Turkish Studies, Vol.4, N°1, A Frank Cass Journal, London, 105-126.
- HEITOR, Jorge (2003). “Tribunal Europeu diz que julgamento de Öcalan foi injusto”. Público, 13 de Março.
- IPRIS (2003). “Geopolítica do Médio Oriente”. Diário de Notícias, 10 de Setembro.
- JENKINS, Gareth (2003). “Muslim Democrats in Turkey?” in *Survival*, volume 45, n°1, International Institute for Strategic Studies, London, 45-66.
- KARDAS, Saban (2002). “The strategic importance of Turkey after September 11”. Turkish Daily News, 29 de Maio.
- KENNEDY, Paul (2003). “Nova parceria entre Europa e Estados Unidos é possível, mas só quando os actuais líderes se reformarem”. Público, 22 de Outubro.
- LEITE, Alfredo (2003). “Curdos expulsam árabes”. Jornal de Notícias, 23 de Abril.
- MARCHESIN, Philippe (2002). “Géopolitique de la Turquie à partir du Grand échiquier de Zbigniew Brzezinski”, in *Études Internationales*, volume 23, n°1, Études Internacionales, Canada, 137-158.
- MEIRELES, Luísa, AZEVEDO, Virgílio (2003). “Fizemos o que nos pediram”. Expresso, 5 de Julho.
- MOÏSI, D. (1999). “Dreaming of Europe” in *Foreign Policy*, n°115, Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC, 44-59.



- MONTEIRO, Maria (2003). “Partido islâmico no Poder enfrenta ano de todas as decisões”. *Diário de Notícias*, 9 de Janeiro.
- ORHUN, Ömür (2000). “European Security and Defense Identity-Common European Security and Defense Policy: A Turkish Perspective”, in *Perceptions*, Vol.5, Nº3, September-November.
- PARK, Bill (2000). “Turkey, Europe, and ESDI: Inclusion or Exclusion?”, in *Defense Analysis*, volume 16, nº3, Taylor and Francis, UK, December, 315-328.
- PINTO, Major General Valença (2000). “A Segurança e a Defesa na Europa, OTAN e EU.”, in *A Identidade Europeia de Segurança e Defesa*, Atena, Lisboa, Abril, 45-58.
- RODRIGUES, Pedro Caldeira (2003). “Empréstimo dos EUA à Turquia causa polémica”. *Público*, 24 de Setembro.
- SAVVIDES, Philippos K. (2003). “O Poder da Europa”, in *O Mundo em Português*, nº42, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, São João do Estoril, Março.
- SOUSA, Teresa de (2003). “A ONU deve endossar a criação de um governo interino”. *Público*, 5 de Abril.
- SOUSA, Teresa de (2003). “Nasceu em Atenas a União Europeia Continental”. *Público*, 17 de Abril.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998). “Rivalidade, Subsidiariedade, Complementaridade: Que modelo para a Identidade Europeia de Segurança e Defesa?” in *Europa: Novas Fronteiras*, nº3, Centro de Informação Jacques Delors, Lisboa, 68-72.
- VASCONCELOS, Álvaro de (2002). *O Mundo em Português. Turquia Rumo à Europa*. Nº39, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, São João do Estoril, Dezembro.
- VASCONCELOS, Álvaro de (2003). *O Mundo em Português. Os Dilemas da Europa*. Nº42, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, São João do Estoril, Março.
- VERSHBOW, Alexander (2000). “The American Perspective on ESDI/ESDP”, in *Perceptions*, Vol.5, Nº3, September-November.
- YILMAZ, Suhnaz (2003). “Implicações da Guerra no Iraque para a Turquia”, in *O Mundo em Português. Vencer a paz depois de Saddam*, nº43, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, São João do Estoril, Abril.

### Sites Internet



- AKIN (2003). “Iraq Kurdistan”, in American Kurdish Information Network, internet: <http://www.kurdistan.org/>, AKIN, 11 de Junho, 00h20.
- CIA (2003). “Turkey”, in The World FactBook 2002, internet: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/geos/tu.html>, Central Intelligence Agency, 20 de Maio, 01h20.
- CoE (2003). “Protocol nº6 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms concerning the Abolition of the Death Penalty” in Council of Europe, internet: <http://conventions.coe.int/Treaty/EN>, Council of Europe, 28 de Agosto, 10h00.
- DOMINGUES, Paulo (2003). “A problemática segurança e defesa na Europa”, in PESC, internet: <http://www.terravista.pt/baiagatas/1223/pesc.htm>, 8 de Outubro, 03h00.
- DPP (2003). “Turquia: Uma centralidade reforçada?”, in Departamento de Prospectiva e Planeamento, internet: <http://www.dpp.pt/pt/questões%20geopolítica>, António Alvarenga, 12 de Novembro, 12h00.
- EXPRESSO (2002). “Giscard: “Turquia acaba com UE”, in Expresso, internet: <http://www.expresso.pt>, Virgílio de Azevedo, 17 de Novembro, 17h00.
- HRW (2003). “Turkey – Human Rights and the European Union Accession Partnership”, in Human Rights Watch, internet: <http://www.hrw.org/reports/2000/turkey2>, Human Rights Watch, 28 de Agosto, 12h30.
- IPRIS (2003). “Cartografia”, internet: [http://www.ipris.org/index.php?seccao\\_id=1](http://www.ipris.org/index.php?seccao_id=1), Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, 16 de Setembro, 0h20.
- KURDE (2003). “Kurde”, in Institut Kurde de Paris, internet: <http://institutkurde.org/home.htm>, Institut Kurde, 10 de Junho, 01h55.
- KURDISTAN (2003). “Kurdistan”, in Kurdistan observer, internet: <http://home.cogeco.ca/~kurdistanobserver/news.html>, Kurdistan observer, 10 de Junho, 23h03.
- KURDISH (2003). “Kurdish”, in Kurds and Kurdistan, internet: <http://www.kurdish.com/manu.htm>, Kurds and Kurdistan, 11 de Junho, 00h32.
- MAURITO (2003). “Curdos”, in Geografia, internet: <http://www.maurito.pro.br/index.htm>, Página do Maurito, 5 de Abril, 22h44.
- MFA (2003). “Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs” in Republic of Turkey, internet: <http://www.mfa.gov.tr>, MFA, 16 de Outubro, 23h00.





- NACIONAL ASSEMBLY (2003). “Türkiye Büyük Millet Meclisi”, internet: [www.tbmm.gov.tr/](http://www.tbmm.gov.tr/), 4 de Outubro, 4h00.
- NATO (2003). “NATO Defensive Support to Turkey. Operation “Display Deterrence”” in NATO, <http://www.nato.org.tr/sayfa4.htm>, NATO, 11 de Setembro, 1h45.
- PÚBLICO (2003a). “UE Satisfeita com Reformas Aprovadas na Turquia” in Jornal Público, internet: <http://jornal.publicp.pt/2003/08/01/Mundo/I02.html>, Público, 1 de Agosto, 15h00.
- PÚBLICO (2003b). “Berlim apoia candidatura de Ancara à UE” in Jornal Público, internet: <http://jornal.publicp.pt/2003/09/03/Mundo/I06.html>, Helena Ferro de Gouveia, 3 de Setembro, 16h00.
- RoC (2003). “Basis for Agreement on a Comprehensive Settlement of the Cyprus Problem”, in Republic of Turkey, internet: [http://www.pio.gov.cy/other/final\\_plan/revision.pdf](http://www.pio.gov.cy/other/final_plan/revision.pdf), RoC, 24 de Agosto, 22h00.
- T.C. (2003). “Türkiye Cumhuriyeti” in Turkish Prime-minister, internet: <http://www.basbakanlik.gov.tr/>, T.C., 16 de Outubro, 2h00.
- TERRAVISTA (2003). “Curdos”, in Terravista, internet: <http://www.terravista.pt/copacabana/3103/artigos.htm>, Terravista, 5 de Abril, 23h45.
- TURKISH MINISTRY OF DEFENSE (2002). <http://www.msb.gov.tr/Birimler/GnPPD/GnPPDBeyazKitap.htm>, 4 de Julho, 23h00.
- Turkish President (2003). “Türkiye Cumhuriyeti Cumhurbaskanligi”, internet: [www.cankaya.gov.tr/](http://www.cankaya.gov.tr/), 16 de Outubro, 3h00.
- UE (2003a). “União Europeia”, in internet: [http://www.europa.eu.int/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu.int/index_pt.htm), União Europeia, 9 de Junho, 01h05.
- UE (2003b). “Critérios de Copenhaga”, in União Europeia, internet: <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cig/g4000c.htm>, União Europeia, 9 de Junho, 01h05.
- UE (2003c). “Identidade europeia de segurança e de defesa”, in União Europeia, internet: <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cig/g4000i.htm>, União Europeia, 31 de Julho, 01h00.
- UE (2003d). “Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, 19 e 20 de Junho de 2000”, in União Europeia, internet: <http://www.europa.eu.int/>, União Europeia, 21 de Agosto, 01h00.





- UE (2003e). “As estruturas e as capacidades militares da União Europeia”, in União Europeia, internet: <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/homept.htm>, União Europeia, 22 de Outubro, 02h00.
- UE (2003f). “As estruturas militares da União Europeia. Objectivo de Helsínquia.”, in União Europeia, internet: <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/HeadGoal.htm>, União Europeia, 22 de Outubro, 02h15.
- UE (2003g). “As estruturas militares da União Europeia. Declaração de empenhamento de capacidades militares.”, in União Europeia, internet: <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/CCC.htm>, União Europeia, 22 de Outubro, 02h30.
- UE (2003h). “As estruturas militares da União Europeia. Declaração de operacionalidade da PECSD.”, in União Europeia, internet: <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/CCC.htm>, União Europeia, 28 de Outubro, 04h30.
- UN (2003). “Biografia de Kofi Annan”, in United Nations, internet: [http://www.un.org/spanish/aboutun/sg/pages/sg\\_biography.html](http://www.un.org/spanish/aboutun/sg/pages/sg_biography.html), United Nations, 10 de Junho, 00h11.



---

**ÍNDICE ONOMÁSTICO****A**

Abdullah Öcalan.....20, 28, 29, 41

Almirante Mahan.....5

**B**

Bernard de Bressy ..... 1

Bilgin..... 11

Bülent Ecevit .....29, 31

**E**

Eng.º Ângelo Correia ..... 13, 43, 45, 51

**G**

Gen Loureiro dos Santos ..... 14, 42, 44

George W. Bush .....27

Gerhard Schroder ..... 50

**J**

Jorge Sampaio .....2

**K**

Kemal Ataturk .....2, 15, 19, 22, 30

Kofi Annan..... 17, 39

**L**

Luísa Meireles .....42

**M**

Mackinder.....6

Martins da Cruz ..... 14

Miguel Monjardino .....49, 52

Mihail Christodolou Mouskos..... 16

**N**

Nicholas John. Spykman .....	5
------------------------------	---

**P**

Prof. Adriano Moreira .....	13
-----------------------------	----

**R**

Rauf Denktask .....	17, 39
Recep Tayyip Erdogan .....	21, 29
Richard Holbrooke .....	27

**S**

Saul Bernard Cohen .....	5
--------------------------	---

**T**

Tassos Papadopoulos.....	17
Thomas Fridmann .....	1
Tony Blair .....	1
Turgut Ozal .....	31

**V**

Valery Giscard d'Estaing .....	20, 45, 50
--------------------------------	------------

**Z**

Zbigniew Brzezinski .....	7, 49
---------------------------	-------

**ÍNDICE REMISSIVO****A**

Acervo legislativo	18
Acordo de Associação de Ancara	9
Acordos de Copenhaga	43
Anatólia	18, 28
Antiturquismo	2
Armas de Destruição Maciça	25
Arménia	48
Arménios	45
Ásia Central	2, 6, 22, 25, 47

**B**

Balcãs	2, 22, 31
Bósnia-Herzegovina	12

**C**

Cáspio	8
Cáucaso	5, 6, 31
Chipre	2, 16, 23, 31, 36, 37, 52
Cimeira de Copenhaga	20, 29, 39, 45
Cimeira de Helsínquia	16
Cimeira de Laeken	23
Código Penal Turco	41
Comissão Europeia	9
Comunidade Europeia	9
Conceito de Defesa	11
Conceito de Segurança	11
Conselho da Europa	2



Conselho Europeu de Colónia	33
Conselho Europeu de Copenhaga	17
Conselho Europeu de Helsínquia	10, 39
Conselho Europeu de Santa Maria da Feira	35
Conselho Europeu do Luxemburgo	10
Conselho Nacional de Segurança	30, 42, 47
Cooperação Política Europeia	33
Critérios de Copenhaga	3, 18
Curdistão	2, 20
Curdos	17, 18, 28, 40, 45, 52

**D**

Defesa de Mísseis Balísticos	25
Dia 11 de Setembro	2, 25
Direitos humanos	17, 38, 40
Documento de Adesão	42
Documento de Ancara	23

**E**

Emigração	39
EUA	8, 25, 53
Eurásia	6
Europa	2
Europa cristã	45
Europa Ocidental	9

**F**

Factor islâmico	20
FMI	30, 49

**G**

Grécia	15, 23, 36, 37, 51
Grupos de Forças Interarmadas Multinacionais	12
Guerra Fria	2, 9, 15, 22, 34

**H**

Heartland	7
-----------	---

**I**

Identidade Europeia de Segurança e Defesa	14, 23
Império Otomano	2, 9, 15
Irão	28
Iraque	24
Islão	20

**K**

Kemalismo ultralaico	31
Kemalista	21
Kosovo	12

**M**

Mar Egeu	2, 5, 16, 24, 36
Mar Negro	5
Médio Oriente	5, 6, 22
Mediterrâneo Oriental	8, 22
Minorias étnicas	18, 40
Missões de Petersberg	35, 45, 47, 49
Mundo muçulmano	9

**N**

Nações Unidas	9
---------------	---

**O**

Operações de Resposta a Crises	35
OSCE	2, 14
OTAN	2, 12, 14, 15, 21, 22, 34, 44, 47, 50

**P**

Partido da Acção Nacionalista	32
Partido da Justiça e Desenvolvimento	32
Partido dos Trabalhadores do Curdistão	19
Partido Fazilet	20
Partido Islâmico Refah	20
Pena de morte	18, 41
Política Externa de Segurança Comum	33
Política Externa de Segurança Defesa	33, 36, 44, 52
Portugal	43, 54
Pós-Guerra Fria	14
Primeira guerra do Golfo	48
Primeira Guerra Mundial	9

**R**

Reislamização	20, 31
República Turca do Chipre do Norte	16
Rimland	7
Rússia	48

**S**

Segunda Guerra do Golfo	27, 48, 49
-------------------------	------------



Segunda Guerra Mundial	22, 45, 47
Segurança e Defesa da Europa	2, 3, 43, 45, 54
Síria	28

**T**

Terrorismo	26
Tortura	17
Tratado da União Europeia	33
Tratado de Maastricht	33
Tratado de Sèvres	19
Turquia	2, 5, 9, 11, 15, 21, 29, 37, 43, 46, 51, 54

**U**

UE	12, 14, 20, 21, 22, 29, 33, 34, 43, 47, 50, 54
União Aduaneira	10
União Soviética	8, 22, 45





## **ANEXOS**



## ANEXO A – Dados gerais sobre a Turquia

## Mapa III

## Turquia



Fonte: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/geos/tu.html>

## GEOGRAFIA

- ☒ Área..... 814,600 km<sup>2</sup>
- ☒ Área localizada na Ásia ..... 790,200 km<sup>2</sup>
- ☒ Área localizada na Europa ..... 24,400 km<sup>2</sup>
- ☒ Terra arável.....35%
- ☒ Coordenadas..... 39° N, 35° E
- ☒ Linha de Costa ..... 7,200 km

## POPULAÇÃO

- ☒ População total (milhões) .....67,3
- ☒ Densidade populacional (Hab/km<sup>2</sup>) ..... 822,5
- ☒ Crescimento anual da população (%) ..... 1,2



- ☒ População 0-14 anos (%) ..... 27,8
- ☒ População 15-64 anos (%) ..... 65,9
- ☒ População +65 anos (%) ..... 6,3
- ☒ População com acesso à água potável ..... 83%
- ☒ População abaixo do limiar da pobreza ..... 18%  
(menos de 2 dólares/dia)
- ☒ População urbana ..... 65,8%
- ☒ Esperança de vida (anos) ..... 71,5

### GRUPOS ÉTNICOS

- ☒ Turcos (%) ..... 80
- ☒ Curdos (%) ..... 20

### RELIGIÃO

- ☒ Muçulmanos (sobretudo Sunni) ..... 99,8%
- ☒ Outras (Cristãos e Judeus) ..... 0,2%

### ECONOMIA

- ☒ Produto Interno Bruto em paridade com poder de compra (PIB – mil milhões de dólares) ..... 443
- ☒ Crescimento anual do PIB (%) ..... -6,5
- ☒ PIB per capita em paridade poder de compra (dólares) ..... 6700,0
- ☒ Agricultura (% PIB) ..... 14,5
- ☒ Indústria (% PIB) ..... 28,4
- ☒ Serviços (% PIB) ..... 57,1
- ☒ Inflação (% PIB) ..... 69,0
- ☒ Desemprego (% PIB) ..... 10,6
- ☒ Subemprego (% PIB) ..... 6,1



## DEFESA

☑ Despesas militares (mil milhões de dólares).....	8,1
☑ Despesas militares (% PIB) .....	4,5
☑ Despesas militares per capita.....	110,0
☑ Efectivos militares (milhares).....	797,0
☑ Importação de armamento convencional (milhões de dólares) .....	44,2
☑ Importação de armamento convencional dos EUA (milhões de dólares)...	115,0
☑ Exportação de armamento convencional (milhões de dólares) .....	2

## TRANSPORTES

☑ Auto-estradas .....	382,059 km
☑ Caminhos-de-ferro .....	8,607 km
☑ Vias fluviais .....	1,200 km
☑ Oleodutos (pipelines):	
⇒ Crude .....	1,738 km
⇒ Produtos de petróleo.....	2,321 km
⇒ Gás natural.....	708 km
☑ Portos: Gemlik, Hopa, Iskenderun, Istanbul, Izmir, Kocaeli (Izmit), Icel (Mersin), Samsun, Trabzon.	
☑ Aeroportos .....	120
☑ Heliportos.....	8

Fonte: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/geos/tu.html>; Vasconcelos, 2003, 14.



---

## **ANEXO B – Análise geopolítica da Turquia**

### **1. Introdução**

Os últimos dias do século passado foram testemunho de acontecimentos que marcaram de forma acentuada as relações que se estabeleceram entre as Nações de todo o mundo.

A localização estratégica da Turquia favoreceu-a ao longo da história, como um país berço das grandes civilizações e de confluência do desenvolvimento da actividade comercial.

O fenómeno da globalização tem funcionado como o catalisador para uma nova percepção do mundo, diferente da que prevaleceu nos últimos cinquenta anos. As questões ligadas às novas ameaças, à segurança, às questões sociais, culturais e religiosas, às questões económicas e ambientais e outras, virão a exigir no futuro maior cooperação entre os países.

A Turquia tem vindo a desenvolver toda a sua política com o objectivo de estabelecer essa cooperação, como forma de não só promover o seu desenvolvimento, como também de afirmar a sua importância regional.

### **2. Factor Físico**

#### **Extensão**

A Turquia (ver mapa IV) é um país do Médio Oriente com uma área total de 779,500 Km<sup>2</sup> dos quais cerca de 755,600 Km<sup>2</sup> estão situados na Ásia e cerca de 23,900 Km<sup>2</sup> estão situados na Europa. De oeste para leste tem um comprimento de 1,600 km mas de norte para sul não ultrapassa os 800 km.

#### **Configuração**

A Noroeste, a Turquia tem fronteiras terrestres com a Bulgária (240 km) e a Grécia (206 km); a Sul, com a Síria (822 km) e o Iraque (331 km); e a Leste, com o Irão (499 km), a Arménia (268 km), Azerbaijão (9 km) e a Geórgia (252 km). Assim, a Turquia tem um total de 2,627 km de fronteira. A Oeste, a fronteira marítima com a Grécia passa muito perto do litoral turco – a ilha grega de Kastellorizon fica apenas a cerca de 3 km da costa turca – e só algumas ilhas ao longo da costa, tais como Imroz (Imbros) e Bozca, pertencem actualmente à Turquia. A República Independente da Ilha do Chipre, outrora parte integrante do Império Otomano, fica a menos de 70 km do Sul da Turquia.



## Mapa IV

### Turquia



Fonte: Boniface, 2000, 138.

### Posição

A Turquia representa a união entre a Europa e a Ásia, estando dividida em duas partes, a europeia com cerca de 3% do total, designada por Trácia, e a asiática com 97%, designada geralmente por Anatólia, estando estas partes divididas pelos estreitos de Bósforo (1,500 m de largura e 25 km de extensão) e de Dardanelos (entre 4,000 e 7,000 m de largura e com 40 km de extensão). Os dois estreitos por sua vez estão separados pelo mar da Mármara com 11,000 Km<sup>2</sup>. A Norte é banhada pelo Mar Negro, a Oeste pelo Mar Egeu e a Sul pelo Mar Mediterrâneo.



---

## Ambiente Natural

### Relevo

Anatólia (parte turca da Ásia Menor) possui no seu centro um imenso planalto com uma altitude média de 1,000 m, do qual sobressai uma vasta zona pantanosa e cadeias de vulcões já extintos. A Norte e a Sul, o planalto é limitado pelas cordilheiras dos montes Pônticos e Tauro, respectivamente.

Em ambas as cadeias montanhosas a sua altitude aumenta de Oeste para Este, alcançando a Norte os 3,000 m e a Sul os 4,000 m. Estas duas cadeias montanhosas encontram-se praticamente ligadas a Este pela região de Ararat (5,165 m), que serve de compartimentação com o seu vizinho Irão, numa região conhecida como o “Nó Arménio” tal a profusão confusa de altas montanhas.

Na parte Oeste da Turquia há a referir pela sua importância geoestratégia a região dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos que separam a Trácia (parte europeia da Turquia) da Anatólia, e permite o controlo da circulação marítima entre o Mar Negro e o Mar Egeu.

### Hidrografia

Os lagos na Turquia ocupam cerca de 9.500 Km<sup>2</sup> e 80% dos lagos estão situados acima dos 500 m.

Os principais rios da Turquia são o Tigre e o Eufrates. O Rio Tigre nasce no Lago Hazer na parte Este da Turquia a cerca de 40 km da fronteira com a Síria, constituindo-se depois durante cerca de 7 km como delimitação fronteiriça entre os dois países antes de entrar em território Iraquiano, que o percorre em toda a sua extensão na direcção Norte-Sudeste até desaguar na região do Shatt-al-Arab. O Rio Eufrates tem o seu início na Turquia formando-se à custa dos rios Karasu e Murat na região Sudeste. Após passar pela Síria numa extensão de 657 km, entra definitivamente no Iraque onde desagua na Região do Shatt-al-Arab após 1,200 km em solo iraquiano a cerca de 2,800 km da sua origem.

Historicamente, o Eufrates é um dos rios mais importantes do mundo, pois o vale do Tigre-Eufrates foi o local de nascimento das civilizações antigas de Assíria e Babilónia.

Para além destes rios, a Turquia possui uma rede hidrográfica acentuada, no entanto, a maioria seca durante os meses de verão.





## **Solo**

As variações climáticas e as características do relevo da Turquia têm efeito sobre o tipo de solos deste país. O tipo de solos do interior são diferentes dos da periferia, no entanto, definir um padrão detalhado é complexo; tipos de solo zonais são separados através de variações do relevo e da pedogénese e assim uma variedade de solos ozonais estão presentes.

Os podzois ou solo com húmus bruto e os solos castanhos das regiões florestais da parte temperada da Turquia representam o grupo mais extenso de tipos de solo e cobrem cerca de um terço do país. Os tipos de solo da zona mediterrânea, juntamente com a vegetação, variam com a altitude. Um solo avermelhado como o barro, predomina até 500 m acima do nível do mar. Nas elevações situadas a nível intermédio o solo é de cor castanha, considerado o solo típico das florestas, enquanto a altitude mais elevada o desenvolvimento é pobre, as terras são pedregosas e são chamadas de rendzinas.

## **Vegetação**

No que respeita à flora existem cinco regiões principais: a do Mediterrâneo e Mar Negro, a estepe, os terrenos húmidos e as regiões alpinas.

### **Regiões mediterrânica e do Mar Egeu**

Os arbustos são de folhas duras com capacidade para armazenar água para os meses secos de Verão. As espécies mais comuns desta região são o sândalo, o mirto, o azevinho, a esteva, a urze e o loureiro. Muitas plantas de ervanária crescem sob estas árvores, como o tomilho e a sálvia e muitas belíssimas flores como flocos de neve, gladiólos, orquídeas de Anatólia, anémonas, violetas e cravos selvagens. As árvores típicas da região são o pinheiro vermelho e o pinheiro negro.

### **A flora da região do Mar Negro**

A flora do Mar Negro é típica de um clima ameno e chuvoso. A maior parte da região é abundante em bosques. Avelãs e carpas são as espécies que mais abundam juntamente com o carvalho, o freixo, o castanheiro, a tília, o amieiro, a ameixoeira, a cerejeira selvagem e o loureiro. Este bosque misto estende-se desde o nível do mar até aos 600 – 700 m. Os faiais crescem a partir dessa altitude até aos 1,100 – 1,300 m onde as faias se misturam com os abetos. Os bosques de pinheiro-alvar encontram-se a 2,300 – 2,400 m.

### **Flora da estepe**

Estende-se desde Trácia até ao leste da Turquia. As plantas da estepe oferecem uma protecção natural ao solo sem árvores e prevêm a erosão. Na Primavera, milhares de





margaridas, açafão, violetas, papoilas e ranúnculos vermelhos formam brilhantes desenhos que inspiraram os tecelões de tapeçarias durante séculos.

### **Flora alpina**

Cresce acima da zona de bosque e atinge os cumes nos 3,500 m. Nesta zona, coberta de neve de Outubro até Maio, as plantas têm quatro meses para florescer e espalhar as suas sementes. Entre a flora alpina existem espécies tais como: as dalias, as campainhas de Inverno, os amores-perfeitos, os ranúnculos de turbante, os lilases e os lírios. Acima desse nível nem sequer a erva pode crescer e encontram-se somente líquenes de diversas cores.

### **Flora dos terrenos mais húmidos**

Os terrenos húmidos são formados por lagos, pântanos, charcos e lagoas. Aglomerados de plantas de uma só espécie compensam a escassa variedade, assim as grandes extensões de terrenos são habitualmente cobertos por canas, juncos, ranúnculos, hortelã, pimenta de água, lírios e nenúfares.

### **Clima**

O clima varia entre o mediterrânico no litoral, e o clima continental, com Verões quentes e Invernos muito frios nas planícies centrais, com neve nas montanhas de maior altitude. Em Istambul, por exemplo, a temperatura média anual é de 14°C; nos meses mais frios, a temperatura média é de 6°C; e nos meses mais quentes, é de 24°C. A precipitação ocorre sobretudo no Inverno. No sul do país, que é mais árido, têm sido postos em prática vários projectos de irrigação que têm permitido a cultura do algodão, considerado um ponto forte da economia turca. Os peritos aconselham, porém, a cultura de cereais, menos consumidores de água, dada a relevância da área irrigada (15% da área cultivada) e a escassez deste recurso vital.

### **Mar e vias navegáveis**

A Turquia possui um total de cerca de 8,400 km de costa, sendo este aspecto bastante importante na estrutura da Marinha turca, visto que esta tem de controlar uma vasta extensão de costa. A costa turca caracteriza-se por ser bastante acidentada não permitindo assim o desembarque de forças. As poucas zonas de desembarque são dominadas por cadeias montanhosas.



### **Meio aeroespacial**

A Turquia recebe voos internacionais para as cidades de Istambul, Izmir, Antalya Ancara e Bodrum. Relativamente aos voos internos, estes executam-se entre as mesmas cidades anteriores e acrescentam-se ainda: Dalaman, Adana e Kayseri.

Na Turquia existem cerca de 120 aeroportos, dos quais 86 são alcatroados e os restantes não alcatroados. Destaca-se ainda para a existência de 8 heliportos (CIA, 2003).

### **Acidentes culturais**

A Turquia é atravessada por grandes extensões de oleodutos, dos quais destacamos: oleodutos de crude com 1,738 km; produtos petrolíferos com 2,321; e gás natural com 708 km. Estes oleodutos são importantes para garantir uma certa independência económica, como também se revelam importantes para a afirmação da Turquia nas relações externas.

## **3. Factor Humano**

### **Demografia**

#### **Efectivos populacionais**

69% da população da Turquia, estimada em 67,308,928 habitantes (CIA, 2003), vive em cidades.

#### **Distribuição geográfica e densidade**

O ocidente é habitado por povos mediterrânicos e o oriente por arménios da região do Cáspio. A densidade populacional é cerca de 86 habitantes por km<sup>2</sup>. Actualmente, cerca de 75% da população vive na cidade, comparada com 25% em 1945. Em Istambul vivem, aproximadamente, 10 milhões de habitantes, em Ankara uns 3,7 milhões, em Izmir 3,1 milhões e em Antalya 1 milhão e meio.

#### **Ritmo de crescimento**

A Turquia apresenta uma taxa de crescimento anual de 2,23%, prevendo-se que em 2025, a população seja de 91 milhões de pessoas. (Diciopédia, 2003)



### **Composição e estrutura populacional**

Grande parte da população turca (65,9%) tem idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade, no entanto, cerca de 27,8% da população tem idade inferior aos 15 anos de idade, os restantes 6,3% têm idade superior aos 65 anos de idade.

### **Etnografia e língua**

Os actuais turcos descendem das tribos provenientes da Ásia Central que se instalaram na Anatólia a partir do século XI constituindo, actualmente, 80% da população. Existem ainda minorias de origem curda estimando-se que existam cerca de 20%.

Cerca de 99,8% dos turcos são muçulmanos sunitas, sendo os restantes 0,2% cristãos e judeus.

A língua turca tem imensos dialectos e em 1928, trocou a escrita árabe pelo alfabeto romano. A língua oficial é o turco, existindo entre 10 a 15% da população que fala outra língua, onde destacamos o curdo, o árabe, o arménio e o grego.

## **4. Factor Circulação**

### **Comunicações de transporte**

#### **Sistema rodoviário**

Na Turquia existem cerca de 382,059 km de estradas e destas destacamos 1,726 km de auto-estradas e 106,976 km de estradas pavimentadas, as restantes estradas, ou seja, cerca de 275,083 são estradas não pavimentadas. Daqui ressalta desde já uma insuficiência na qualidade das estradas, pela falta de asfalto no pavimento das mesmas.

#### **Sistema ferroviário**

A rede ferroviária turca tem cerca de 8,607 km, sendo 2,131 km electrificados, o que se torna insuficiente face à extensão do território turco. Verifica-se a existência de problemas em algumas redes ferroviárias, pela diferença na largura “standard” (1,435m) dos carris, o que poderá tornar difícil a ligação no seu interior uma vez que obriga à utilização de diferentes rodados.



### **Sistema marítimo**

O sistema marítimo assume igual relevância relativamente ao terrestre. Por um lado, salienta-se a extensão da costa turca, de quase 8,400 km, por outro, o facto de o país ser rodeado de mar por três lados. Assinala-se a importância geoestratégica da Turquia no controlo da passagem do estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos, locais de passagem “quase” obrigatória do petróleo russo. Este facto permite que o factor circulação se traduza como factor de poder por parte da Turquia.

Os portos, são em quantidade suficiente para as necessidades turcas, destes destacamos o de: Gemlik, Hopa, Iskenderun, Istambul, Izmir, Izmit, Icel, Samsun e Trabzon. Também há, ao longo de toda a costa, portos de menores dimensões.

### **Sistema aéreo**

Das diversas infra-estruturas aeroportuárias (referidas no factor físico), destaca-se o facto de possuir 18 aeroportos abertos a linhas internacionais, nos quais operam as seguintes companhias aéreas: Companhia Aérea Turca (Turk Hava Yollari-THY), Companhia Aérea de Istambul e Companhia Aérea Green Air.

Poderemos afirmar que o número de aeroportos, bem como a profusão de companhias aéreas turcas, ilustram as capacidades do país no que concerne às ligações com o exterior.

### **Transporte por conduta**

O sistema de transporte por conduta assume elevada importância, é o caso dos oleodutos, para transporte de petróleo e seus derivados, e dos gasodutos, para transporte de gás. O principal oleoduto é proveniente do Iraque, com início em Kirkuk e término em Dörtal, na costa mediterrânea. Este é um meio de transporte de alta rentabilidade, baixo custo de manutenção e fácil construção. Apresenta no entanto, a grande vulnerabilidade de se encontrar à mercê dos ataques terroristas ou quaisquer outros actos, que facilmente interrompem o fluxo de fornecimento dos navios transportadores. Constitui no entanto uma boa alternativa ao transporte terrestre por meio rodoviário.

Consideramos relevante a existência de projectos relativos à montagem de outros oleodutos, nomeadamente, Bacu – Ceihan, que caso se concretizem, permitem que a Turquia se afirme na região.



## **Comunicações de relação**

A Turquia dispõe actualmente, não só, de uma abundante diversidade de meios de comunicação, como também, da necessária capacidade tecnológica, para a emissão de imagem e voz. É inequívoco o “esforço” feito nesta área.

Em termos de telecomunicações, nacionais e internacionais, é visível na sociedade turca rápida modernização e expansão. Nas comunicações internas houve recurso à tecnologia digital, fibra óptica e micro – ondas, com repercussões evidentes na eficácia e eficiência do serviço de telecomunicações. Nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos e não abrangidas pelas novas tecnologias, as ligações são garantidas por satélites, o que lhes permite a mesma eficiência das telecomunicações.

As comunicações internacionais são garantidas através de cabos submarinos de fibra – óptica, quer no Mediterrâneo, quer no Mar Negro, ligando a Turquia à Itália, Grécia, Israel, Bulgária e Rússia. Também é garantido este tipo de comunicações com recurso a satélites ligados a outros da rede europeia, como por exemplo, o “TURKSAT”. Existem, ainda, ligações por micro – ondas com a Síria, Iraque e Irão.

No âmbito da televisão e radiodifusão a evolução sofrida é notória, constatando-se um aumento considerável nos dois meios de comunicação. Não podíamos deixar de salientar o facto de muitas das emissões serem multilingues.

A imprensa escrita, quer nacional, quer local é em elevado número. A Turquia possui mais de 30 jornais diários, com uma tiragem média de 72 exemplares por 1,000 habitantes, dos quais se salientam o “Hürriyet” (Liberdade), editado na cidade de Istambul, com circulação superior a 850,000 e o “Günaydin” (bom dia), da mesma cidade. Existem seis agências noticiosas, destacando-se pela sua importância, a agência da Anatólia, estabelecida por Mustafá Kemal Atatürk.

A liberdade de imprensa prevista na constituição turca não se verifica na prática, constatando-se casos de perseguição a jornalistas, alguns dos quais foram julgados e presos pelo facto de terem escrito artigos sobre as condições de vida dos Curdos.

## **5. Factor Económico**

### **Recursos**



### **Recursos alimentares**

A agricultura, devido às condições climáticas, concentra-se nas planícies costeiras, onde a presença de clima húmido permite a cultura do tabaco e do algodão, junto à costa meridional, e de culturas mediterrânicas, como a oliveira e os citrinos, junto à costa ocidental. No interior da Turquia, destacam-se as áreas irrigadas para produção de cereais, como o trigo e a cevada;

A região equivalente à antiga Mesopotâmia, onde a presença dos rios Tigre e Eufrates e de solos férteis, permitem o desenvolvimento de significativas produções agrícolas, principalmente de cereais.

### **Recursos hídricos**

Os dois rios mais importantes da Turquia são o Tigre e o Eufrates. Estes dois rios atravessam as fronteiras do Iraque e da Síria, e cerca de 50% da população da região depende do fluxo de água proveniente dos rios. A Turquia tem um plano para gestão da água, sobre os cursos dos dois rios, iniciado sem qualquer política de cooperação com os outros estados interessados, nomeadamente a Síria e o Iraque. Este plano, conhecido por “Southeastern Anatolia Project” ou GAP (Great Anatolian Project, em turco), consiste na construção de 22 barragens e 19 centrais hidroeléctricas sobre os Rios Tigre e Eufrates, e os seus afluentes, que assegurarão o controlo do caudal destes rios que regulam o regime hídrico da região do Golfo.

O objectivo deste ambicioso projecto de desenvolvimento, o maior alguma vez levado a efeito pela Turquia, e um dos maiores, do género, no mundo, é aumentar a produção hidroeléctrica, gerando 27 biliões kWh de electricidade por ano, 22% da capacidade hidroeléctrica da Turquia, e irrigar 1,7 milhões de hectares de terra adjacentes, equivalentes a 19% da área irrigável do país, valorizando-o como instrumento de pressão político-estratégica sobre os seus vizinhos do Sul (Achcar, 2003).

### **Recursos minerais**

A Turquia é um país exportador de cobre e crómio, do qual é considerada como o maior produtor mundial e conta com uma produção de carvão, lignite e minério de ferro, suficiente para as suas próprias necessidades.

### **Recursos energéticos**



## **Petróleo**

A Turquia possui algumas reservas de petróleo que, no entanto, são insuficientes para as necessidades do país. Daí a necessidade de importar petróleo do Iraque, pois produz apenas 40 mil barris por dia para um gasto de 624 mil barris por dia.

## **Gás natural**

A Turquia possui este recurso, produzindo cerca de 2,8% do seu consumo total, sendo as restantes necessidades garantidas pelas importações de gás natural e de gás natural líquido (GNL).

A utilização do gás tem vindo a aumentar anualmente, cifrando-se em cerca de 400 Bm<sup>3</sup> (bilhões de metros cúbicos) no ano de 1999. O Governo espera que o consumo continue a crescer rapidamente e que quadruplique dentro dos próximos 20 anos. Para adquirir uma auto-suficiência na produção, a Turquia necessitará de investimentos na ordem dos bilhões de dólares, durante o mesmo período de tempo.

## **Estruturas económicas**

O país possui um sector industrial importante, os recursos minerais incluem grandes depósitos de crómio. As indústrias localizam-se nas proximidades das cidades de Ancara e Istambul, das quais destacamos, indústrias de ferro, aço, bauxite, têxteis, algodão, petroquímicas, produtos alimentares, tapeçaria e cerâmica.

A Turquia apresentou um produto interno bruto de 6,499 dólares per capita, representando um crescimento anual de 2,9% (Ipris, 2003).

A Turquia encontra-se numa crise económica profunda. Em 2001, por exemplo, o crescimento real do PIB foi de -7,4% e a taxa de inflação chegou aos 68,5%. Estes desoladores indicadores económicos foram acompanhados por altos níveis de desemprego. Segundo os dados oficiais, aproximadamente 500,000 pessoas perderam o emprego durante as crises económicas. Com a falência de muitas pequenas e médias empresas os números reais são muito maiores. O Governo da coligação fez algumas reformas económicas estruturais importantes, há muito necessárias, mas os benefícios dessas mudanças só serão sentidos a longo prazo.

## **6. Factor Institucional**

### **Estrutura Político-Administrativa**





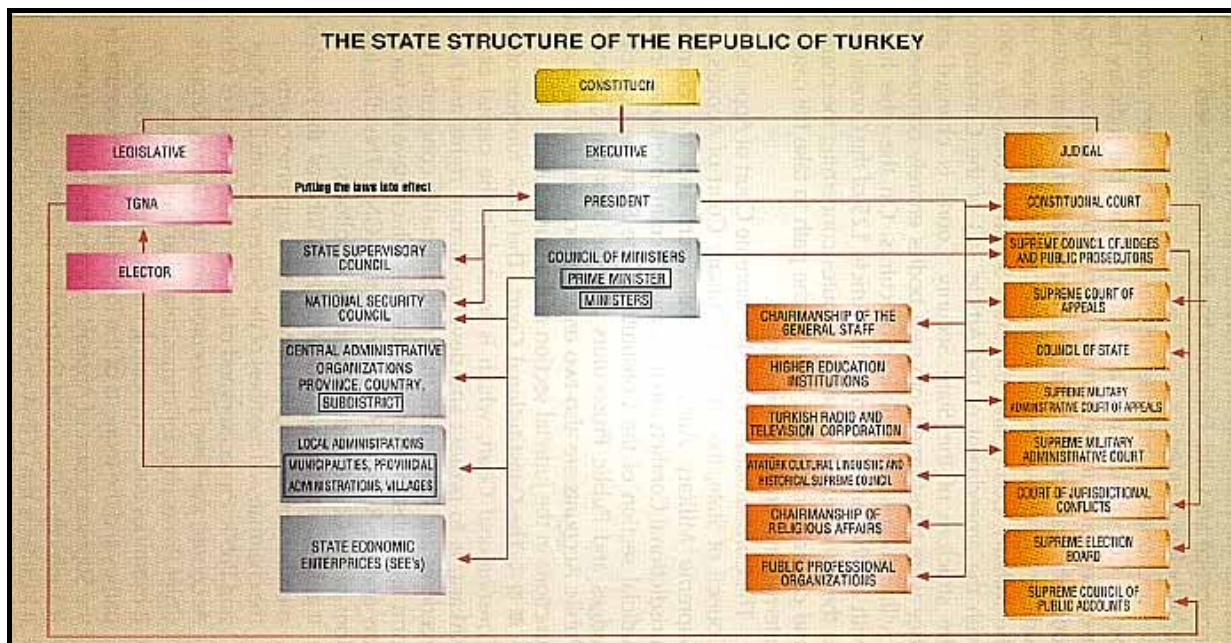
### **Poder executivo e legislativo**

No período de 1980-1983, o poder executivo estava investido no Conselho Nacional de Segurança, presidido pelo General Kenan Evren. Com a ratificação da constituição de 1982, Evren tornou-se o Presidente da República; o Conselho Nacional de Segurança, era constituído por militares e funcionou como Conselho Presidencial até à sua dissolução em 1989.

A constituição de 1982, previa que o poder legislativo fosse exercido pela Assembleia Nacional turca, constituída por uma câmara eleita directamente por um período máximo de cinco anos. O número de deputados era originalmente de 400, mas foi aumentado duas vezes após aprovação das emendas constitucionais. Na legislatura de Julho de 1995, foi acordado que o número de membros era de 550. A “cabeça” de governo é o primeiro-ministro, que representa o partido da maioria ou da coligação do parlamento. O presidente é o chefe de estado e é escolhido pelo parlamento por um período de sete anos. Todos os cidadãos com 18 anos de idade podem exercer o direito de voto.

### **Poder judicial**

Antes da fundação da República turca, o direito civil turco era baseado no Alcorão. A transição para um estado secular fez com que se tivesse aceite partes dos códigos civis da suíça, da Alemanha, e da Itália. Na Turquia existe um sistema legal unificado de tribunais civis e militares, cada um com um Tribunal de Apelação, localizado em Ancara, e o Conselho de Estado é o tribunal administrativo mais alto. Sob a constituição 1982, o tribunal constitucional revê a constitucionalidade das leis aprovadas pelo parlamento, e um tribunal de cassação é o tribunal final de apelação (ver figura I).

**Figura I****Estrutura do Estado da República da Turquia**

Fonte: Duymaz, 2000, 159.

**Organizações transnacionais**

A Turquia é membro da ONU, da OTAN, da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho de Europa, da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), da Organização de Conferência islâmica, da Organização de Cooperação Económica, da Cooperação Económica do Mar Negro (BSEC), e é membro associado da UE.

**Estruturas sociais****Educação**

Em 1997 foi levada a cabo uma importante renovação no campo da educação, que se divide em dois sectores: a normal e a especial. A educação especial é fornecida aos cidadãos que não puderam receber a educação normal.

As crianças que têm entre 3 e 5 anos podem começar, nessa idade, a escolarização infantil, embora nesta escolaridade a educação é livre, mas paga.

A educação primária abrange as crianças de idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos. É obrigatória e gratuita nas escolas Públicas, embora nas escolas privadas a educação é paga. Após a educação primária as crianças podem entrar na educação secundária, que abrange



adolescentes entre os 15 e 19 anos de idade. A educação secundária é composta por dois níveis: o geral e o vocacional e técnico.

Anualmente, um milhão e meio de estudantes solicita a sua entrada na universidade dos quais 250,000 passam as provas de acesso. As principais instituições universitárias são a Universidade de Istambul (1453); Universidade Egeu (1955), em Izmir; e a Universidade de Ancara (1946) e Universidade Técnica do Médio Oriente (1956), em Ancara.

### **Saúde**

Os cuidados médicos na Turquia são financiados pelo governo para as pessoas que não podem pagar. Na Turquia há uma relação de 1 doutor para 833 pessoas, e uma taxa de mortalidade infantil de 47 mortes por 1,000 nascimentos. A esperança de vida em 2001 era para os homens de 68,9 anos e para as mulheres de 73,7 anos.

### **Estruturas culturais, religiosas e políticas**

#### **Estruturas culturais**

Um conjunto de tradições artísticas islâmicas sob o controlo do Império Otomano levou a uma gradual transição para uma orientação mais secular, mais Ocidental. Alguns pintores turcos esforçaram-se por encontrar os seus próprios estilos de arte, livre da influência Ocidental.

A escultura não está desenvolvida, e os monumentos públicos são representações normalmente heróicas de Atatürk e eventos da guerra da independência. A música folclórica é uma fonte de inspiração para os trabalhos sinfónicos mais longos.

A Turquia tem as óperas estatais em Istambul e Ancara, a Academia de Belas artes em Istambul e tem ainda três conservatórios de música, um grupo nacional de dança folclórica, e outras instituições culturais. As igrejas Cristãs converteram-se em mesquitas, por sua vez o Palácio do Sultão (Topkapi Sarayi) foi transformado num museu onde se encontram os tesouros imperiais e as relíquias do Profeta Muhammad. Na Turquia existem muitas bibliotecas das se destacam a Biblioteca Nacional, em Ancara, e o Biblioteca Estatal Beyazit, em Istambul.

#### **Estruturas religiosas**

A área que compreende a actual Turquia recebeu a influência de numerosas religiões, desde o culto à Natureza dos hattis e dos hititas, até ao moderno Islamismo.



O Cristianismo depressa se estendeu pela Anatólia, graças a São Paulo que se estabeleceu em sete igrejas no centro e no oeste: Efeso, Smirna, Pergamon, Thyatira, Sardes, Filadelfia e Laodicea.

O Islamismo entrou na Anatólia em 1071 quando os seljúcidas turcos venceram as tropas bizantinas cristãs. O historiador arménio Mateos diz que alguns sultões seljúcidas tratavam os cristãos tão bem que estes depressa se convertiam ao Islamismo. Na Turquia, mesquitas, igrejas e sinagogas estiveram sempre muito próximas umas das outras. Em 1492 milhares de judeus fugiram de Espanha para a Turquia e durante a Segunda Guerra Mundial a Turquia abrigou judeus fugidos da Alemanha ou de países ocupados pelos nazis.

Na Turquia existe liberdade de credo. No entanto, 99% são muçulmanos, de modo que a cultura islâmica está presente por todos os lados. A diferença que existe com outros países islâmicos é que a Turquia é uma nação laica. A religião foi separada do Estado e as escolas, universidades e órgãos do governo não funcionam com cerimónias religiosas.

A confissão da fé islâmica é "Não existe outro Deus senão Alá e Mahome é o seu profeta". Os muçulmanos rezam cinco vezes ao dia e, pelo menos uma vez na vida, tentam viajar a Meca. Os Muezzines desde os minaretes cantam a oração convidando os transeuntes a rezarem, hoje em dia, cantam com altifalantes. O Islamismo reconhece as religiões judaica e cristã. Alá também é o seu Deus. A casa da Virgem Maria, situada próximo de Efeso, na Anatólia ocidental, também é visitada e venerada por muçulmanos turcos.

### **Estruturas políticas**

Após o golpe de estado de 1980, todos os partidos políticos foram dissolvidos, e os líderes do Partido Republicano e do Partido da Justiça, foram retirados da vida política durante pelo menos 10 anos. No período de 1983 a 1987 concorreu o Partido de Democracia Nacionalista, o Partido Popular e o Partido da Mãe Pátria que tiveram maiorias parlamentares durante esses anos. O Partido da Justa Via (DYP) ganhou o número maior de lugares nas eleições de 1991, tendo formado coligação com o Partido Democrático do Povo. O Partido do Bem-estar (RP) é o principal grupo islâmico da Turquia, enquanto que o Partido da Acção Nacionalista (MHP) atrai o apoio da maioria direita. Nas eleições de Dezembro de 1995, o partido pró-islâmico RP ganhou o maior número de lugares (158), seguido do DYP o segundo maior partido (135).

Em Novembro de 1999, o Governo era assegurado por uma coligação de três partidos: o Partido da Esquerda Democrática, do primeiro-ministro Ecevit, o Partido da Acção Nacionalista, de direita, liderado por Bahceli, e o Partido da Pátria, de centro-direita, sob a



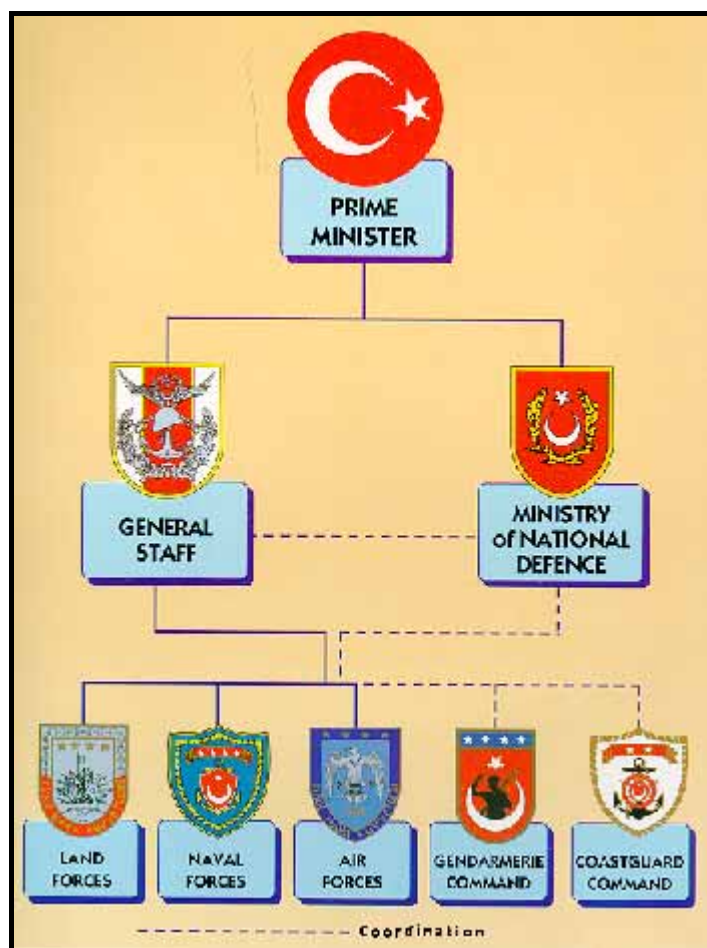
liderança de Mesut Yilmaz. Nas eleições estes partidos receberam, respectivamente, aproximadamente 22%, 18%, e 13% dos votos e 24%, 23%, e 16% dos mandatos parlamentares.

Em Novembro de 2002, nenhum dos partidos da coligação governamental ou dos principais partidos da oposição tinham conseguido alcançar o limiar dos 10% de votos à escala nacional. Consequentemente não podiam ser reeleitos para o parlamento e os seus líderes começaram a demitir-se, um após o outro. Em vez destes partidos, pela primeira vez desde os anos 50, o novo parlamento tinha apenas duas formações: o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) de Tayyip Erdogan, e o Partido Popular Republicano (CHP) de Deniz Baykal. O CHP, de centro-esquerda, que não tinha conseguido alcançar o limiar dos 10% nas anteriores eleições, teve 19% dos votos e 32% dos mandatos parlamentares, emergindo como único partido da oposição na Assembleia Nacional. O AKP teve uma larga vitória, conseguindo 35% dos votos e 66% dos lugares parlamentares. Pela primeira vez desde a vitória do então recém-formado Partido da Mãe Pátria de Ozal, em 1983, forma-se um Governo com um só partido. Finalmente, o que tornou a mudança ainda mais dramática foi o facto de, num país secular como a Turquia, o Governo ser formado por um partido islamita moderado.

## 7. Factor Militar

### Estrutura das Forças Armadas

O Presidente da República é o Comandante em Chefe das Forças Armadas. O Primeiro-ministro e o Governo são responsáveis pela segurança nacional e proporcionarem as condições para a prontidão das forças, de modo a garantirem a defesa do país. Em tempo de guerra o Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, por delegação do Presidente da República assume o Comando das Forças, incluindo a “*Gendarmerie*” e a Guarda Costeira. Deste modo, ao Ministro da Defesa cabe satisfazer as necessidades das Forças Armadas, dentro da política de defesa aprovada, de acordo com os princípios, programas e prioridades determinados pelo Estado-maior General das Forças Armadas. Ao Ministro do Interior cabe-lhe estabelecer a defesa civil, podendo, se necessário, coordenar com as Forças Armadas, a utilização de Unidades Militares para a persecução desse objectivo. Em tempo de paz, mantém sob seu comando as Forças da “*Gendarmerie*” e as Forças da Guarda Costeira (ver figura II).

**Figura II****Organização das Forças Armadas Turcas**

Fonte: MFA, 2003.

As Forças Armadas turcas compreendem forças terrestres, navais e aéreas e a sua missão primária é proteger a nação e a república turca contra ameaças internas e externas, assim como satisfazer os compromissos assumidos com a OTAN, através de tratados internacionais. Para tal, preocupam-se com a identificação oportuna e correcta das ameaças contra a união do país e da nação ou contra os princípios básicos da Constituição; a formação de forças adequadas para se oporem a essas ameaças, assim como a manutenção do estado de prontidão. Compreende um efectivo total de 515,1 mil homens, distribuídos da seguinte forma: Exército, 402,000; Marinha, 52,750; e Força Aérea, 60,100 (ver figura III).



**Figura III**

Comparação internacional dos gastos na defesa e poder militar

	Defence Expenditure						% of GDP			Numbers in Armed Forces		Estimated Reservists	Para-military
	US\$m			US\$ per capita						(000)		(000)	(000)
	1985	2000	2001	1985	2000	2001	1985	2000	2001	1985	2001	2001	2001
Canada	11,832	8,320	7,745	466	273	250	2.2	1.2	1.1	83.0	56.8	35.4	9.3
US	390,290	304,136	322,365	1,631	1,078	1,128	6.5	3.1	3.2	2,151.6	1,367.7	1,200.6	53.0
<b>NATO Europe</b>													
Belgium	6,223	3,212	3,017	631	313	293	3.0	1.4	1.3	91.6	39.4	100.5	n.a.
Czech Republic	n.a.	1,148	1,167	n.a.	111	113	n.a.	2.3	2.2	n.a.	53.6	n.a.	5.6
Denmark	3,161	2,395	2,409	618	453	454	2.2	1.5	1.5	29.6	21.4	64.9	n.a.
France	49,378	34,053	32,909	895	575	553	4.0	2.6	2.6	464.3	273.7	419.0	100.7
Germany	53,303	27,924	26,902	702	341	328	3.2	1.5	1.5	478.0	308.4	363.5	n.a.
Greece	3,521	5,528	5,517	354	523	520	7.0	4.9	4.8	201.5	159.2	291.0	4.0
Hungary	3,588	805	909	337	81	92	7.2	1.7	1.8	106.0	33.8	90.3	14.0
Iceland	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0.1
Italy	25,974	22,488	20,966	455	391	365	2.3	2.1	2.0	385.1	230.4	65.2	252.2
Luxembourg	96	129	145	263	299	332	0.9	0.7	0.8	0.7	0.9	n.a.	0.6
Netherlands	8,991	6,027	6,257	621	381	394	3.1	1.6	1.7	105.5	50.4	32.2	5.2
Norway	3,129	2,923	2,967	753	653	659	3.1	1.8	1.8	37.0	26.7	222.0	n.a.
Poland	8,706	3,092	3,408	234	80	88	8.1	2.0	2.0	319.0	206.0	406.0	22.0
Portugal	1,853	2,221	2,226	181	223	223	3.1	2.1	2.0	73.0	43.6	210.9	46.4
Spain	11,390	7,063	6,938	295	178	174	2.4	1.2	1.2	320.0	143.5	328.5	71.2
Turkey	1,470	9,994	7,219	69	150	107	4.5	5.0	5.0	630.0	515.1	378.7	150.0
United Kingdom	48,196	35,655	34,714	852	601	583	5.2	2.5	2.5	334.0	211.4	247.1	n.a.
Subtotal NATO Europe	230,516	172,975	165,416	511	331	325	3.3	2.1	2.1	3,658.3	2,317.5	3,219.8	672.0
Total NATO	620,806	477,111	487,781	624	372	370	4.5	2.2	2.2	5,809.9	3,742.0	4,455.8	734.3

Fonte: The Military Balance, 2002, 332.

O Serviço Militar na Turquia tem a duração de 18 meses e as obrigações militares terminam aos 41 anos. A Reserva é composta por 378,700 assim distribuídos: Exército, 258,700; Marinha, 55,000; e Força Aérea, 65 000.

A Turquia tem forças no Chipre (Republica Turca do Norte do Chipre) num total de 36,000 militares. Participa em várias missões sob a égide da ONU, nomeadamente: Afeganistão (ISAF), 1,400; Bósnia (SFOR II), 1,200 militares; Timor (UNMISSET), 2 observadores; Geórgia (UNOMIG), 5 observadores; Iraque/Kuwait (UNIKOM), 7 observadores; Itália, 4F-16C; Jugoslávia (KFOR), 940 militares.

Como país pertencente à OTAN possui um Quartel-general no seu território (JCSSOUTHEAST), assim como o Allied Tactical Air Force.

No âmbito da operação NORTTHERN WATCH, o Reino Unido possui 160 militares da Força Aérea neste país, e os Estados Unidos 3,860 militares, assim distribuído: Força Aérea, 3,800; Marinha, 20; e Conselheiros Militares, 40.

Tem várias disputas territoriais com países seus vizinhos: Grécia devido ao problema do Chipre e Mar Egeu, com a Síria e Iraque devido às águas dos rios Tigre e Eufrates e com a Arménia depois dos incidentes de Nagorno-Karabakh.





## 8. Conclusões

Da análise efectuada aos factores geopolíticos infere-se, de igual modo, alguns aspectos que contribuem para a caracterização do significado geopolítico da Turquia, agora com contornos mais actuais.

Como ponto forte destacamos a localização geográfica da Turquia que segundo Brzezinski é um pivot geopolítico, contribuindo para a estabilização da região do Mar Negro e o controlo do Mar Mediterrâneo, e ainda, para a estabilização do fundamentalismo islâmico, pois a Turquia constitui-se como um país islâmico moderado, funcionando como um “antídoto” para os países islâmicos fundamentalistas.

Como pontos fracos destacamos: o papel dos militares na vida política, o partido actual do Governo e o factor económico. Os militares têm mostrado uma forte influência na vida política activa pois sempre controlaram a ascensão ao poder dos partidos islâmicos e também, detiveram uma forte influência no Conselho Nacional de Segurança. Relativamente ao partido do Governo, que é considerado como um partido islâmico moderado, tem evidenciado através do seu actual líder uma grande determinação em fazer grandes reformas no sentido de democratizar a Turquia. As interpretações a retirar desta mudança política, podem querer dar um sinal de mudança. Desde logo, os militares estão a tornar-se mais tolerantes, pois permitiram a ascensão ao poder de um partido islâmico e diminuíram a influência exercida no Conselho Nacional de Segurança. No entanto, esta mudança pode significar também a transformação de uma Turquia laica e mais ocidental numa Turquia islâmica e mais virada para a Ásia. O outro ponto fraco com grande destaque é o factor económico. A Turquia atravessa um mau momento, embora esteja a fazer um grande esforço no sentido da recuperação económica do país.

Por fim resta-nos saber se Turquia irá seguir esta política de democratização, caminhando no sentido de uma integração europeia e solucionando todos os problemas internos que a afectam, ou se pelo contrário irá aumentar a sua influência na Ásia Central com principal destaque para o Médio Oriente.



---

**ANEXO C – Critérios de Copenhaga****Critérios de adesão (critérios de Copenhaga)**

(Fonte: <http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cig/g4000c.htm>)

Em Junho de 1993, o Conselho Europeu de Copenhaga reconheceu o direito de adesão dos países da Europa Central e Oriental à União Europeia desde que cumpram três critérios:

- No plano político: instituições estáveis capazes de garantir a democracia, o primado do direito, os Direitos do Homem e o respeito das minorias.
- No plano económico: economia de mercado viável.
- Adopção do acervo comunitário: subscrever os diferentes objectivos políticos, económicos e no domínio monetário da União Europeia.

Estes critérios de adesão foram confirmados pelo Conselho Europeu de Madrid, realizado em Dezembro de 1995, que sublinhou igualmente a importância da adaptação das estruturas administrativas dos países candidatos a fim de criar as condições necessárias para realizar uma integração gradual e harmoniosa.

No entanto, a União Europeia reserva-se o direito de decidir em que data poderá aceitar a adesão de novos países membros.

Para melhor entender os critérios de Copenhaga torna-se importante falar em:

- Adopção do acervo comunitário;
- Alargamento;
- Parceria para adesão;
- Países candidatos à adesão;
- Ajudas de pré-adesão.

**Adopção do acervo comunitário**

O Conselho Europeu de Essen (Dezembro de 1994) convidou a Comissão a apresentar um Livro Branco sobre a preparação dos países associados da Europa Central e Oriental para a sua integração no mercado interno. O Livro Branco, apresentado ao Conselho Europeu de Cannes em Junho de 1995, continha um programa indicativo para permitir realizar a aproximação das legislações dos países da Europa Central e Oriental da legislação relativa ao mercado interno. Previa que estes países estabeleceriam prioridades a fim de integrar as regras



comunitárias, e que, seriam assistidos nesses trabalhos por um serviço de assistência técnica (TAIEX), nomeadamente para a obtenção de informações sobre a legislação comunitária.

A adopção e a aplicação de toda a legislação comunitária constituem os principais desafios que os países candidatos terão de enfrentar. Exigem o reforço das administrações e dos sistemas judiciais, bem como uma adaptação drástica das infra-estruturas dos países candidatos, a fim de dar cumprimento às normas comunitárias, nomeadamente em matéria de ambiente, transportes, energia e telecomunicações. Para facilitar estes ajustamentos consideráveis, são concedidas ajudas de pré-adesão aos países candidatos.

As negociações relativas à adesão dos países candidatos iniciaram-se em Março de 1998. Numa primeira fase, tratava-se de avaliar a compatibilidade da legislação de cada país candidato com as regras comunitárias (processo de «screening»). Numa segunda fase, esta avaliação constituiria a base das negociações bilaterais entre a União e cada país candidato. Em alguns domínios, estes beneficiaram de períodos de transição entre a data de adesão e o momento em que estejam em condições de aplicar plenamente o acervo comunitário. No entanto, estes eventuais períodos de transição têm um âmbito de aplicação limitado no tempo e estão sujeitos a condições muito rigorosas.

### **Alargamento**

Inicialmente, este conceito designava as quatro vagas sucessivas de novas adesões à Comunidade Europeia, pelas quais nove países se vieram, até agora, juntar ao grupo dos seis países fundadores constituído pela Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Esses sucessivos alargamentos foram os seguintes:

- 1973: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.
- 1981: Grécia.
- 1986: Espanha e Portugal.
- 1995: Áustria, Finlândia e Suécia.

A actual vaga de adesões faz do alargamento uma oportunidade única de contribuir para a paz, para a estabilidade e para a prosperidade de todo o continente europeu. Trata-se de um alargamento sem precedentes em termos de dimensão e de diversidade, que diz respeito a dez países candidatos da Europa Central e Oriental (a Bulgária, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a República Checa, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia), além de dois países mediterrâneos (Malta e Chipre), assim como da Turquia.



Aquando do Conselho Europeu de Copenhaga (12 e 13 de Dezembro de 2002), a Comissão concluiu negociações com dez desses países: Chipre, Estónia, Hungria, Letónia, Malta, Polónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia, e fixou 1 de Maio de 2004 como data da adesão destes à União. No que se refere à Bulgária e à Roménia, o objectivo é concluir as negociações a tempo de poderem aderir em 2007. Para Dezembro de 2004, foi agendada uma reunião a fim de avaliar a possibilidade de iniciar negociações com a Turquia.

### **Parceria para a adesão**

Concluídas pelo Conselho para todos os países candidatos em 1998 (excepto Chipre, Malta e a Turquia), as parcerias para a adesão reúnem num documento as ajudas fornecidas pela Comunidade Europeia a cada país candidato, e as condições para a concessão dessa assistência financeira, assim como as prioridades por sector na transposição do acervo comunitário.

No seguimento da parceria para a adesão, cada país estabeleceu um programa pormenorizado para a adopção do acervo comunitário a fim de organizar a realização dessas prioridades, assumindo um compromisso calendarizado e indicando os recursos humanos e financeiros necessários para a sua realização. Esses programas e as parcerias para a adesão vão sendo objecto de adaptações pela Comissão e pelo país em causa.

As parcerias para a adesão serviram de apoio a outros instrumentos de pré-adesão entre os quais a avaliação conjunta das prioridades a médio prazo da política económica, o pacto contra o crime organizado, os planos nacionais de desenvolvimento, assim como outros programas sectoriais necessários para a participação nos Fundos Estruturais após adesão e para a execução do ISPA (Instrumento Estrutural de Pré-adesão) e do SAPARD (Special Accession Programme for Agriculture and Rural development). Contribuíram igualmente o ponto de partida para a elaboração dos planos de acção com vista ao reforço das capacidades administrativas e judiciais dos países candidatos.

### **Países candidatos à adesão**

A estabilidade económica e política da Europa constitui um pólo de atracção para numerosos países europeus que tem o direito de apresentar o seu pedido de adesão à União Europeia (artigo 49º). Os países que apresentaram um pedido nesse sentido são os seguintes:

- Turquia: em 14 de Abril de 1987.
- Chipre: em 3 de Julho de 1990.
- Malta: em de 16 Julho de 1990.



- Hungria: em 31 de Março de 1994.
- Polónia: em 5 de Abril de 1994.
- Roménia: em 22 de Junho de 1995.
- Eslováquia: em 27 de Junho de 1995.
- Letónia: em 13 de Outubro de 1995.
- Estónia: em 24 de Novembro de 1995.
- Lituânia: em 8 de Dezembro de 1995.
- Bulgária: em 14 de Dezembro de 1995.
- República Checa: 17 de Janeiro de 1996.
- Eslovénia: em 10 de Junho de 1996.

Aquando do Conselho Europeu de Copenhaga (12 e 13 de Dezembro de 2002), a Comissão concluiu as negociações com dez países candidatos: Chipre, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Eslovénia, para que pudessem aderir à União em 1 de Maio de 2004. No que respeita à Bulgária e à Roménia, o objectivo é conseguir uma adesão em 2007. Em Dezembro de 2004, poderão ser iniciadas as negociações com a Turquia, caso este país respeite os critérios de Copenhaga.

No passado, a Suíça, o Listenstaine e a Noruega apresentaram igualmente uma candidatura de adesão à União Europeia. Todavia, a Noruega rejeitou a sua adesão por duas vezes, em 1972 e 1994, na sequência de um referendo. As candidaturas da Suíça e do Listenstaine foram suspensas na sequência do referendo de 1992 de acordo com o qual a Suíça decidiu não participar no Espaço Económico Europeu.

### **Ajudas de pré-adesão**

A adaptação das normas, nomeadamente nos domínios industriais e ambientais, exige enormes investimentos para que os países candidatos estejam em condições de respeitar o acervo comunitário na data da adesão. As ajudas de pré-adesão destinadas aos países da Europa Central e Oriental para o período 2000-2006 constituem elementos fundamentais da estratégia da União Europeia para os países candidatos e compreendem duas vertentes principais:

- As ajudas no âmbito do programa PHARE, que financia os projectos necessários para adaptar os sistemas administrativos e judiciais e para desenvolver as infra-estruturas dos países candidatos (10,5 mil milhões de euros).
- As ajudas no âmbito de dois fundos de assistência financiados para gerir ajudas complementares:



- O primeiro apoia as acções estruturais no domínio agrícola (SAPARD – 3,5 mil milhões de euros);
- O segundo financia a construção de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes (Instrumento Estrutural de Pré-Adesão, ISPA – 7 mil milhões de euros). O ISPA desempenha para os países candidatos o mesmo papel que o Fundo de Coesão para Espanha, Portugal, a Grécia e a Irlanda.

As parcerias para a adesão concluídas entre a União e os países candidatos constituem o eixo principal da estratégia de pré-adesão e permitem canalizar os diferentes tipos de ajuda.

Chipre, Malta e a Turquia beneficiam de ajudas específicas de pré-adesão. O Regulamento (CE) nº 555/2000 do Conselho estabelece um montante de referência de 95 milhões de euros para a execução de acções no âmbito da estratégia de pré-adesão para Chipre e para Malta (dos quais 57 milhões de euros para Chipre e 38 milhões de euros para Malta). Este montante está disponível até 31 de Dezembro de 2004. O Regulamento (CE) nº 2500/2001, relativo à assistência financeira de pré-adesão em favor da Turquia, prevê um montante destinado à ajuda específica superior a 2 milhões de euros.

Além disso, todos os países candidatos podem participar no mecanismo de pré-adesão do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Aquando do Conselho Europeu de Copenhaga (12 e 13 de Dezembro de 2002) foi decidido um reforço da assistência financeira de pré-adesão para a Bulgária e para a Roménia.



---

**ANEXO D – Perspectiva histórica**

A Anatólia foi povoada há milhares de anos. No século VIII a.c., os gregos fundaram a cidade de Bizâncio, no estratégico estreito do Bósforo, que controla a passagem entre os mares Negro e Mediterrâneo. No ano 96 d.c., a cidade caiu em poder dos romanos e, dois séculos mais tarde, foi reconstruída pelo imperador Constantino. Sob o nome de Constantinopla, tornou-se, no início do século IV, a capital do Império Romano do Oriente, sobrevivendo por um milénio à queda de Roma ante os bárbaros e consequente esfacelamento do Império Romano do Ocidente (ano 476).

Constantinopla foi tomada pelos turcos em 1453 e baptizada Istambul, passando de capital do decadente Império Bizantino a capital do florescente Império Otomano. No século XVI, os domínios de *Suleiman*, o «Magnífico», espalhavam-se da Argélia ao Cáucaso e da Hungria ao extremo sul da Península Arábica (ver mapa V).

A partir do século XVII, o Império Turco entrou em decadência, face à tecnologia e agressividade comercial do Ocidente. Aberta pelos portugueses já no final do século XV, a rota marítima para as Índias através do Cabo da Boa Esperança, no extremo sul de África, eliminou progressivamente o monopólio comercial que o Império Otomano exercia na intermediação entre a Ásia oriental e a Europa e as vantagens que daí tirava.

O destino dos turcos foi afectado por acontecimentos que também iriam atingir as grandes civilizações da Índia e da China. Todos se tornaram mercados periféricos, aos quais os europeus impunham os preços dos manufacturados que exportavam e adquiriam alimentos e matérias-primas para as suas indústrias.

No século XIX, o país ganhou infra-estruturas como os caminhos-de-ferro e o telégrafo e aprofundou-se a dependência da Europa. Ainda durante esse século, o Império Otomano praticamente desapareceu tanto na Europa como na África, e em ambos os continentes as causas básicas foram as mesmas: o efeito desintegrador do nacionalismo e as actividades predatórias das potências europeias.

A revolta sérvia de 1804 e a aut nomeação de Mehemet Ali para governador do Egipto em 1805 deram início ao período final, embora prolongado, de declínio turco. Na Europa, o passo seguinte foi a revolta grega e daí em diante a história do Império Otomano na Europa pode contar-se pelas datas da criação de novas nações, até que em 1914 restava à Turquia apenas a zona oriental da Trácia. Na África islâmica, por essa altura, o declínio do poder otomano fora ainda mais visível e grande parte do Norte de África já no início do século XIX se tinha tornado praticamente independente do domínio do sultão.



## Mapa V

### O Império Otomano (1680)



Nos alvares do século XX cresceu nas universidades e academias militares uma organização clandestina adversária do regime autocrático, os Jovens Turcos, que liderou uma rebelião em 1908, na Macedónia. Em poucos dias, o sultão Abdul Hamid cedia à exigência de uma Constituição redutora dos seus poderes e, no ano seguinte, era obrigado a abdicar a favor de Maomé V, que conferiu aos Jovens Turcos poder efectivo. O movimento adoptou uma política nacionalista contra a influência económica estrangeira, mas também hostil às diversas minorias étnicas, como gregos e arménios.

Durante a I Grande Guerra, a Turquia aliou-se ao II Império Alemão e ao Império Austro-Húngaro, com eles sendo derrotada. O Império Otomano desmembrou-se e muitos pequenos Estados surgiram na Península Arábica e nos Balcãs. As etnias minoritárias lá remanescentes passaram a ser perseguidas. Em 1915, perto de 800 mil arménios foram massacrados, no que passou à história como o primeiro genocídio do século XX.

As condições impostas aos turcos pelo tratado de Sèvres (1920) foram tão humilhantes que o líder militar Mustafá Kemal — mais tarde conhecido como Kemal Atatürk — depôs o sultão Maomé VI, subscritor do tratado, e lançou uma guerra de libertação nacional. Por fim, conseguiu renegociá-lo em Lausanne, na Suíça, em 1923, em termos que dispensavam a Turquia de pagar reparações de guerra e extinguíam as capitulações, tricentenários privilégios





dos comerciantes europeus. Em compensação, o estreito do Bósforo foi franqueado a navios de todas as nações em tempo de guerra como de paz.

Assim, o Império Otomano exterior à Turquia foi golpeado depois de seis séculos e uma nova república surgiu em 1923 como estado nacional (ver mapa VI), com um ditador que depressa mostrou ser um dos mais eficientes modernizadores. Apropriadamente, o califado seguiu o caminho do império, sendo abolido em 1924, o que consistiu no fim da história turca, significando isto que os habitantes da Anatólia passavam a ser, decorridos cinco ou seis séculos, o povo maioritário do seu Estado.

Kemal, como gostava de chamar-se, tinha algo de Pedro o Grande (embora não estivesse interessado na expansão territorial depois da revisão favorável das condições da paz), e algo de um déspota esclarecido. A lei foi secularizada, o calendário muçulmano abandonado e em 1928 reviu-se a constituição a fim de ser retirada à Turquia a designação de Estado islâmico, sendo a poligamia também proibida. Em 1935, o dia de descanso semanal, anteriormente a sexta-feira, dia santo islâmico, passou a ser o domingo, tendo entrado na linguagem uma palavra nova: *vikend* (período entre as treze horas de sábado e a meia-noite de domingo). As escolas deixaram de ministrar instrução religiosa e o alfabeto latino substituiu os caracteres árabes. Kemal tinha consciência da natureza radical da modernização que pretendia realizar e dava importância àqueles símbolos, sinais de algo muito importante – a substituição da sociedade islâmica tradicional por uma europeia.



## Mapa VI

### Declínio otomano e o aparecimento da moderna Turquia (1683-1923)



Fonte: Os Impérios Europeus, 2000,119

Kemal, a quem a Assembleia Nacional conferiu o nome de Atatürk, ou pai dos Turcos (ver figura IV), é uma figura com um significado imenso, foi o que Maomé Ali talvez pretendesse ter sido – o primeiro transformador de um estado islâmico através da modernização – e até à sua morte, em 1938, pareceu decidido a não permitir que a sua revolução congelasse. O resultado foi a criação de um Estado que, em certos aspectos, se encontrava entre os mais desenvolvidos do mundo àquela data, pois na Turquia houve uma maior ruptura com o passado do que na Europa, envolvendo até a atribuição de um novo papel às mulheres, que em 1934 conquistaram o direito de voto e foram encorajadas a entrar no mundo profissional.

**Figura IV**

Kemal Atatürk



Fonte: Potências Emergentes e a Última Era, 2000, 45.

Depois da morte de Atatürk, em 1938, os militares mantiveram a influência no país, resistindo aos movimentos de esquerda inspirados na vizinha URSS.

Após a II Guerra Mundial, a Turquia aliou-se aos EUA e tornou-se um bastião anti-soviético. À Turquia couberam as mais importantes bases militares da região e a maior fatia do Plano Marshall. Ao mesmo tempo, o país adoptava um sistema multipartidário e incentivava investimentos estrangeiros.



---

**ANEXO E – Cronologia: A relação da Turquia com a União Europeia**

- ☑ **11 de Setembro de 1959:** O Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia (CEE) aceita Ancara e Atenas como membros associados.
- ☑ **12 de Setembro de 1963:** É finalmente celebrado o Acordo de Associação de Ancara, que previa o estabelecimento progressivo de uma União Aduaneira – concretizada somente em 1996 –, a livre circulação dos trabalhadores e a possibilidade da Turquia aderir à UE. É também assinado o primeiro protocolo financeiro.
- ☑ **1 de Dezembro de 1964:** O Acordo de Ancara entra em vigor.
- ☑ **13 de Novembro de 1970:** O Protocolo Adicional (Additional Protocol), assinado e anexado no Acordo de Associação entre o CEE e Turquia, detalhada a forma como a União Aduaneira seria estabelecida entre os dois lados. Ainda que o compromisso para estabelecer uma União Aduaneira se encontrasse provido no Acordo de Associação, era no entanto o Protocolo Adicional de 1970 que especificava o programa da União Aduaneira.
- ☑ **26 de Outubro de 1970:** Primeira Reunião do Comité de Cooperação Aduaneira.
- ☑ **23 de Novembro de 1970:** O Protocolo Adicional e o segundo protocolo financeiro são assinados em Bruxelas.
- ☑ **1 de Janeiro de 1973:** O Protocolo Adicional, aprovado na Grande Assembleia Nacional Turca (Turquia Büyük Millet Meclisi – TBMM) em Julho de 1971, entra em vigor.
- ☑ **Janeiro de 1982:** A Comunidade Europeia decide suspender o Acordo de Ancara, tornando problemáticas as relações políticas com a Turquia, como resultado do golpe de estado militar no dia 12 de Setembro de 1980. O Parlamento Europeu decide também não renovar a componente Europeia da Comissão Parlamentar Comum até que existam na Turquia eleições gerais e um parlamento formado.
- ☑ **Setembro de 1986:** Durante o mês de Setembro de 1986 o Conselho de Associação da CEE reúne-se com a Turquia e mostra intenção em prosseguir com as negociações, abrindo um novo capítulo nas relações.
- ☑ **14 de Abril de 1987:** A Turquia torna-se membro pleno da CEE. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos estados membros da CE decidem aplicar à Comissão a decisão por acordo comum, como procedimento de rotina.
- ☑ **18 de Dezembro de 1989:** Os Comissários da Comissão Europeia dizem que o alargamento à Turquia e outros potenciais candidatos só poderá vir a acontecer após 1992, quando o mercado comum estiver consolidado. Além disso, uma análise detalhada do desenvolvimento económico e social da Turquia declara que – embora se veja um



importante progresso de abertura e reestruturação da economia desde 1980 – deve ainda promover uma maior abertura, principalmente quando comparada com níveis de CE.

- ☑ **30 de Setembro de 1991:** Reúne-se o Conselho de Associação da CEE – Turquia, em Bruxelas. O resultado prático da reunião é a decisão para relançar as sessões de trabalho do "comité", no qual os Turcos e os comissários da CE levariam a cabo o trabalho detalhado dos assuntos relacionados com o comércio e com a economia.
- ☑ **31 de Dezembro de 1995:** A CE e a Turquia fazem o seu primeiro acordo de União Aduaneira.
- ☑ **1 de Janeiro 1996:** O acordo da União Aduaneira – entre a Comunidade Europeia e a Turquia – entra em vigor. Assim, são criados laços económicos e políticos mais íntimos, entre a UE e um país não membro. A União Aduaneira vai mais longe que a simples abolição das tarifas e das barreiras para comercializar entre as partes e a aplicação de uma Tarifa Externa Comum para as importações de terceiros países. Pretende-se assim enfrentar a harmonização com as políticas de CEE em todo o campo relativo ao mercado interno.
- ☑ **13-14 de Julho de 1996:** Neste período decorreu a Cimeira de Dublin. O Conselho Europeu deseja que a Turquia use a sua influência para contribuir para uma solução no Chipre, dentro do acordo da Resolução do Conselho de Segurança da ONU. O Conselho Europeu também enfatiza a necessidade pela observância dos padrões mais altos de direitos humanos.
- ☑ **12-13 de Dezembro de 1997:** Neste período decorreu a Cimeira do Luxemburgo. O Conselho Europeu exclui a Turquia da lista de candidatos para adesão, enquanto "rejeitou" efectivamente o pedido de adesão proposto por Ancara.
- ☑ **Dezembro de 1997:** A Turquia responde à declaração do Luxemburgo, suspendendo parcialmente o seu diálogo com a UE. Além disso, o governo turco anuncia que prosseguirá com planos para integrar a região norte do Chipre, como tal, a UE deve iniciar as conversações de adesão com o Governo Cipriota Grego da ilha.
- ☑ **4 de Março de 1998:** A Comissão adopta a Comunicação “Estratégia Europeia para a Turquia”, que contém como principais elementos a necessidade de aproximação das legislações e da adopção do acervo comunitário, bem como as primeiras propostas operacionais relativas a esta estratégia.
- ☑ **10-11 de Dezembro de 1999:** Neste período decorreu a Cimeira de Helsínquia. O Conselho da UE concede à Turquia o estatuto de “país candidato” – no entanto, nenhum calendário é fixado para início das negociações. O Conselho Europeu, com esta estratégia, faz com que





a Turquia e outros candidatos beneficiem de uma pré adesão para estimular e apoiar as suas reformas.

- ☑ **4 de Dezembro de 2000:** O Conselho Geral concorda com o regulamento de adesão para a Turquia.
- ☑ **7-9 de Dezembro de 2000:** Neste período decorreu a cimeira de Nice. O Conselho Europeu reconhece o esforço feito pela Turquia na sua pré adesão, evidenciando que esta se encontra no caminho certo para se tornar num estado membro da UE.
- ☑ **18 de Março de 2001:** O Conselho de Ministros da UE adopta as medidas a curto e médio prazo para que a Turquia, se encontre dentro dos critérios definidos para a adesão.
- ☑ **19 de Março de 2001:** O governo turco adopta a Parceria para a Adesão. A Parceria para Adesão pela primeira vez põe em destaque as grandes reformas que a Turquia está disposta a estruturar na área política e económica, e em relação ao alinhamento da legislação turca com a da UE.
- ☑ **3 de Outubro de 2001:** O parlamento turco aprova 34 alterações constitucionais de forma a cumprir os critérios políticos de Copenhaga. Entre outros, estes incluem uma abolição parcial da pena de morte e autorização do uso de línguas diferentes do turco na vida pública.
- ☑ **Novembro de 2001:** é aprovado um novo Código Civil. Estas reformas foram postas em prática já durante este ano, tendo culminado com o reconhecimento dos direitos da minoria curda e com a abolição da pena de morte, em Agosto.
- ☑ **14-15 de Dezembro de 2001:** Neste período decorreu a Cimeira de Laeken. O Conselho Europeu confirmou com agrado o progresso feito pela Turquia, em cumprir os critérios estabelecidos para adesão, em particular concordou com as recentes alterações executadas na sua constituição.
- ☑ **Janeiro – Março de 2002:** O parlamento turco transfere as alterações constitucionais para o Código Penal. Essas alterações afectam a liberdade de expressão e de imprensa, as actividades de associação e a prevenção da tortura.
- ☑ **21-22 de Junho de 2002:** Neste período teve lugar a Cimeira de Sevilha. O Conselho Europeu reafirma que a implementação das reformas políticas e económicas exigidas traria progressos na adesão da Turquia, conforme os mesmos princípios e critérios aplicados aos outros países candidatos. Na próxima fase de candidatura da Turquia, à luz dos desenvolvimentos protagonizados entre os Conselhos da Europa de Sevilha e Copenhaga, o Conselho Europeu declara que as novas decisões deviam ser conduzidas dentro dos critérios de Copenhaga.



- ☑ **3 de Agosto de 2002:** O parlamento turco aprova uma Lei de Adaptação à UE (Avrupa Birliği Uyum Yasası – APD) dando a conhecer os 15 Artigos. As reformas incluem a abolição da pena de morte, o encargo de radiodifusão dos diferentes idiomas e dialectos usados tradicionalmente por cidadãos turcos na sua vida quotidiana e as possibilidades de educação melhoradas para idiomas de minoria. Havia a expectativa de que estes recentes esforços conduzissem a decisões positivas tomadas pelo Conselho Europeu na Cimeira de Copenhaga (Dezembro de 2002).
- ☑ **12-13 de Dezembro de 2002:** Neste período teve lugar a Cimeira de Copenhaga. Os 15 Estados Membros da UE abraçam um plano de amplificação para o leste que inclui a adesão de dez novos países, no entanto, rejeitam a demanda da Turquia, no sentido, de antecipar a data de início das novas negociações de adesão. Os líderes da UE só concordam encontrar-se em Dezembro de 2004 para rever a candidatura de Turquia.
- ☑ **16 de Abril de 2003:** É assinada em Atenas a adesão de 10 novos membros, passando a ser a Europa dos 25. Este é um momento histórico catorze anos após a queda do Muro de Berlim, em que a UE deixa de ser ocidental e passa a ser continental. Esta Europa só nascerá oficialmente no dia 1 de Maio do próximo ano, quando o tratado estiver ratificado. A Turquia mais uma vez não esteve presente neste encontro e continua expectante no sentido de antecipar um novo início das negociações.



## ANEXO F – Despesas militares efectuadas pelos países da UE

Figura V

Despesas militares efectuadas pelos países da UE

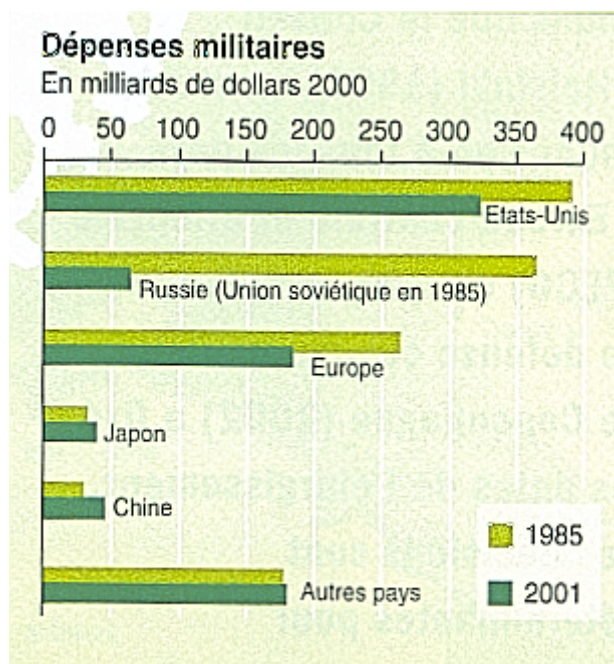


Fonte: Achcar, 2003, 114.



**Figura VI**

Despesas militares efectuadas pela UE, Rússia, EUA, Japão, China.



Fonte: Achcar, 2003, 115.



## ANEXO G – Dados gerais sobre o Chipre

### História

Em 1191, durante uma cruzada à Terra Santa, o rei Ricardo I da Inglaterra conquistou a ilha e concedeu-a ao rei Guy de Lusignan de Jerusalém. Imediatamente foi criada uma monarquia feudal que se prolongou até à Idade Média. Algum tempo depois, os mercadores de Génova e de Veneza passaram a controlar o comércio da ilha até ao século XV, altura em que se tornou parte do Império Veneziano. Em 1573, os turcos otomanos tomaram Chipre e instauraram um arcebispado.

No início do século XIX começaram sérias revoltas na ilha. Em 1878, os britânicos assumiram o controlo do território, depois da autorização do sultão turco que continuou a ser o soberano do Chipre. Mas, com a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra anexou a ilha e, em 1915, ofereceu-a à Grécia. Em 1924, tornou-se uma colónia da coroa britânica. Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiu um movimento grego cipriota que se acentuou com actos de terrorismo contra os opositores britânicos e cipriotas. Em 1960 o Chipre tornou-se independente, mas a violência continuou. Em 1974, a Guarda Nacional do Chipre levou a cabo um golpe de estado. As forças turcas invadiram o território e, um mês depois, passou a controlar o norte da ilha. Os cipriotas turcos formaram governo, embora apenas reconhecido pela Turquia, e a zona sul permaneceu sob o controlo grego. A partir de meados da década de 1980 iniciaram-se conversações acerca da reunificação iniciaram, embora nunca tenham tido sucesso (ver mapa VII).

### Mapa VII

#### Chipre



Fonte: Achcar, 2003, 137.



## **Geografia**

País insular do mar Mediterrâneo. Situada na parte oriental do mar Mediterrâneo, a sul da Turquia e a oeste da Síria, a ilha de Chipre possui uma área de 9 250 km<sup>2</sup>, o que a torna na terceira maior ilha do Mediterrâneo. As principais cidades urbanas são Nicósia, a capital, com 186 000 habitantes (1994), Limassol (143 000 habitantes) e Larnaca (64 000 habitantes). O país encontra-se dividido em dois sectores: a República de Chipre (cipriotas gregos), no Sul, e a República Turca do Norte de Chipre (cipriotas turcos).

## **Clima**

O clima é mediterrânico, mas apresenta variações de acordo com o relevo e a proximidade do mar. Nas montanhas, torna-se mais húmido e frio, chegando mesmo a nevar durante o Inverno.

## **População**

A população é de 762 887 habitantes (2001), o que corresponde a uma densidade populacional de 82,4 hab./km<sup>2</sup>. As taxas de natalidade e de mortalidade são, respectivamente, de 13% e 7%. A esperança média de vida é de 76 anos. Estima-se que, em 2025, a população seja de 852 000 habitantes. As etnias principais do país são a grega, com 79%, e a turca, com 19%. As religiões com a maior expressão são a ortodoxa grega, com 76%, e a muçulmana, com 19%. As línguas oficiais são o grego e o turco.

## **Economia**

O Chipre tem uma economia baseada, sobretudo, no comércio e na indústria. O turismo proporciona ao país uma grande fonte de divisas. A agricultura desenvolveu-se graças à irrigação, o que permitiu a introdução dos citrinos, para além de já serem cultivados a batata, a uva, o milho, a cevada, a alfarroba e o tabaco. A indústria extractiva encontra-se bem desenvolvida e produz a pedra de cal, a marga, o gesso, o mármore, o asbesto, a pirite e o crómio. A indústria abrange a refinação de petróleo e a produção de materiais de construção, vinho, cerveja, calçado, vestuário e cigarros. Os produtos exportados são os artigos de vestuário, o calçado, a batata, os citrinos, a alfarroba e o tabaco. No sector cipriota grego, os principais parceiros comerciais são os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a Grécia e a Bulgária; no sector cipriota turco, as trocas comerciais fazem-se maioritariamente com a Turquia.



## ANEXO H – Curdos; Compreender o conflito

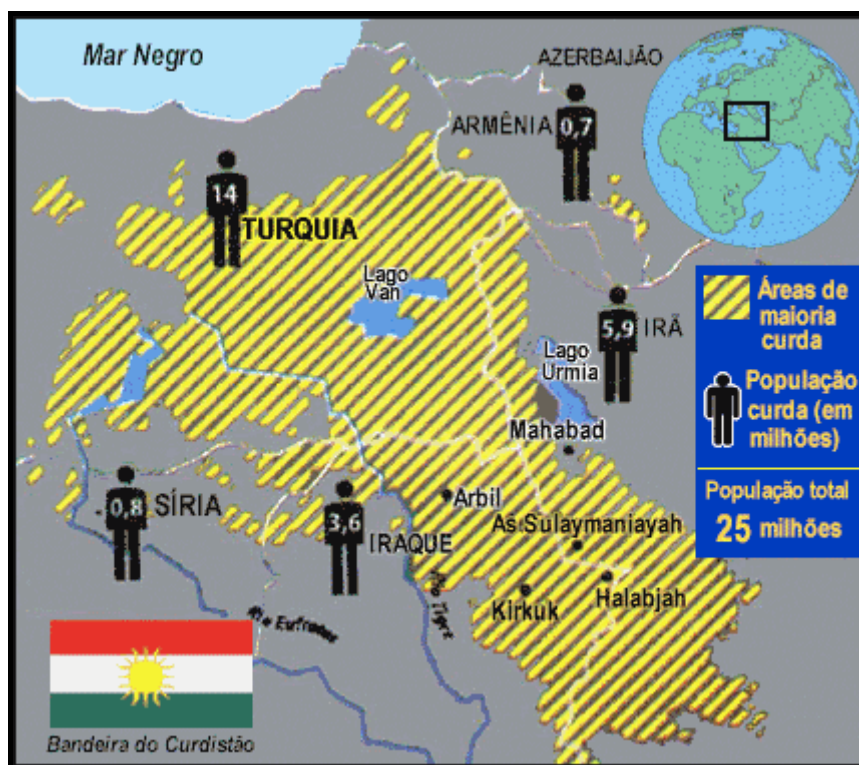
### O território Curdo

O Curdistão abrange uma vasta região com cerca de 530 mil km<sup>2</sup>, situada na confluência das fronteiras do Iraque, Irão e Turquia, além de pequenas faixas na Síria e na Arménia, tendo a sua maior região situada na Turquia, seguida pelo Iraque e o Irão.

A nação curda conta com aproximadamente 36 milhões de habitantes, dos quais 15 milhões estão localizados na Turquia (ver mapa VIII). No Iraque estes representam cerca de 20% da população. Em função das perseguições, milhões de curdos encontram-se refugiados na Europa Ocidental, principalmente na Alemanha (Terraviva, 2003).

### Mapa VIII

#### A população Curda



Fonte: <http://www.maurito.pro.br/index.htm>

É uma região rica em petróleo, onde algumas cidades ganham destaque, tais como:

- Kirkuk: centro da indústria petrolífera, reivindicada por curdos, turcomenos e árabes. Na luta por um Estado, essa cidade é vista como a capital de Curdistão.
- Dohuk: é rota de entrada de alimentos e controlada pelo Partido Democrático de Curdistão (PDK).





Nessas cidades há o encontro de grandes oleodutos petrolíferos, que alimentam as indústrias locais (ver mapa IX).

**Mapa IX**  
O Território Curdo



Fonte: Achcar, 2003, 174.

## Origem

De origem indo-européia, estabeleceram-se na região onde vivem há cerca de 3 mil anos. O território curdo foi muito disputado pelos antigos impérios até ser conquistado e islamizado pelos árabes por volta do século VII.

A tradição guerreira e a forma societária de democracia tribal, fundamentada na propriedade colectiva de terras, são traços peculiares dos curdos preservados ao longo de sua histórica (Maurito, 2003).

## A luta pela construção de um Estado Curdo

Os curdos nunca tiveram um Estado independente, mas até 1639 desfrutaram de relativa autonomia. Neste ano, o Curdistão foi repartido entre os Impérios Persa (Irão) e Otomano (Turquia).

A partir daí, deram-se sucessivas mutilações no território curdo em função dos arranjos internacionais.



### ❖ 1ª Guerra Mundial

A Turquia lutou ao lado da Alemanha. Com a derrota, Grã-Bretanha e França (vencedoras) repartiram o Império Otomano em zonas coloniais. Parte dos curdos ficou dentro do norte do Iraque, submetidos ao domínio britânico.

O desmembramento do Império Otomano gerava as condições para o nascimento de um Estado Curdo, mas as descobertas de jazidas de petróleo na região e o temor da influência da Revolução Russa, foram fundamentais para um rearranjo que desencadeou feroz repressão na Turquia, onde o idioma Curdo foi proibido.

Nos anos 20 e 30 deram-se diversos conflitos armados, mas foram violentamente reprimidos através da acção conjunta desenvolvida entre Turquia, Irão e Iraque.

### ❖ 2ª Guerra Mundial

Durante a 2ª guerra, os curdos dominados pelo Irão recuperaram terreno e força militar.

Em fins de 1945 haviam libertado amplos territórios.

Em Janeiro de 1946 a resistência Curda declarou a República de Mahabad, influenciada pelo socialismo e apoiada pelos soviéticos. No entanto, pressionada pelos EUA na Guerra Fria, a URSS retirou o apoio à República Mahabad que caiu após 11 meses de existência.

### ❖ Nos dias de hoje

A luta pelo Curdistão independente continua, apesar de décadas de repressão. Mesmo repartido por diferentes países, o povo curdo identifica-se pela cultura, história, ancestralidade e língua.

## **O conflito**

Durante o conflito entre o Irão e o Iraque (1980-1988) os curdos encontravam-se no "meio da guerra". A Turquia apoiada pela OTAN, desferiu violentas campanhas repressivas onde aldeias inteiras habitadas por civis foram arrasadas. Também no Iraque dezenas de milhares de pessoas foram deportadas das suas regiões de origem e mais de mil povoações foram destruídas. Sadam Hussein aproveitou para utilizar as suas tão "famosas" armas químicas causando a morte de quase 5 mil pessoas na aldeia de Halabja.



Após a 1ª Guerra do Golfo, reprimindo uma possível revolta curda, o regime iraquiano voltou a realizar novos massacres, deixando um saldo de 4 mil povoações destruídas e 3 milhões de refugiados.

Com a 2ª Guerra do Golfo, houve várias ameaças de invasão do território curdo por parte das forças militares da Turquia (no norte do Iraque), no entanto foram sempre controladas pelos EUA, temendo um possível conflito a norte. Com a queda do regime de Saddam Hussein muitos curdos que haviam fugido para regiões mais pacíficas controladas pela União Patriótica (UPK) e pelo Partido Democrático do Curdistão (PDK), regressam a suas casas e juram vingança. Nesta fase, a Turquia mostrou grande preocupação pois os curdos poderiam aproveitar este vazio de poder e controlar uma das principais cidades do Iraque, o caso de Kirkuk, a “capital” petrolífera do Iraque, e assim poder incentivar as tentações independentistas da sua própria minoria curda (Leite, 2003).

### **A resistência**

A resistência dos curdos tem sido feita de variadas formas. No entanto, esta resistência tem sido enfraquecida pelos países em que se encontram a fim de enfraquecer a sua luta.

No Iraque a União Patriótica do Curdistão (UPK) opõe-se ao Partido Democrático do Curdistão (PDK). Em 1996 deu-se um violento conflito entre ambos os partidos, após um período de relativa união após o final da 1ª Guerra do Golfo, quando ambas as partes militares chegaram a ser fundidas.

O conflito agravou-se com a intervenção do exército iraquiano a favor do PDK que acusava a UPK de receber apoio do Irão.

A entrada do Iraque no conflito gerou a intervenção dos EUA, tendo sido determinada a proibição de qualquer movimentação militar pelo Iraque na zona de exclusão.

O apoio do Iraque a uma das facções tem por objectivo dividir a resistência e impedir o avanço da luta pela auto-determinação curda.

Na Turquia, a resistência curda é dirigida sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), fundado em 1978, que se transformou na maior organização político-militar dos curdos.

As forças políticas curdas reconhecidas pela Turquia estão praticamente desaparecidas. O partido HEP (Partido Trabalhista do Povo) foi proibido em 1993 e o Partido da Democracia, seu sucessor, também foi proscrito. Muito dos seus dirigentes estão presos e exilados, e a tortura é prática comum contra os prisioneiros curdos.



A resistência armada conta com aproximadamente 20 mil milícias e quase 5 milhões de simpatizantes. Os exilados e a oposição turca também tem melhorado as ligações com as organizações populares urbanas.

Desde 1989 a Turquia vem utilizando armas químicas contra redutos curdos nas montanhas na tentativa de exterminar a guerrilha do PKK. Nos últimos 4 anos esta guerra produziu uma média 2.500 vítimas por ano, entre soldados, guerrilheiros e civis.





---

**ANEXO I – Cronologia: A luta pela criação de um Estado Curdo**

(Fonte: Jornal o “Público”, 2003)

- ☑ **1973**: Criação do Partido dos Trabalhadores (PKK) por Abdullah Öcalan.
- ☑ **1980**: Öcalan segue para a Síria depois de quase 20 de anos de exílio.
- ☑ **1985**: O PKK inicia a luta armada para autonomia do Curdistão curdo. Até 1999 mais de 37.000 pessoas são mortas no conflito que opõe os separatistas às poderosas forças armadas turcas.
- ☑ **Junho de 1987**: Começaram a ser denunciados massacres de civis por parte do PKK.
- ☑ **16 de Fevereiro de 1999**: É anunciada a detenção de Abdullah Öcalan no Quênia. Depois de se ter apresentado na embaixada grega em Nairobi, é enviado para a Turquia.
- ☑ **18 de Fevereiro de 1999**: Ministros gregos demitem-se devido ao escândalo.
- ☑ **23 de Fevereiro de 1999**: Öcalan é acusado de traição.
- ☑ **26 de Fevereiro de 1999**: A Igreja Ortodoxa grega desmente financiar a rebelião curda.
- ☑ **31 de Maio de 1999**: Öcalan começa a ser julgado na ilha onde o detiveram, Imrali, e apela ao fim da luta armada.
- ☑ **1 de Junho de 1999**: No segundo dia do julgamento, Öcalan diz que o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi apoiada pela Grécia, a Síria e o Irão.
- ☑ **2 de Junho de 1999**: O PKK apoia o seu apelo à paz.
- ☑ **29 de Junho de 1999**: Öcalan é condenado à morte, por traição à Turquia.
- ☑ **15 de Janeiro de 2000**: O Governo turco suspende a execução da pena de morte de Öcalan, a pedido do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, uma instituição da UE.
- ☑ **3 de Setembro de 2002**: O tribunal turco de segurança do Estado comuta a pena de morte de Öcalan em prisão perpétua.
- ☑ **12 de Março de 2003**: O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considera que o julgamento de Öcalan não foi justo e condena a Turquia por ter violado os seus direitos.



---

**ANEXO J – As estruturas e as capacidades militares da União Europeia****As estruturas e as capacidades militares da União Europeia**

(fonte: <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/homept.htm>)

Embora a PESC (Política Externa e de Segurança Comum) tenha sido institucionalizada pelo Tratado da União Europeia em 1991, só em 1998 a União começou a ocupar-se seriamente das componentes da defesa.

No Conselho Europeu de Colónia, de Junho de 1999, os dirigentes da UE acordaram em que "a União deve dispor de capacidade de acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e de vontade política de o fazer, a fim de dar resposta às crises internacionais, sem prejuízo das acções a empreender pela OTAN."

No Conselho Europeu de Helsínquia, de Dezembro de 1999, foi estabelecido o chamado Objectivo Global de Helsínquia, que define nomeadamente os seguintes objectivos:

- Em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados-Membros devem estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias, e manter pelo menos durante um ano, forças militares de até 50 a 60 000 pessoas, capazes de desempenhar toda a gama de missões previstas no artigo 17º do Tratado da União Europeia (TUE);
- Serão criados no Conselho novos órgãos e estruturas políticas e militares que permitam à União assegurar a necessária orientação política e direcção estratégica a essas operações, respeitando ao mesmo tempo o quadro institucional único.

Em 20 de Novembro de 2000, os Estados-Membros participaram numa Conferência de Empenhamento de Capacidades. Os compromissos dos Estados-Membros foram enumerados no Catálogo da Força do Objectivo Global (HFC). A análise do referido catálogo confirma que, até 2003, a União será capaz de desempenhar toda a gama de missões previstas no artigo 17º do TUE, mas que é necessário melhorar certas capacidades em termos quantitativos e qualitativos.

O Conselho Europeu de Nice, de Dezembro de 2000, aprovou a criação dos seguintes novos órgãos políticos e militares permanentes:

- O Comité Político e de Segurança permanente (CPS)



- O Comité Militar da União Europeia (CMUE)
- O Estado-Maior da União Europeia (EMUE)

Na sequência da Conferência de Melhoramento das Capacidades, de Novembro de 2001, o Conselho Europeu de Laeken declarou, em Dezembro de 2001, que "graças à continuação do desenvolvimento da PESD, ao reforço das suas capacidades, (...) à criação das estruturas apropriadas no seu interior, a União tem agora capacidade para conduzir operações de gestão de crises. O desenvolvimento dos meios e capacidades de que a União disporá permitir-lhe-á assumir progressivamente operações cada vez mais complexas."

### **Objectivo Global de Helsínquia**

(fonte: [//eu.eu.int/pesc/military/pt/HeadGoal.htm](http://eu.eu.int/pesc/military/pt/HeadGoal.htm))

Para desenvolver as capacidades europeias, os Estados-Membros fixaram a si próprios um objectivo global: até ao ano 2003, em regime de cooperação voluntária, estarão em condições de posicionar rapidamente e seguidamente manter forças capazes de desempenhar todos os tipos de missões de Petersberg definidas no Tratado de Amesterdão, incluindo as mais exigentes, em operações até ao nível de corpo (até 15 brigadas ou 50 000-60 000 pessoas).

Estas forças deverão ser militarmente auto-sustentadas, dispondo das necessárias capacidades de comando, controlo e informações secretas, logística, de outros serviços de apoio de combate e ainda, caso se justifique, de elementos aéreos e navais.

Os Estados-Membros deverão ser capazes, a este nível, de posicionar completamente estas forças num prazo de 60 dias, e de proporcionar, neste contexto, forças mais reduzidas de resposta rápida, disponíveis e posicionáveis com elevada prontidão.

Deverão ainda ser capazes de manter estas forças posicionadas durante pelo menos um ano, o que implicará manter em comum uma reserva adicional de unidades (e elementos de apoio) susceptíveis de serem posicionadas com menor grau de prontidão, para render as forças iniciais.



## **Declaração de empenhamento de capacidades militares**

(fonte: [//ue.eu.int/pesc/military/pt/CCC.htm](http://ue.eu.int/pesc/military/pt/CCC.htm))

1. Desde o Conselho Europeu de Colónia de Junho de 1999, e nomeadamente graças aos trabalhos realizados pelas Presidências Finlandesa e Portuguesa, uma das prioridades da União tem sido o desenvolvimento e a instauração dos meios e capacidades civis e militares necessários para lhe permitir tomar decisões sobre o conjunto das missões de prevenção de conflitos e de gestão de crises definidas no Tratado da União Europeia ("missões de Petersberg"), bem como para realizar essas missões. A este respeito, a União salientou a sua determinação em desenvolver uma capacidade autónoma para tomar decisões e, sempre que não exista uma participação da OTAN enquanto tal, lançar e conduzir operações militares lideradas pela União em resposta a crises internacionais. Para o efeito, os Estados-Membros decidiram desenvolver capacidades militares mais eficazes. Este processo, que deverá ser conduzido sem duplicações inúteis e que não implica a criação de um exército europeu, faz parte integrante do reforço da política externa e de segurança comum. Deste modo, a União poderá dar um maior contributo para a segurança internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da OSCE e da Acta Final de Helsínquia. A União reconhece que cabe ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a primeira responsabilidade em matéria de manutenção da paz e da segurança internacionais.
2. No domínio das capacidades militares, que vêm completar os demais instrumentos à disposição da União, os Estados-Membros atribuíram-se no Conselho Europeu de Helsínquia de Dezembro de 1999 o Objectivo Global ("Headline Goal") de estar em condições, até 2003, de projectar num prazo inferior a 60 dias e de manter pelo menos durante um ano forças militares até ao nível de corpo (60.000 pessoas). Essas forças deverão ser militarmente auto-sustentadas, dispondo das necessárias capacidades de comando, controlo e informações, logística, de outros serviços de apoio de combate e ainda, caso se justifique, de elementos aéreos e navais.

Em Helsínquia, os Estados-Membros decidiram também determinar rapidamente objectivos colectivos de capacidades, nomeadamente nos domínios do comando e do controlo, das informações e do transporte estratégico. No Conselho Europeu de Santa Maria da Feira de Junho de 2000, a União incentivou igualmente os países candidatos à adesão à União e os Estados europeus membros da OTAN que não são membros da União



a contribuir para a melhoria das capacidades europeias. Os trabalhos empreendidos desde o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira permitiram à União definir o conjunto dos meios necessários para levar a bom termo a totalidade das missões de Petersberg - inclusive as mais exigentes. Permitiram também definir pormenorizadamente as necessidades da União em termos de capacidades militares e de forças para realizar o Objectivo Global. As necessidades identificadas encontram-se reunidas num catálogo de capacidades. Como acordado no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, a elaboração desse catálogo beneficiou das competências militares da OTAN.

3. Os Estados-Membros participaram em 20 de Novembro de 2000, em Bruxelas, numa Conferência de Empenhamento de Capacidades que permitiu reunir os empenhamentos nacionais concretos correspondentes aos objectivos militares de capacidades fixados pelo Conselho Europeu de Helsínquia. Essa Conferência permitiu também identificar uma série de domínios em que será feito um esforço de melhoria dos meios existentes, de investimento ou ainda de desenvolvimento e coordenação, tendo em vista adquirir ou melhorar progressivamente as capacidades necessárias para uma acção autónoma da União. Os Estados-Membros deram a conhecer os seus primeiros empenhamentos a este respeito.

Esta Conferência constitui a primeira etapa de um exigente processo de reforço das capacidades militares de gestão de crises por parte da União, processo esse que visa atingir o Objectivo Global fixado para 2003 e que será prosseguido para além desta data com vista a alcançar os objectivos colectivos de capacidades. Com efeito, no Conselho Europeu de Helsínquia os Estados-Membros tinham também decidido determinar rapidamente objectivos colectivos de capacidade em matéria de comando, controlo e informações e de transporte estratégico, e tinham saudado as decisões nesse sentido anunciadas já por alguns Estados-Membros: - desenvolver e coordenar os meios militares de vigilância e alerta precoce; - abrir os Estados-Maiores nacionais inter-armas já existentes a oficiais provenientes de outros Estados-Membros; reforçar as capacidades de reacção rápida das forças multinacionais europeias existentes; - preparar o estabelecimento de um comando europeu do transporte aéreo, aumentar o número de efectivos prontamente projectáveis; - reforçar a capacidade de transporte estratégico por via marítima. Este esforço será prosseguido. Com efeito, para a credibilidade e a eficácia da política europeia de segurança



e de defesa é essencial reforçar as capacidades militares de gestão de crises da União, a fim de que esta possa intervir com ou sem recurso aos meios da OTAN.

4. De acordo com as decisões tomadas pelos Conselhos Europeus de Helsínquia e de Santa Maria da Feira, por ocasião da Conferência de Empenhamento de Capacidades os Estados-Membros comprometeram-se, numa base voluntária, a dar as contribuições nacionais correspondentes às capacidades de reacção rápida identificadas para alcançar o Objectivo Global. Esses empenhamentos de capacidades foram reunidos num catálogo, conhecido pela designação de "Catálogo da Força". A análise desse catálogo permite afirmar que, em conformidade com o Objectivo Global definido em Helsínquia, em 2003 a União estará apta a conduzir a totalidade das missões de Petersberg, sendo no entanto ainda necessário melhorar algumas capacidades, tanto no plano quantitativo como qualitativo, para poder otimizar as capacidades ao dispor da União. Neste contexto, os Ministros reafirmaram o seu empenhamento em satisfazer plenamente os objectivos definidos no Conselho Europeu de Helsínquia. Procurarão, para o efeito, determinar o mais rapidamente possível as iniciativas complementares que poderão empreender, a nível nacional ou em cooperação com outros parceiros, para responder às necessidades identificadas. Esses esforços virão juntar-se às contribuições já identificadas e, para os países em causa, reforçar-se-ão mutuamente com os esforços desenvolvidos por esses países no âmbito da Iniciativa sobre as Capacidades de Defesa da OTAN.

- a. No que respeita às forças

Em termos quantitativos, as contribuições voluntárias anunciadas pelos Estados-Membros permitem responder plenamente ao Objectivo Global definido em Helsínquia (60.0000 pessoas projectáveis num prazo inferior a 60 dias, e por um período de missão de pelo menos um ano). Estas contribuições, reunidas no "Catálogo da Força", constituem um reservatório de mais de 100.000 pessoas e de cerca de 400 aviões de combate e 100 navios, o que permite satisfazer plenamente as necessidades identificadas para cumprir os vários tipos de missões de gestão de crises inseridos no Objectivo Global.

Até 2003, logo que os órgãos políticos e militares competentes da União estejam em condições de assegurar, sob a autoridade do Conselho, o controlo político e a direcção estratégica das operações conduzidas pela União, esta poderá, por conseguinte, assumir progressivamente as missões de Petersberg em função do



reforço das suas capacidades militares. Foi no entanto detectada a necessidade de melhorar ainda a disponibilidade, a projectibilidade, a sustentabilidade e a interoperabilidade das forças para poder satisfazer plenamente as necessidades das missões de Petersberg mais exigentes. Haverá também que fazer um esforço em domínios específicos, tais como os equipamentos militares, incluindo armas e munições, e os serviços de apoio, incluindo no domínio médico, bem como a prevenção dos riscos operacionais e a protecção das forças.

b. No que respeita às capacidades estratégicas:

Em matéria de comando, controlo e comunicações, os Estados-Membros ofereceram um número satisfatório de Estados-Maiores nacionais ou multinacionais ao nível estratégico e operacional e em termos de forças e de componentes. Essas ofertas deverão ser avaliadas mais a fundo no plano qualitativo para que a União possa dispor, para além do possível recurso às capacidades da OTAN, dos melhores meios de comando e de controlo. A este respeito, a União recordou a importância que atribui a uma conclusão rápida dos trabalhos em curso sobre o acesso às capacidades e aos meios da OTAN. O Estado-Maior da União Europeia, que disporá de uma primeira capacidade operacional durante o ano de 2001, reforçará a capacidade colectiva de alerta precoce da União Europeia e dotá-la-á de uma capacidade de avaliação de situação e de planeamento estratégico pré-decisória.

Em matéria de informações, para além das capacidades de interpretação de imagens do Centro de Satélites de Torrejon, os Estados-Membros ofereceram alguns meios que podem contribuir para a capacidade de análise e de monitorização da situação da União. No entanto, observaram que há ainda que envidar esforços sérios neste domínio para se poder dispor no futuro de maior quantidade de informações de nível estratégico.

No que diz respeito às capacidades de transporte estratégico aéreo e naval de que dispõe a União, é necessário introduzir melhoramentos para garantir que ela esteja em condições de responder, em qualquer dos cenários, às necessidades de uma operação das mais exigentes do espectro de Petersberg, tal como definido em Helsínquia.



5. Em conformidade com as decisões dos Conselhos Europeus de Helsínquia e da Feira sobre os objectivos colectivos de capacidades, os Estados-Membros comprometeram-se ainda a envidar esforços de médio e longo prazo a fim de melhorar ainda mais as capacidades, quer operacionais, quer estratégicas. Os Estados-Membros comprometeram-se a prosseguir, nomeadamente no quadro das reformas em curso das suas forças armadas, os processos de reforço das suas capacidades próprias, bem como os projectos existentes ou em gestação que ponham em prática soluções multinacionais, incluindo no domínio da congregação dos meios.

O conjunto desses projectos incide nos seguintes aspectos:

- melhoramento dos desempenhos das forças europeias no que diz respeito à sua disponibilidade, projectibilidade, sustentabilidade e interoperabilidade;
- desenvolvimento das capacidades "estratégicas": mobilidade estratégica para deslocar rapidamente as forças para o terreno de operações; Estados-Maiores para comandar e controlar as forças e sistemas de informação e de comunicação associados; meios para fornecer informações a estas forças.
- reforço das capacidades operacionais essenciais no quadro de uma operação de gestão de crise. A este respeito, foram identificados os meios de busca e salvamento em condições operacionais, os instrumentos de defesa contra os mísseis solo-solo, as armas de precisão, o apoio logístico e os instrumentos de simulação.

A reestruturação das indústrias europeias de defesa em curso em alguns Estados-Membros constitui, a este respeito, um factor positivo, pois favorece o desenvolvimento das capacidades europeias. A título de exemplo, os Estados-Membros em causa recordaram os trabalhos que estão a levar a cabo relativamente a um alguns projectos essenciais que contribuirão para o reforço das capacidades à disposição da União: futuro avião de transporte (Airbus A 400M), navios de transporte marítimo, helicópteros de transporte de tropas (NH 90). Alguns Estados-Membros anunciaram igualmente a intenção de prosseguirem os seus esforços para se dotarem com equipamentos capazes de reforçar a segurança e a eficácia da acção militar. Por último, alguns Estados-Membros comprometeram-se a melhorar o acesso garantido da União à imagiologia por satélite, nomeadamente graças ao desenvolvimento de novos equipamentos satelitários, ópticos e de radar (Hélios II, SAR Lupe e Cosmos skymed).





6. A fim de assegurar a perenidade da démarche europeia de reforço das capacidades, os Estados-Membros acordaram que importa definir um mecanismo de avaliação que permita garantir a monitorização e facilitar progressos no sentido de alcançar os compromissos assumidos com vista a atingir o Objectivo Global, em termos quer quantitativos quer qualitativos.

Este mecanismo, cujas grandes linhas serão aprovadas no Conselho Europeu de Nice, visa dotar a União de uma capacidade de avaliação e de acompanhamento dos seus objectivos (baseada na HTF-Headline Goal Task Force) com base num método de consulta entre os Estados-Membros. A fim de evitar uma duplicação inútil, poderá, para os Estados-Membros em causa, apoiar-se em dados técnicos resultantes de mecanismos existentes da OTAN, como, por exemplo, o Planeamento de Defesa e o Processo de Planeamento e Análise (PARP). Este recurso efectuar-se-á com o apoio do Estado-Maior da União (EMUE), por meio de consulta entre peritos através dum grupo formado segundo um modelo idêntico ao utilizado para a elaboração do catálogo de capacidades (HTF Plus). Além disso, a informação e a transparência entre a União e a OTAN serão adequadamente asseguradas pelo grupo sobre as capacidades criado entre as duas organizações, que tomará medidas para assegurar o desenvolvimento coerente das capacidades da União e da OTAN nos domínios em que se sobrepõem (em especial as decorrentes dos objectivos definidos no Conselho Europeu de Helsínquia e da Iniciativa sobre as Capacidades de Defesa da OTAN).

Esse mecanismo basear-se-á nos seguintes princípios:

- a. preservação da autonomia de decisão da União, em especial na definição, avaliação, controlo e acompanhamento dos objectivos de capacidades;
- b. reconhecimento do carácter político e voluntário dos compromissos assumidos, o que implica que os Estados-Membros fiquem responsáveis pelos ajustamentos eventuais dos empenhamentos de capacidades em face da avaliação realizada;
- c. transparência, simplicidade e clareza, nomeadamente por forma a permitir comparações entre os empenhamentos dos Estados-Membros;
- d. permanência e periodicidade da avaliação dos progressos efectuados, com base em relatórios que dêem aos ministros a possibilidade de tomarem as decisões adequadas;
- e. flexibilidade necessária para adaptar os empenhamentos às novas necessidades identificadas.



No que toca às relações com a OTAN:

Os acordos relativos à transparência, à cooperação e ao diálogo entre a União e a OTAN deverão ser definidos no documento relativo aos acordos permanentes entre a União e a OTAN. O mecanismo de avaliação tomará em conta os princípios suplementares que se seguem:

- f. necessidade de os países em causa assegurarem a coerência dos empenhamentos assumidos no quadro da União com os objectivos de força aceites no quadro do Planeamento de Defesa da OTAN ou do PARP;
- g. necessidade de um reforço mútuo entre os objectivos de capacidades da União e os decorrentes, para os países em causa, da Iniciativa sobre as Capacidades de Defesa.
- h. necessidade de evitar inúteis duplicações tanto de processos como de pedidos de informações.

No que toca às relações com os Estados terceiros:

- i. o mecanismo assegurará a tomada em consideração das contribuições dos Estados Europeus membros da OTAN e que não fazem parte da União e dos países candidatos à adesão, por forma a possibilitar a avaliação dos seus empenhamentos complementares que contribuem para o melhoramento das capacidades europeias, e facilitar a sua eventual participação em operações conduzidas pela União em conformidade com as decisões de Helsínquia e da Feira.

A análise dos trabalhos realizados no seio da União beneficiará do apoio do EMUE, no quadro do seu mandato, e dará lugar à apresentação de relatórios ao Conselho.



## **Declaração de Operacionalidade da Política Europeia Comum de Segurança e de Defesa**

(fonte: [//ue.eu.int/pesc/military/pt/PT-MILAEKEN.htm](http://ue.eu.int/pesc/military/pt/PT-MILAEKEN.htm))

1. Em Nice e Göteborg, o Conselho Europeu comprometeu-se a tornar a União Europeia rapidamente operacional e a tomar uma decisão para o efeito o mais tardar no Conselho Europeu de Laeken. O Conselho Europeu extraordinário de 21 de Setembro confirmou este objectivo: "É desenvolvendo a PESC e tornando operacional, o mais rapidamente possível, a PESD que a União se revelará mais eficaz".

Graças à continuação do desenvolvimento da PESD, ao reforço das suas capacidades, tanto civis como militares, e à criação das estruturas apropriadas no seu interior, a União tem agora capacidade para conduzir operações de gestão de crises. O desenvolvimento dos meios e capacidades de que a União disporá permitir-lhe-á assumir progressivamente operações cada vez mais complexas. As decisões de utilizar essa capacidade serão tomadas em função das circunstâncias de cada situação particular, constituindo os meios e capacidades disponíveis um factor determinante.

2. Esta capacidade para actuar resulta dos progressos substanciais realizados desde os Conselhos Europeus de Colónia e Helsínquia.

### **Capacidades**

As Conferências sobre as Capacidades Militares e de Polícia permitiram registar progressos no sentido da realização dos objectivos de capacidades. Os Estados-Membros apresentaram contributos voluntários com base em decisões nacionais. O desenvolvimento das capacidades militares não implica a criação de um exército europeu. Os Estados europeus membros da OTAN que não fazem parte da União Europeia e outros países candidatos à adesão à União Europeia apresentaram contributos militares e de polícia adicionais de grande valor, com vista ao melhoramento das capacidades europeias.

### **Estruturas e procedimentos**

Com base na política e no programa de exercícios aprovados, a União começou a testar a suas estruturas e os seus procedimentos relativos aos aspectos militares e civis das operações de gestão de crises. A União Europeia estabeleceu estruturas e procedimentos de



gestão de crises que lhe permitem analisar e planear, decidir e, nas áreas em que a OTAN enquanto tal não está comprometida, lançar e conduzir operações militares de gestão de crises.

#### Acordos entre a União Europeia e a OTAN

A capacidade de gestão de crises da União Europeia foi reforçada pelo desenvolvimento das consultas, da cooperação e da transparência entre as duas organizações na gestão das crises nos Balcãs ocidentais.

#### Acordos com os parceiros

Foi prosseguida a execução dos acordos com os Estados europeus membros da OTAN que não pertencem à União e outros países candidatos à adesão à União Europeia, bem como com o Canadá, a Rússia e a Ucrânia.

3. Para permitir à União Europeia conduzir operações de gestão de crises que cubram a totalidade do espectro das missões de Petersberg, incluindo as operações mais exigentes em termos de dimensão da operação, de tempo de projecção e de complexidade, deverão ser realizados progressos significativos.

#### Desenvolvimento equilibrado das capacidades militares e civis

Para uma gestão de crises eficaz por parte da União é necessário o desenvolvimento equilibrado das capacidades militares e civis: isto implica uma coordenação estreita entre todos os meios e instrumentos, tanto civis como militares, à disposição da União.

Para permitir à União conduzir progressivamente operações mais complexas será necessário reforçar as capacidades militares em conformidade com o Plano de acção europeu que visa colmatar as lacunas detectadas e a execução da política de exercícios. Convém recordar a importância de adoptar o mecanismo de desenvolvimento das capacidades militares, com vista, nomeadamente, a evitar duplicações inúteis e, para os Estados-Membros implicados, a tomar em consideração o processo de planeamento de defesa da OTAN e de planeamento e análise da Parceria para a Paz (PPP).

O Plano de Acção da Polícia será executado para permitir à União ser rapidamente capaz de realizar operações de polícia. A União prosseguirá os seus esforços com vista a desenvolver



os meios para atingir rapidamente os objectivos concretos e a sua implementação nos seguintes domínios prioritários: Estado de direito, administração civil e protecção civil.

Para atingir esses objectivos, a União, e em particular os Ministros competentes, procurarão soluções e formas de cooperação novas, a fim de desenvolver as capacidades necessárias, em conformidade com o presente relatório, maximizando os recursos disponíveis.

#### Ultimação dos acordos com a OTAN

A União conta ultimar os acordos de segurança com a OTAN e concluir os acordos sobre a garantia de acesso ao planeamento operacional da Aliança, o pressuposto de que pode dispor dos meios e capacidades pré-identificadas da OTAN e a identificação de uma série de opções de comando postas à disposição da União. Estes acordos são essenciais para a PESD e aumentarão de forma significativa as capacidades disponíveis da União.

#### Execução dos acordos com os parceiros

A execução plena e integral dos acordos de Nice com os 15 e os 6, a sua contribuição adicional para as capacidades civis e militares e a sua participação numa operação de gestão de crises nos termos desses acordos (nomeadamente através da criação, em caso de operação, de um Comité de Contribuintes) reforçarão de forma apreciável as operações de gestão de crises realizadas pela União Europeia.



---

**ANEXO K – Cronologia: A adesão de Chipre à União Europeia**

- ☑ **11 de Fevereiro de 1959:** É assinado o Acordo de Zurique entre o Reino Unido (RU), a Grécia e, a Turquia sobre os princípios fundamentais para a formação da República do Chipre (RoC).
- ☑ **19 de Fevereiro de 1959:** Acordos de Londres assinados entre RU, Grécia, e Turquia sobre os princípios fundamentais para a formação da RoC.
- ☑ **16 de Agosto de 1960:** Proclamação da independência da RoC.
- ☑ **12 de Setembro de 1963:** É assinado o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.
- ☑ **30 de Novembro de 1963:** O Arcebispo Makarios propõe ao seu vice-presidente Fazil Küçük, 13 emendas para facilitar o funcionamento do aparelho de estado. Estas emendas tinham algumas inaplicabilidades face à constituição, e foram aprovadas apenas pelos Cipriotas Gregos.
- ☑ **21 de Dezembro de 1963:** “Natal Sangrento” foi designado como sendo a causa da morte de dois Cipriotas Turcos, mortos por um polícia Cipriota Grego, com o objectivo de forçar os Cipriotas Turcos a aceitarem as 13 emendas constitucionais. Após este confronto, os Cipriotas Turcos abandonaram os seus lugares no parlamento e na administração.
- ☑ **04 de Março de 1964:** O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 186 (1964), que previa o estacionamento de uma força – a United Nations Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP) – para manter a paz e parar com a violência em Chipre. Esta resolução marca em primeira instância o reconhecimento da administração Cipriota Grega como sendo o governo da República de Chipre.
- ☑ **01 de Dezembro de 1964:** Entra em vigor o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.
- ☑ **19 de Dezembro de 1972:** É assinado o Acordo de Associação entre a República do Chipre e a UE.
- ☑ **01 de Junho de 1973:** Entra em vigor o Acordo de Associação entre a República do Chipre e a UE.
- ☑ **15 de Julho de 1974:** A junta militar grega no poder através da denominada “Organização Nacional dos Lutadores Cipriotas” (EOKA-B) organiza um golpe de estado contra o Presidente Makarios.
- ☑ **20 de Julho de 1974:** Intervenção Turca para por fim à luta armada e salvar os Cipriotas Turcos.



- ☑ **16 de Agosto de 1974:** Segunda ofensiva do exército Turco, que ocupou cerca de 37% da parte norte da ilha e subsequentemente o reagrupamento da população das duas comunidades.
- ☑ **13 de Fevereiro de 1975:** Proclamação do estabelecimento de um Estado Federal Cipriota Turco (*Kıbrıs Türk Federe Devleti*).
- ☑ **12 de Fevereiro de 1977:** Acordo entre o Presidente Rauf Denktash e o Arcebispo Makarios fixa a base para as conversações inter – comunais.
- ☑ **19 de Maio de 1979:** “Acordo ponto dez” entre o Presidente Rauf Denktash e Spyros Kyprianou fixa a base para as conversações inter – comunais.
- ☑ **15 de Novembro de 1983:** Proclamação de Independência pela República Turca do Norte do Chipre (Turkish Republic of Northern Cyprus – TRNC). Apenas a Turquia reconhece a TRNC, considerando que a RoC, controla apenas a zona sul.
- ☑ **18 de Novembro de 1983:** O Conselho de Seguranças da NU adopta a Resolução 541 (1983), lamentando esta declaração de secessão, considerando a proclamação inválida, exigindo a sua anulação e apelando a todos os estados que não reconheçam nenhum outro estado, que não seja a República de Chipre.
- ☑ **14 de Abril de 1987:** Pedido da Turquia para se tornar membro da UE.
- ☑ **01 de Janeiro de 1988:** Entra em vigor o protocolo da União Aduaneira entre a RoC e a UE.
- ☑ **18 de Dezembro de 1989:** Os Comissários da Comissão Europeia rejeitam o pedido turco, mas confirmam a elegibilidade da Turquia para integrar a UE.
- ☑ **04 de Julho de 1990:** Pedido do Governo da República de Chipre para que toda a ilha se torne membro da UE.
- ☑ **30 de Junho de 1993:** Os Comissários da UE estão a favor da abertura das negociações de adesão com Chipre.
- ☑ **04 de Outubro de 1993:** O Conselho Europeu na Cimeira do Luxemburgo aprova a opinião dos Comissários Europeus.
- ☑ **24-25 de Junho de 1994:** Durante a Presidência Grega na Cimeira de Corfu é declarado que o próximo alargamento será a Chipre.
- ☑ **06 de Março de 1995:** O “compromisso histórico” como foi chamado, garantia o início das negociações de acesso poderiam ter início seis meses antes depois das conclusões da Conferência Intergovernamental (CIG) de 1996. Como resposta, a Grécia e a Turquia deixaram o seu veto na União Aduaneira.



- ☑ **01 de Janeiro de 1996:** Entra em vigor o acordo de União Aduaneira entre a UE e a Turquia.
- ☑ **12-13 de Dezembro de 1997:** No Conselho Europeu do Luxemburgo é tomada a decisão de iniciar as conversações com a RoC.
- ☑ **12 de Março de 1998:** O Presidente Cipriota Grego, Glafcos Clerides, convida a comunidade Cipriota Turca para se juntarem ao grupo de negociações Cipriota. A Presidência Britânica durante a Conferência Europeia em Londres transmitiu que o convite se estendia também aos líderes Cipriotas Turcos. No entanto o convite foi recusado pela TRNC.
- ☑ **31 de Março de 1998:** As negociações de acesso iniciaram-se com a RoC.
- ☑ **10 de Novembro de 1998:** Principio efectivo das negociações de acesso com a RoC.
- ☑ **10-11 de Dezembro de 2001:** O Conselho Europeu de Helsínquia afirmou que o ajustamento da política em Chipre não constituiria uma pré-condição para a acesso de Chipre à UE. A candidatura da Turquia após Chipre levou a que a Grécia vetasse a proposta.
- ☑ **04 de Dezembro de 2001:** Decisão para início das conversações frente-a-frente entre os Presidentes Denktash e Clerides.
- ☑ **14-15 de Dezembro de 2001:** O Conselho Europeu de Laeken expressou a sua determinação em dar como concluídas as negociações de acesso – no final de 2002 – com países que se encontram prontos, e na lista Chipre é um dos países que está pronto desde que seja mantida a presente percentagem de negociações e reformas.
- ☑ **21 de Janeiro de 2002:** Início veemente das negociações entre os líderes Cipriotas Gregos e Turcos.
- ☑ **11 de Novembro de 2002:** O Secretário-geral das NU, Kofi Annan apresenta o *Basis for Agreement on a Comprehensive Settlement of the Cyprus Problem*.
- ☑ **12-13 de Dezembro de 2002:** O Conselho Europeu de Copenhaga dá as boas vindas a Chipre como membro da UE a partir de 1 de Maio de 2004, apesar da questão de Chipre ainda não se encontrar resolvida.

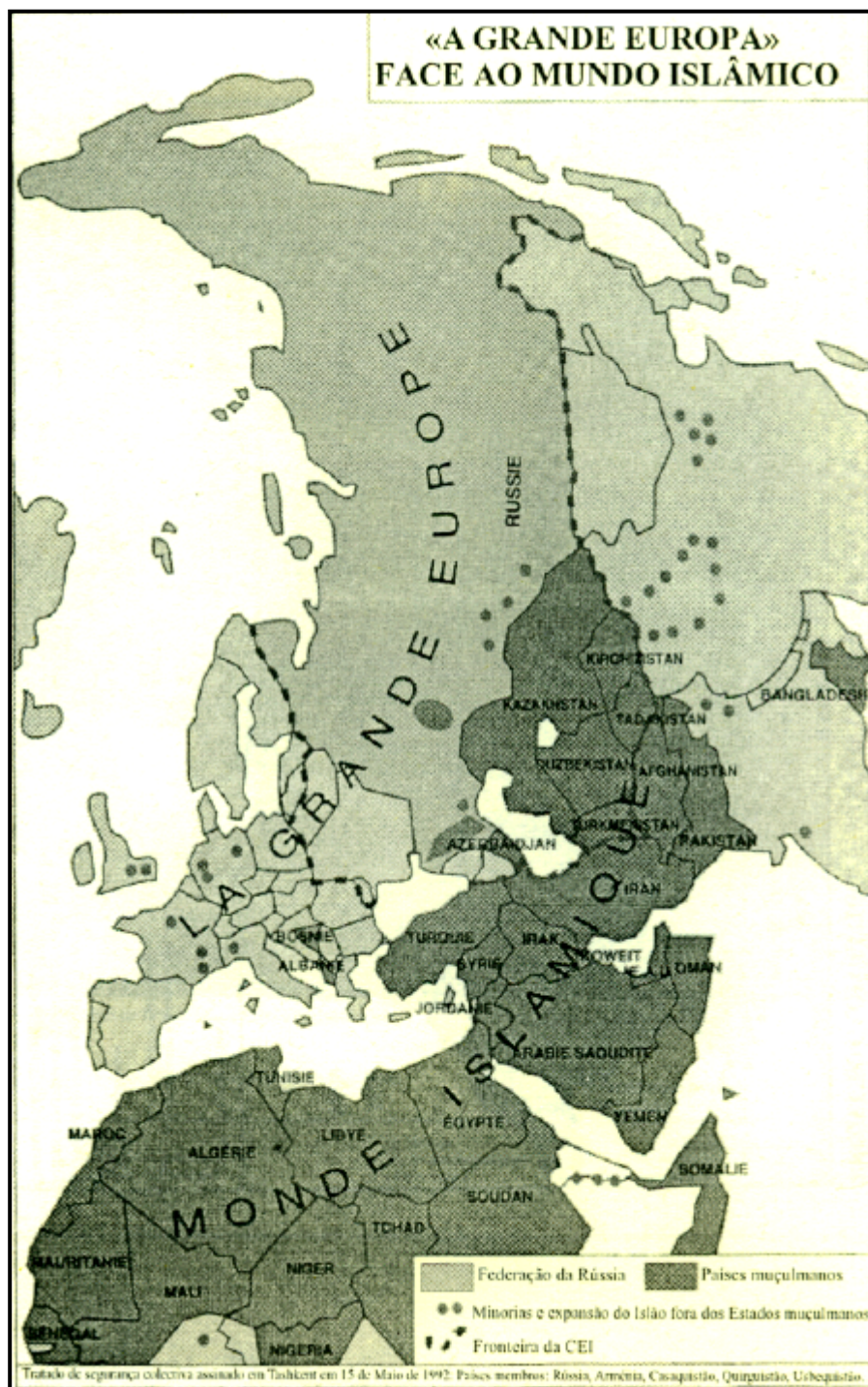




## ANEXO L – A Grande Europa e o Mundo Islâmico

## Mapa X

## A Grande Europa face ao Mundo Islâmico



Fonte: Valle, 2001, 417.